

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - Mestrado em Ciências da
Religião

Dinéia Fontoura Gonçalves

PLURALISMO E EDUCAÇÃO RELIGIOSA:
Uma leitura prática do Ensino Religioso a partir da Teologia Pluralista

Belo Horizonte

2016

Dinéia Fontoura Gonçalves

PLURALISMO E EDUCAÇÃO RELIGIOSA:

Uma leitura prática do Ensino Religioso a partir da Teologia Pluralista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Roberlei Panasiewicz

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

G635p Gonçalves, Dinéia Fontoura
Pluralismo e educação religiosa: uma leitura prática do ensino religioso a partir da teologia pluralista / Dinéia Fontoura Gonçalves. Belo Horizonte, 2016. 118 f.

Orientador: Roberlei Panasiewicz
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

1. Ensino religioso. 2. Pluralismo religioso. 3. Salvação (Teologia). 4. Teologia da libertação. 5. Liberdade religiosa. I. Panasiewicz, Roberlei. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 37.014.523

Dinéia Fontoura Gonçalves

**PLURALISMO E EDUCAÇÃO RELIGIOSA:
Uma leitura prática do Ensino Religioso a partir da Teologia Pluralista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Roberlei Panasiewicz

Prof. Dr. Roberlei Panasiewicz- PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr. Sinivaldo Silva Tavares – FAJE (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Antonio Geraldo Cantarela (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 30 de março de 2016.

Ao amor da minha vida, Delmo!

Por todo companheirismo, dedicação, compreensão, incentivo e amor.

Minha maior inspiração!

Aos meus filhos: Abner e Sâmara.

Pela compreensão nos momentos de ausência.

E por cada sorriso. Fonte de motivação!

Aos meus familiares por todo apoio.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado Deus, por Seu infinito amor e misericórdia, a quem dedico toda gratidão e louvor.

Ao meu orientador, professor Roberlei Panasiewicz, que tornou a realização deste trabalho possível. Por toda competência, dedicação, empenho e paciência.

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, por abrir as portas e me receber.

Ao Governo Federal e aos contribuintes que, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiaram e possibilitaram esta pesquisa.

A todos os professores do programa de Mestrado em Ciências da Religião, que contribuíram em mais uma etapa da minha formação.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa, rebebam meu agradecimento.

RESUMO

O Ensino Religioso no Ensino Fundamental do Brasil nas escolas públicas consolidou-se enquanto disciplina curricular após percorrer vários caminhos. Firmou-se como disciplina, mas, os embates e questionamentos acerca da relevância da disciplina e qual a dimensão da sua atuação no ambiente escolar ainda continuam. Percebe-se que a atuação desta disciplina extrapola o campo escolar e vai além do campo pedagógico. Esse componente curricular está atrelado à formação básica do cidadão. Isso implica atuar na formação de um ser humano pleno, capaz de atuar na realidade em que vive. Diante disso há uma necessidade de rever as propostas e pressupostos para a disciplina Ensino Religioso. Dessa forma, propõe-se nessa dissertação o desenvolvimento da temática, *Pluralismo e Educação Religiosa: Uma leitura prática do Ensino Religioso a partir da Teologia Pluralista*. Tem por objetivo principal refletir sobre a disciplina Ensino Religioso à luz da Teologia Pluralista. Objetiva-se ainda, fazer uma leitura do ER a partir de observações da disciplina em escolas da rede estadual de Belo Horizonte, para isso tomar-se-á como base a Teologia do Pluralismo Religioso (TPR). O percurso adotado para alcançar os objetivos propostos utilizará os seguintes pontos: mostrar a Teologia do Pluralismo Religioso e seus principais paradigmas. Apresentar os resultados da pesquisa de observação feita nas escolas estaduais e apontar qual paradigma da TPR está presente em cada uma delas. Demarcar as categorias revelação divina, salvação/libertação e o diálogo a partir da Teologia Pluralista. Essa análise servirá como base para a fase seguinte. No último ponto será feita uma leitura dos principais aspectos do Ensino Religioso observados no capítulo I, tendo como referência as categorias estudadas da Teologia Pluralista. Os resultados desta pesquisa apontarão quais as perspectivas para o Ensino Religioso se este for pensado a partir da Teologia pluralista e suas principais categorias.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Pluralismo Religioso. Teologia Pluralista. Salvação. Libertação. Diálogo.

ABSTACT

The Religious Education in Brazilian public elementary schools was consolidated as curricular discipline after traveling several paths. It has established itself as a discipline, but the conflicts and questions about the relevance of the subject and the dimension of its performance in the school environment still remain. It is noticed that the performance of this discipline goes beyond the school field and goes beyond the educational field. This curricular component is linked to basic formation of citizens. This implies acting in the formation of a full human being, capable of acting in the reality in which he lives. Thus there is a need to review the proposals and assumptions for Religious Education discipline. In such way, it is proposed in this dissertation the development of the theme, *Pluralism and Religious Education: A practical reading of Religious Education from the Pluralistic Theology*. The main goal is to reflect on the religious education course in the light of the Pluralistic Theology. Another goal is to make a reading of the ER from discipline of observations of the state schools of Belo Horizonte, for it will be to build on the Theology of Religious Pluralism (TPR). The route adopted to achieve the proposed objectives will use the following: show the Theology of Religious Pluralism and its main paradigms. Present the results of observation survey in state schools and point out which paradigm of TPR is present in each of them. Demarcate the divine revelation categories, salvation / liberation and dialogue from the Pluralistic Theology. This analysis will serve as a basis for the next phase. On the last point, there will be a reading of the main aspects of religious education observed in Chapter I, with reference to the categories studied the Pluralistic Theology. The results of this research will point the outlook for Religious Education if this is thought from the Pluralist Theology and its main categories.

Keywords: Religious Education. Religious Pluralism. Pluralist Theology. Salvation. Release. Dialogue.

LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS

DI- Diálogo Inter-religioso

DM- Diálogo e Missão

ER- Ensino Religioso

FONAPER- Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

PCN- Parâmetro Curricular Nacional

PCNER- Parâmetro Curricular Nacional de Ensino Religioso

PPP- Projeto Político Pedagógico

PUC- MG- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

TdL- Teologia da Libertação

TP- Teologia Pluralista

TPdL- Teologia Pluralista da Libertação

TPR- Teologia do Pluralismo Religioso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PLURALISMO E ENSINO RELIGIOSO	16
1.1 A Teologia do Pluralismo Religioso	16
1.1.1 Os paradigmas da Teologia do Pluralismo religioso	19
1.1.1.1 O paradigma exclusivista.....	20
1.1.1.2 Paradigma Inclusivista.....	22
1.1.1.3 Teologia Pluralista.....	27
1.2 Uma leitura do ER escolar a partir dos paradigmas da TPR.	31
1.2.1 Uma leitura do Ensino Religioso a partir da Escola A.....	34
1.2.1.1 Uma análise do Projeto Político Pedagógico	35
1.2.1.2 Um olhar do Ensino Religioso a partir da sala de aula.....	36
1.2.1.3 Uma abordagem sobre o material didático utilizado na Escola A	39
1.2.2 Uma leitura do Ensino Religioso a partir da Escola B	40
1.2.2.1 Uma análise do Projeto Político Pedagógico	40
1.2.2.2 Um olhar do Ensino Religioso a partir da sala de aula na Escola B	41
1.2.2.3 Uma abordagem sobre o material didático utilizado na Escola B	43
1.2.3 Uma leitura do Ensino Religioso a partir da Escola C	44
1.2.3.1 Uma análise do Projeto Político Pedagógico	44
1.2.3.2 Um olhar do Ensino Religioso a partir da sala de aula na Escola C	45
1.2.3.3 Uma abordagem sobre o material didático utilizado na Escola C	46
2 EM FOCO A TEOLOGIA PLURALISTA.....	48
2.1 Traços da Revelação Divina	48
2.1.1 A revelação para além de Jesus Cristo	49
2.1.1.1 A Normatividade de Jesus	51
2.1.2 Revelação na cosmogênese / consciência planetária. A maiêutica	53
2.1.2.1 A Revelação amorosa e gratuita de Deus ao humano	55
2.2 A Salvação sob o olhar do paradigma Pluralista	57

2.2.1 Jesus Cristo e o Reino de Deus	58
2.2.1.1 O Reino de Deus.....	59
2.2.2 A salvação como libertação.....	62
2.3 O diálogo inter-religioso	68
2.3.1 O diálogo inter-religioso e a concepção de revelação	69
2.3.2 O diálogo inter-religioso e a concepção de salvação	72
2.3.3 Condições para dialogar.....	74
3 ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR PROVOCADO PELA TEOLOGIA PLURALISTA ...	78
3.1 O Projeto Político Pedagógico e a Teologia Pluralista	79
3.1.1 O PPP das escolas A, B e C em análise	79
3.1.2 O PPP das escolas A, B e C e a Teologia Pluralista	82
3.1.3 Violência na escola.....	82
3.1.4 Em busca do diálogo	87
3.2 A prática escolar em análise.....	89
3.2.1 Uma análise da prática das escolas A, B e C	90
3.2.2 A prática escolar e a Teologia Pluralista.....	92
3.2.3 O Ensino Religioso sob a perspectiva do Reino de Deus	93
3.2.4 O Ensino Religioso sob a perspectiva da Salvação/Libertação.....	94
3.2.5 O Ensino Religioso sob a perspectiva do diálogo	97
3.3 Perspectivas para o Ensino Religioso à luz da Teologia Pluralista	99
3.3.1 Os níveis ou formas de diálogo	101
3.3.2 Nível Existencial	103
3.3.3 Nível Místico.....	105
3.3.4 Nível Ético	106
3.3.5 Nível Teológico	107
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso no Brasil passou por várias etapas até firma-se enquanto disciplina reconhecida no currículo do Ensino Fundamental. Atualmente, há um acirrado debate em torno da sua presença nas escolas públicas. É um tema extremamente complexo, que envolve uma abordagem cercada por variantes. No entanto nos últimos anos, os debates e estudos sobre a disciplina tem se reorganizado e avançado. “No decorrer destes anos, o Ensino Religioso passou a ser visto como elemento oportuno para o desenvolvimento humano na perspectiva da educação, desde que não seja limitado ao âmbito do proselitismo”. (JUNQUEIRA; RIBEIRO, 2013, p. 36).

Para Silva (2004), o Ensino Religioso escolar faz parte da história do Brasil. A partir de uma rápida visão panorâmica da disciplina levando em consideração os quinhentos anos de ensino no Brasil, é possível perceber o lugar que ela ocupou e que ainda procura alcançar na educação brasileira. De acordo com o Fonaper (2009) o Ensino Religioso que vigorou no Brasil entre 1500 a 1800 foi o de cristianização. O ER era o ensino da Religião oficial: o catolicismo. Baseava-se na catequese dos negros e na evangelização dos gentios.

Na sua segunda fase – 1800 a 1964 – O Ensino Religioso submetia-se ao Estado, uma vez que o foco da educação neste período era a escola pública, gratuita e laica. De acordo com os relatos do Fonaper (2009) o período conhecido como “Monarquia Constitucional” (1823 a 1889) foi a fase em que o ER mais “serviu” aos interesses da Igreja e do Estado. “Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na Escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana.” (FONAPER, 2009, p. 24).

Com a implantação do Regime Republicano -1890 a 1930- passou por conturbados questionamentos, pois “foi tomado como principal empecilho para a implantação do novo regime, em que a separação entre Estado e Igreja se dá pelo viés dos ideais positivistas.” (FONAPER, 2009, p. 24). Foi nesse momento que a expressão “será leigo”¹ o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino, originou o maior debate polêmico na história do Ensino Religioso no Brasil. Mesmo diante de tais debates e da orientação da lei o ER continuou servindo aos interesses da Igreja Católica.

¹ “Conforme a primeira Constituição da República a orientar a educação brasileira gerida pelo sistema estatal.” (FONAPER, 2009, p. 25).

Entre 1930 até 1937 o ER começou a ser admitido inicialmente em caráter facultativo. Iniciou-se um período de transição. O caráter facultativo se deu através do “Decreto de 30 de abril de 1931, por conta da Reforma Francisco Campos”. (FONAPER, 2009, p. 25). De 1937 a 1945 a disciplina perdeu o caráter obrigatório para mestres e alunos nos termos do artigo 133 da constituição de 1937. De 1946 a 1964 o Ensino Religioso torna-se dever do Estado enquanto responsável por privar pela liberdade religiosa de cada cidadão presente na escola.

Do início do processo da constituinte (1985) até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (lei 9394/96), o Ensino religioso voltou e continua até os dias atuais a ser alvo de debates. De um lado os que pretendem retirá-lo do ambiente escolar e de outro os que acreditam que deve continuar, porém com as devidas ressalvas. O maior embate acontece acerca de seu acervo epistemológico. Diante dessa longa caminhada ainda se pergunta: qual o papel dessa disciplina? O que ela deve ensinar? Qual deve ser sua base teórica?

Apesar das várias tendências e metodologias já experimentadas, ela ainda vigora por razões históricas. “Mais recentemente, houve uma tendência para transmitir valores éticos, em vista da transformação da realidade. Hoje, busca-se mais a análise do fenômeno religioso e o diálogo com outras religiões”. (SILVA, 2004, p.5). Mais do que isso, hoje há de se considerar qual a perspectiva das escolas para a educação do cidadão como um todo. Que tipo de sujeito pretende-se formar. Para Junqueira e Ribeiro (2013) o atual projeto para o Ensino Religioso precisa prever uma educação para a diversidade. Uma educação que garanta o direito do indivíduo em conhecer e conviver com o diferente. Entender as diferentes formas de crer, a cultura que envolve a crença do outro, as várias formas de fé. Tudo isso contribuirá, na visão dos autores, para uma aprendizagem mais humana e eficaz. Nesta trilha, estudiosos do Ensino Religioso, buscam caminhos e apontamentos que façam da disciplina um mecanismo de exercício da alteridade e do diálogo inter-religioso.

Diante disso, essa pesquisa parte da temática do *Pluralismo e Educação Religiosa: Uma leitura prática do Ensino Religioso a partir da Teologia Pluralista*. Tem como objetivo geral refletir sobre a disciplina Ensino Religioso à luz da Teologia Pluralista. Pretende-se ainda, entender como este paradigma da Teologia do Pluralismo Religioso (TPR) percebe a revelação divina, a salvação e o diálogo e como esses aspectos podem contribuir com uma nova maneira de pensar o Ensino Religioso Escolar.

Tem-se como hipótese que a Teologia Pluralista pode contribuir com a disciplina Ensino Religioso, apontando caminhos e formas de pensar a disciplina a partir das seguintes abordagens: salvação/libertação, revelação divina e diálogo inter-religioso. Acredita-se que essas categorias podem ajudar a repensar a prática pedagógica da disciplina. Espera-se que as

categorias da TP ajudem a reler o Projeto Político Pedagógico das escolas, uma vez que este é o documento norteador para sua prática, servindo de parâmetro na elaboração de suas metas para o ER e as demais disciplinas.

Justifica-se pela necessidade de pensar o Ensino Religioso enquanto uma disciplina relevante nas escolas públicas, com competência para ajudar a desenvolver habilidades nos alunos que lhes permitam conviver uns com os outros tendo como base de suas ações o diálogo e a alteridade. É importante lembrar a redação da lei, que se refere à disciplina na legislação brasileira:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997).

Justifica-se também pela formação da pesquisadora no âmbito da Educação e das Ciências da Religião. É extremamente relevante uma pesquisa que proponha discutir a partir das Ciências da Religião, a Teologia pluralista (TP) como uma referência para o ER brasileiro. Percebe-se uma falta de informação por parte de professores e alguns pesquisadores sobre a Teologia Pluralista, bem como sobre a TPR. Esta pesquisa poderá esclarecer aos que trabalham na área do Ensino Religioso e aos demais pesquisadores o que de fato é a TP e suas possíveis perspectivas para o ER. Em termos sociais a pesquisa trará dados reais da prática do ER escolar proporcionando uma leitura do que realmente está sendo ensinado em sala de aula. Se os conteúdos programáticos estão propiciando aos alunos uma abertura ao diálogo.

O presente trabalho foi desenvolvido, tendo como base metodológica a pesquisa bibliográfica e o método da observação. A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos; Marconi (2007) elege uma problemática de pesquisa e, a partir disto, estabelece um escopo para ser pesquisado na literatura (livros, periódicos, monografias, dissertações, teses, anais de eventos impressos, eletrônico-digitais etc.). Esta investigação não teve uma obra específica como base para a pesquisa. Porém, serão feitos recortes com pesquisadores que norteiem e contribuam para o tema. Em uma parte do primeiro capítulo será utilizada a técnica de observação para a coleta de dados da prática do Ensino Religioso nas escolas. Segundo Lakatos; Marconi a observação:

é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e

ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. (Lakatos; Marconi, 2007, p. 190-191).

A pesquisa foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo abordará o que é a Teologia do Pluralismo Religioso e seus paradigmas: Exclusivismo, Inclusivismo e a Teologia Pluralista. Refletir sobre a Teologia do Pluralismo Religioso torna-se cada vez mais necessário. Neste aspecto, assevera Teixeira:

A questão do pluralismo religioso vem cada vez mais se impondo na reflexão teológica contemporânea. Cresce a cada dia o consenso em torno da importância desta questão para a reflexão teológica no tempo atual. Na visão de Claude Geffré, desempenha hoje “o papel de um novo paradigma teológico”, afirmando-se como “horizonte da teologia no século XXI”. E o novo desafio consiste em compreender tal pluralismo religioso não apenas como um fato contingencial ou passageiro, mas como uma realidade positiva inserida no desígnio misterioso de Deus. (TEIXEIRA, 2013, p. 2).

Ainda no primeiro capítulo será apresentado o resultado de uma pesquisa² de observação feita em três escolas da rede estadual de Belo Horizonte com o fito de analisar as aulas de Ensino Religioso, os materiais didáticos utilizados na disciplina e a proposta pedagógica das escolas para as mesmas. O objetivo principal é fazer uma leitura do ER usando como base a pesquisa teórica do primeiro tópico do capítulo acerca da TPR e seus paradigmas. Ao final da pesquisa serão levantados qual ou quais paradigmas da TPR se fazem presentes nas aulas e nos materiais observados em cada escola.

Como o objetivo desta pesquisa é ler o ER a partir do terceiro paradigma da TPR, no segundo capítulo estará em foco a Teologia Pluralista. Será analisado com maior propriedade seus aspectos e abordagens quanto à sua concepção de revelação divina, salvação/libertação e do diálogo. Analisará ainda, como o diálogo inter-religioso pode contribuir para a concepção de revelação divina e na concepção da salvação/libertação. A partir dessas abordagens serão exploradas quais as condições para dialogar.

Após aprofundar e entender as principais abordagens da Teologia Pluralista, o terceiro capítulo fará com maior propriedade uma leitura do ER a partir desta teologia. Para isso serão usados dados coletados na pesquisa de observação descrita no primeiro capítulo. Serão

² A metodologia usada para escolha das escolas e coleta de material será explicada no capítulo primeiro. A pesquisa lançou mão, apenas do método da observação livre, por isso, não passou pelo CEP da PUC Minas.

analisados os documentos das escolas (PPP)³, as aulas observadas, bem como os materiais utilizados pelas docentes nas aulas de ER, tendo como base as três abordagens da TP estudadas no segundo capítulo. Em seguida serão levantadas dificuldades comuns às três escolas percebidas a partir dessas leituras. A proposta é fazer alguns apontamentos em que a Teologia Pluralista pode contribuir com maiores ganhos diante dos problemas encontrados nas instituições. E assim apontar as perspectivas para o ER à luz do ER a partir das três abordagens estudadas: revelação, salvação/libertação e diálogo.

E finalmente o capítulo mostrará quais são as formas ou níveis do diálogo inter-religioso, abordando como essas formas poderão contribuir com a prática escolar do Ensino Religioso. Na conclusão será feita uma recapitulação dos principais pontos abordados nos três capítulos, mostrando se os objetivos e pergunta propostos no início desta pesquisa foram alcançados.

³ PPP= Projeto Político Pedagógico

1 PLURALISMO E ENSINO RELIGIOSO

A diversidade religiosa no Brasil é um fato. No contexto contemporâneo, é preciso entender que uma abertura ao respeito e ao conhecimento das diversas tradições religiosas, se faz uma condição necessária para a construção de uma sociedade mais coerente e acolhedora. Pensar o Ensino Religioso através da Teologia do Pluralismo Religioso (TPR) pode ser um dos caminhos rumo ao diálogo inter-religioso e ao exercício da alteridade, uma vez que, o conhecimento é uma das melhores saídas para o combate à discriminação

Sendo assim, o presente capítulo tem por objetivo entender o que é a Teologia do Pluralismo Religioso, seus paradigmas e características. O capítulo apresentará também o resultado de uma pesquisa de observação das aulas de Ensino Religioso (ER) em três escolas estaduais da cidade de Belo Horizonte (BH). A pesquisa teve por objetivo analisar a prática da disciplina ER e perceber qual ou quais paradigmas da TPR estão mais presentes na prática da mesma.

1.1 A Teologia do Pluralismo Religioso

Para se fazer uma leitura da prática do ER escolar a partir dos paradigmas da teologia do pluralismo religioso é necessário entender o que é exatamente essa teologia, um pouco de sua história e características.

Segundo Vigil (2006, p.13) “teologia do pluralismo religioso, é um novo nome adotado atualmente para a teologia das religiões, novo ramo da teologia cujo desenvolvimento começou na década de 1960”. Já Dupuis (1999) diz que embora a expressão “pluralismo religioso” tenha sido criada recentemente, vem sendo utilizada amplamente há algum tempo no contexto da “teologia das religiões”. Vigil (2006) afirma que o novo nome ou sinônimo está se “impondo” diante da descoberta dos teólogos na nova realidade da pluralidade de religiões, ou seja, o fato de que existem muitas e não uma, tem se tornado o tema central nessa teologia hoje. Quanto ao termo, Dupuis (1999, p.25) salienta:

A mudança de terminologia indica uma alteração de perspectiva teológica. A nova perspectiva não é mais limitada ao problema da “salvação” dos membros das outras tradições religiosas, e nem mesmo à questão do papel de tais tradições na salvação dos seus seguidores. Ela busca, com mais profundidade, à luz da fé cristã, o significado, no projeto de Deus para a humanidade, da pluralidade das fés vivas e das tradições religiosas que nos cercam. Todas as tradições religiosas do mundo estão destinadas, em tal projeto, a convergir? Onde, quando e como?

Considerando essa nova perspectiva teológica, Teixeira (2012) afirma que a teologia do pluralismo religioso é um campo novo de estudo. Para o autor, seu acervo epistemológico

ainda está sendo construído. “Trata-se de um fenômeno típico da modernidade plural, que provoca a crise das ‘estruturas fechadas’ e convoca a ‘sistemas abertos de conhecimento’-” (TEIXEIRA, 2012, p. 19). O autor ressalta terem sido vários os fatores que contribuíram para o emergir desta teologia, a saber: a comunicação favorecendo o contato com outras religiões, o crescimento de vários povos e culturas, que cada vez mais se interlaçam, a consciência mais clara da pluralidade das religiões. Afirmo ainda ser a teologia do pluralismo religioso o atual recurso para uma avaliação mais apropriada das diversas tradições religiosas, proporcionando assim, um ambiente mais favorável para o diálogo inter-religioso. “A abertura ao pluralismo religioso e o reconhecimento do valor da adversidade, são componentes que acompanham a dinâmica cristã e sua essência”. (TEIXEIRA, 2012, p.174). Ele observa ainda que a consciência do pluralismo religioso suscita uma nova maneira de fazer teologia, “trata-se de uma teologia que busca responder e interpretar, no plano de uma elaboração teórica, a realidade religiosa plural circundante”. (TEIXEIRA, 2003, p. 65). Percebe-se que para o autor o exercício da teologia do pluralismo religioso requer uma abertura ao exercício da alteridade, pois o exercício desta teologia exige um acolhimento da diferença, eis aí o grande desafio para o diálogo inter-religioso: reconhecer o outro na busca de um conhecimento mútuo para um recíproco enriquecimento.

Conforme sustenta Geffré (2004) a teologia do pluralismo religioso é fato. Exerce a função de um novo paradigma teológico. Sobre isso atesta: “é o pluralismo religioso que se tornará, creio eu, como, aliás, já o previu há mais de sessenta anos Paul Tillich, o horizonte da teologia do século XXI”. (GEFFÉ, 2004, p.134). Para ele tal teologia merece atenção especial, pois tem feito a teologia cristã repensar Jesus Cristo, a igreja, a salvação e a missão. No olhar de Panasiewicz (2010, p.114), “Geffré tem uma maneira peculiar de pensar o pluralismo religioso atual. Para ele, este é um novo paradigma para a reflexão teológica, pois propõe às tradições que reinterpretem sua teologia sob nova luz”. Assim, Geffré traz algumas reflexões para essa teologia destacando duas categorias já existentes: o *pluralismo de fato* e o *pluralismo de princípio*.

Acerca da teologia do pluralismo religioso de fato, Panasiewicz (2010) ressalta ser uma realidade que se constitui devido à quantidade de movimentos religiosos surgidos a partir do final do século passado até o início deste. Todavia, quanto à teologia do pluralismo religioso de princípio, Geffré assinala que este diz respeito ao próprio desígnio de Deus para a humanidade, correspondendo a uma vontade misteriosa divina. O autor ressalta ainda que: “o pluralismo religioso pode, pois, ser considerado como um destino histórico permitido por Deus cujo significado último nos escapa”. (GEFFÉ, 2004, p. 136). Portanto, a

multiplicidade das tradições religiosas, bem como das culturas, línguas, raças, seria uma “confirmação” da vontade de Deus. Na concepção de Dupuis (1999), o pluralismo de “fato” é o atestar da realidade que revela a intensa diversidade religiosa que se constata no mundo hodierno. Quanto ao pluralismo de princípio, o autor considera a possibilidade de este ser um agir de Deus em sua generosidade para se revelar ao mundo em suas diversas culturas.

Teixeira (2003) também reforça a ideia do pluralismo de princípio. Para ele juntamente com a nova reflexão teológica vem o desafio de ir além de uma concepção que se limita ao reconhecimento do pluralismo de fato e avançar para se compreender o pluralismo de princípio. “Nesta última direção, a teologia passa a reconhecer e a afirmar a riqueza e o sentido que a pluralidade das religiões alcança no misterioso plano divino para a humanidade” (TEIXEIRA, 2003, p. 66). Ainda ressalta que a abertura e o reconhecimento do pluralismo de princípio ocorrem com resistências e dificuldades. Quanto a isso afirma:

Sobretudo nestes tempos de acirramento das identidades e de radicalização etnocêntrica, inúmeros obstáculos são contrapostos ao esforço teológico de pensar o pluralismo religioso de forma mais rica e aberta. O dado do pluralismo provoca uma crise nas estruturas de plausibilidade que buscam assegurar o *nomos* das identidades singulares e das comunidades de sentido. (TEIXEIRA, 2003, p.66)

Assumir o pluralismo de princípio é construir a dinâmica universal da ação de Deus. Deus abraça as diferenças. Na pluralidade religiosa encontra-se o espaço para a diversidade. Assim, a Teologia do Pluralismo Religioso surge diante do fato da pluralidade de religiões preocuparem-se em reconhecer as diversas tradições religiosas. E mais: é reconhecer as identidades religiosas diante do desígnio misterioso e amoroso de Deus.

É importante ressaltar que, a palavra pluralismo atualmente tem dois sentidos no âmbito da Teologia das Religiões. De acordo com Vigil (2006) o sentido do dicionário, refere-se ao fato de serem muitas as religiões. “Porém, outro sentido da palavra pluralismo a um dos três (ou mais) paradigmas classificatórios das posições tomadas no âmbito da Teologia das religiões (exclusivismo, inclusivismo, pluralismo)”. (VIGIL, 2006, p. 68). No segundo sentido não se refere à quantidade de religiões, mas sim alude a uma maneira específica de conceber as relações entre as religiões. Para um melhor entendimento da expressão no texto, devemos observar:

Se falamos da *teologia do pluralismo religioso*, no interior dessa expressão a palavra pluralismo significa o fato da pluralidade das religiões; porém, na expressão *teologia pluralista do pluralismo religioso*, o adjetivo pluralista indica que esta teologia não foi elaborada conforme os modelos exclusivista ou inclusivista, mas sim foi elaborada a partir do modelo do *pluralismo*. (VIGIL, 2006, p. 68. grifo do autor.)

De acordo com o autor a novidade no campo teológico quanto à TPR não está na pluralidade das religiões e sim no modo pluralista de perceber as relações entre as religiões.

1.1.1 Os paradigmas da Teologia do Pluralismo religioso

A teologia do pluralismo religioso ao longo do seu caminho tem encontrado diversas posições e classificações. Grande parte dos estudiosos da TPR subdividem tais posições em paradigmas. De acordo com Vigil “nos últimos 25 anos foram feitas várias tentativas de classificação destas posições”. (2006, p. 62).⁴

Vigil (2006) assevera que ter uma noção sobre esse agrupamento ou classificação das posições poderá nos dar um panorama da atual situação da Teologia das Religiões, que possibilitará compreender pontos decisivos e importantes na sua construção. Panasiewicz (1999) vai dizer que refletir sobre os “paradigmas” é ponto fundamental para o entendimento sobre como o cristianismo se posicionou frente o surgimento e crescimento do pluralismo religioso. Falar sobre paradigma é pensar em novas fontes teóricas que, estimulem a ação prática. Kuhn sustenta dois pontos para o termo paradigma:

De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada; seria o sentido sociológico e o outro lado: denota [...]: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelo ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal para o autor esse seria o “sentido filosófico do termo”. (KUHN, 1987 apud PANASIEWICZ, 1999, p. 41-42)

Como observa Panasiewicz, (1999) no campo científico, o paradigma é o referencial teórico que orienta a prática. Quando determinado referencial não consegue mais atender às necessidades de explicação dos problemas reais, surge então a necessidade de um novo paradigma. Ou seja, esse seria na visão de Kuhn, o momento de evolução e revolução da ciência. Em Dupuis (1999) encontra-se uma forma diferenciada de refletir o termo. O autor traz uma reflexão fazendo uma distinção entre “modelo” e “paradigma”. Dupuis (1999) entende por modelo tudo que tem caráter descritivo sobre uma determinada realidade, sem a

⁴ Knitter (2008) classifica como o *modelo de substituição* aquele que para ele perdurou a maior parte da história. Este modelo representado ampla e valorosamente pelas igrejas cristãs defende que estaria o cristianismo destinado a substituir as demais religiões e neste caso a salvação estaria somente em Jesus; *Modelo de Complementação*: teólogos e teóricos deste modelo creem que as demais religiões têm seu valor, que nelas pode-se encontrar Deus, que os cristãos devem estar abertos ao diálogo. Neste modelo percebe-se uma possibilidade de salvação nas demais religiões. Knitter (2008) ainda destaca o *modelo de mutualidade*, onde, busca-se um equilíbrio entre as tradições religiosas, em que estas todas consideradas como verdadeiras são chamadas ao diálogo e desafiadas a aceitar suas diferenças. *Modelo de Aceitação*: “É uma teologia que insiste em que as religiões de presença mundial são mesmo diferentes e que os relacionamentos entre elas devem ser necessariamente construídos sobre a aceitação dessas diferenças [...]” (p. 298). Neste modelo acredita-se no poder salvífico de cada religião.

intenção de defini-la da maneira correta ou adequada. Quanto aos paradigmas afirma: “se trata de inteligibilidade, de **chaves de interpretação** abrangente da realidade que, opondo-se umas às outras, se excluem “mutuamente. “(DUPUIS, 1999.p. 253- grifo meu). Kung (1999) ao discorrer sobre paradigma diz ser esse um termo polêmico no meio científico e teológico, porem segue a mesma reflexão de Kuhn para a definição da expressão. Para o autor, paradigma é “toda constelação- consciente ou inconsciente- de crenças, valores reconhecidos e de técnicas que mostram o seu empréstimo da religião, mas não somente da religião”. (KUNG, 1987 apud PANASIEWICZ, 1999, p. 42-43). Kung (1999) ao discutir sobre o termo paradigma deixa claro que os modelos mudam não apenas na religião, mas ressalta que tais mudanças estão presentes também na sociedade, onde, religião e sociedade se relacionam e se influenciam.

Há três paradigmas que refletem a forma de pensar a TPR. A nomeação mais usual adotada por muitos autores subdivide a teologia do pluralismo religioso em: **Exclusivismo, Inclusivismo e Pluralismo**, como se percebe nas palavras de Teixeira:

Na tentativa de esboçar o itinerário seguido pela teologia cristã, no seu esforço de compreender a relação do cristianismo com as outras religiões, podem-se sintetizar três diferentes perspectivas adotadas no tratamento da questão: a exclusivista, a inclusivista e a pluralista. Esta subdivisão em três partes tem sido a preferida por grande parte dos autores que trabalham o tema correspondendo de forma mais precisa à dupla mudança de paradigma ocorrido no campo da teologia das religiões. (TEIXEIRA, 2012, p.20).

Em primeiro plano a reflexão será feita a partir do primeiro paradigma mencionado pelo autor supracitado: o paradigma exclusivista.

1.1.1.1 O paradigma exclusivista

É chamada de Exclusivismo a posição teológica defensora de somente uma religião, verdadeira e também absoluta. Até a metade o século XX essa foi a posição teológica hegemônica do cristianismo. Vigil relata que “a expressão simbólica máxima do exclusivismo é constituída pela famosa sentença *Extra Ecclesiam nulla salus* (fora da igreja não há salvação)”. (VIGIL, 2006, p. 73. Grifo do autor). No entanto, apesar de ter sido adotado pelo exclusivismo o axioma, quando surgiu não tinha esse caráter. Conforme observa Libanio (1993) este axioma, tão radicado na tradição católica, surge com um objetivo e ao longo da história vai ganhando novos rumos até ganhar uma postura exclusivista. No entanto, para entender a posição paradigmática exclusivista, principalmente no campo católico, é extremamente necessário fazer um levantamento histórico do axioma: *Extra Ecclesiam nulla salus* (“fora da igreja não há salvação”).

Conforme nos informa Libanio (1993), a preparação do axioma surge no séc. III. Percebe-se que há essa afirmação de “preparação” em vista de vários exemplos que foram apresentados ao povo, como no caso da arca de Noé, onde, a condição necessária para salvar-se era estar dentro e quem ficou de fora se perdeu. Com este e outros exemplos foi sendo construída a ideia da exclusividade da salvação. Usando as escrituras, o foco do axioma visava aqueles que ouvindo a palavra se recusavam acreditar nela. Após a preparação, como ressalta ainda o autor, o momento mais importante aconteceu no séc. III: “quando no oriente por meio de Orígenes e no ocidente por meio de Cipriano, surge a forma explícita ‘extra ecclesiam nulla salus’”. (LIBANIO, 1993, p. 26).

Em Orígenes o foco era o povo judeu que não aceitava o Novo Testamento, apenas o Antigo, e, por conseguinte não aceitava o sangue de Cristo como doutrina básica para salvação. Cipriano tinha a problemática dos movimentos cismáticos dentro da comunidade, neste contexto o axioma tinha por objetivo manter a unidade da igreja, quem não estivesse em unidade comprometeria sua salvação. Assim como Cipriano, outros representantes também seguiram nessa linha de pensamento mostrando que só havia salvação na unidade do corpo de Cristo. Agostinho, citado por Libanio (1993), também concordava com a ideia de Cipriano, porem, ele trouxe novas “exigências”. Agostinho criticava aqueles que estavam *dentro* da igreja apenas para cumprir com obrigações, neste caso, ele dizia que estes estavam fora dela *de coração*. É por meio da escola agostiniana que o axioma adotou um caráter mais rígido, como atesta Libanio:

O axioma adquirirá sua rigidez dentro da escola agostiniana por meio de Fulgêncio de Ruspe (468-533), discípulo de Agostinho. Aí a fórmula perderá sua dialética, para torna-se rígida. [...] A fórmula adquiriu amplitude: pagãos judeus, hereges e cismáticos: numa palavra qualquer pessoa que termine sua vida fora da igreja, condena-se. (LIBANIO, 1993, p. 28)

No século IV, com Fulgêncio de Ruspe (468-533), discípulo de santo Agostinho o axioma passa a ter caráter exclusivista. Ou seja, qualquer um que estivesse fora da igreja católica não teria salvação. Neste sentido Fulgêncio dizia:

Creia com toda fé e não duvide de modo algum: um batizado fora da igreja católica não pode participar da vida eterna se, antes do fim dessa vida, não se voltar para a igreja católica e não se incorporar nesta. Porque, diz o apóstolo. [...] e incluindo pagãos e judeus, acrescenta: creia com toda fé e não duvide de nenhum modo que, não apenas todos os pagãos, mas também todos os judeus e todos os hereges e cismáticos, que terminam a vida presente fora da igreja católica, irão “para o fogo eterno preparado para o diabo e seus anjos” (Mt 25,41). (DUPUIS, 1999, p. 134)

Na afirmação acima é possível observar que não somente seguir às doutrinas era necessário para a salvação, mas também, ser batizado tornou-se algo indispensável para tal. Para Panasiewicz (2007, p. 128) “a única maneira de participar da salvação eterna era ‘entrando’ para a Igreja Católica, através do batismo, pois, assim, deixava de ser criatura e se tornava filho de Deus”.

No campo católico, o exclusivismo adquiriu um caráter mais missionário, onde a missão da igreja é de se dar a conhecer a vontade salvífica de Deus, fazendo assim com aqueles que, ao conhecê-la se “convertam” a ela. No campo protestante, o exclusivismo se apoiou no tríplice princípio *sola fide, sola gratia, sola scriptura* (só a fé, só a graça, só a Escritura). Fora disso não há salvação. Segundo Teixeira (2012) Karl Barth (1886-1968) foi um dos teólogos mais expressivos do exclusivismo da posição evangélica. Segundo Knitter (2008) na teologia kalbarthiana somos salvos somente pela graça, Cristo é a única revelação de Deus ao homem, somos salvos somente pela fé. Já para Kung (1999) em Karl Barth Jesus Cristo é a única palavra de Deus e não se devem reconhecer outros poderes como revelação de Deus, tendo na mensagem bíblica o critério decisivo do discurso sobre Deus, pois está centrado em Jesus Cristo.

Enfim, no paradigma exclusivista é possível observar tanto no campo católico como no protestante que a principal missão da igreja era a conversão. No campo católico essa conversão era às Doutrinas da igreja, onde, a salvação só está presente dentro dela e para isso é necessário “passar” pela experiência do batismo como requisito básico para salvação. Na igreja protestante o centro da mensagem da salvação é Jesus Cristo, o único salvador, quem não se “converte” a ele não tem salvação. É interessante ressaltar que tal salvação é dada pela graça divina mediante a fé humana.

No tópico a seguir abordaremos o paradigma inclusivista, suas principais características, representantes e sua principal missão.

1.1.1.2 Paradigma Inclusivista

Também conhecido como cristocêntrico o modelo inclusivista propõe um grande avanço teológico em relação ao exclusivismo. Neste paradigma não é a igreja que está no centro, mas Cristo. “Sua reflexão emerge no século XX e sendo oficializada na Igreja Católica no Concílio Vaticano II (1962-1965)” (PANASIEWICZ, 2007, p. 129). Segundo Teixeira (2012) o paradigma inclusivista atribui um valor positivo para as outras religiões e o seu reconhecimento como mediações salvíficas para seus membros. Acredita que a salvação pode acontecer nas religiões, mas lhes nega a autonomia salvífica devido à unicidade e

universalidade da salvação de Jesus Cristo. Dentre os representantes deste paradigma Teixeira (2012) destaca: Jean Daniélou; Karl Rahner; Congar e Von Balthasar.

O paradigma inclusivista se consolida em duas teorias: a *teoria do acabamento*, ou *do cumprimento e a teoria de Cristo presente nas Religiões*. De acordo com Teixeira (2012) os principais representantes da teoria do acabamento ou cumprimento estavam no Ocidente relacionado a teólogos como: Jean Daniélou, Henri de Lubac, Hans Urs Von Balthasar e outros. “Nesta posição, os valores positivos das religiões não cristãs são explicitamente reconhecidos, mas destinados a encontrar o seu ‘acabamento’ (remate) no cristianismo”. (TEIXEIRA. 2012 p. 30). Ou seja, as religiões não cristãs não são mais um obstáculo como antes, elas têm seus valores, mas, como defende Daniélou, não possuem autonomia salvífica.

Vigil (2006) concorda que a teoria do cumprimento significa certo avanço em relação ao exclusivismo. Para o autor a teoria do cumprimento representa uma tentativa de valorizar as outras tradições religiosas e retira da igreja o poder de exclusividade da verdade. O autor afirma ainda que:

A estas religiões é reconhecido certo valor positivo: um valor natural e um valor de preparação para a chegada do Evangelho, ainda que não reconheça um valor intrínseco de salvação, autônomo. Os adeptos dessas religiões- diz a teoria do cumprimento- não se salvarão por elas, e sim apesar delas; irão se salvar definitivamente por Cristo. (VIGIL, 2006, p. 78).

Como sustenta Teixeira (2012), Daniélou (1905-1974) escreveu diversos trabalhos sobre a teoria do cumprimento entre os anos 40 e 60. Este manteve de forma clara a dialética natural-sobrenatural. Encontra-se na ideia de natural e sobrenatural uma maneira de dizer que “se Deus é sobrenatural e as religiões são naturais, não há possibilidade de elas, por si mesmas, conduzirem seus fiéis até Deus. Somente uma religião sobrenatural pode fazer essa mediação” (PANASIEWICZ, 2007, p. 130), neste caso o “acabamento” só poderia ser feito pela religião cristã, pois esta se considera sobrenatural e tem como mediador da salvação entre Deus e o humano: Jesus Cristo. Essa ideia de natural-sobrenatural foi adotada por outros autores além de Daniélou.

A segunda teoria deste paradigma, de *Cristo presente nas religiões*, avança um pouco mais que a primeira. Está associada sobretudo ao pensamento de Karl Rahner (1904-1984) e no âmbito protestante pode-se acrescentar a perspectiva teológica de Paul Tillich (1886-1965). De acordo com Teixeira (2012) para essa teoria as diversas tradições religiosas da humanidade possuem valores salvíficos positivos “para seus membros, pois nelas e através delas manifesta-se a presença operativa de Jesus Cristo e de seu mistério salvífico”. (TEIXEIRA, 2012, p.34-35). Neste sentido tais religiões representam “religiões

sobrenaturais”. Neste mesmo raciocínio Panasiewicz, 2007, p. 130 “afirma que há uma presença misteriosa de Jesus Cristo em todas as religiões. Essa presença as torna também sobrenaturais. Portanto, todas as religiões são sobrenaturais pela presença misteriosa de Cristo nelas”.

A teologia de Rahner oferece esse fundamento, o “existencial sobrenatural”, referindo-se a essa experiência. Cada ser humano tem um existencial natural como referência originária ao mistério absoluto, mas Deus o eleva ao nível da comunhão com seu mistério sobrenatural, oferecida ao ser humano através da sua graça. (PANASIEWICZ, 2007). Nesta lógica, Rahner entende que o ser humano nasce com uma orientação fundamental para Deus, uma espécie de abertura espiritual, que torna o ser humano por natureza chamado à intimidade com Deus. Para o autor:

Este existencial não se torna merecido ou devido e, nesta acepção, “natural”, pelo fato de estar dado a *todos* os homens como elemento permanente de sua existência concreta e pelo fato de estar previamente dado à sua liberdade, à sua autocompreensão e à sua experiência. O caráter gratuito de uma realidade nada tem a ver com a questão se está dada a muitas ou poucas pessoas. (RAHNER, 2008, p. 158. Grifo do autor.).

Na reflexão de Rahner, a autocomunicação de Deus com o ser humano se dá pela graça, a esperança e o amor livre de Deus para com a criatura espiritual. Nas suas reflexões acerca da manifestação da graça de Deus a todas as pessoas o autor cria a categoria “cristãos anônimos” referindo-se a todos os que vivem de acordo com os valores evangélicos, sem serem batizados. Neste sentido o autor afirma:

Isso não nega, mas, pelo contrário, implica positivamente que a pessoa que não encontrou ainda Cristo no testemunho histórico explícito e em sua transmissão, pode, contudo encontrá-lo no seu irmão e no amor para com ele, no qual Jesus se faz encontrar como que *anonimamente*, pois que ele mesmo disse: “cada vez que fizeste a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25,40), a ele que vive sua vida nos pobres, nos famintos, nos encarcerados e nos moribundos. (RAHNER, 1989, p.366. Grifo meu).

Para o autor, todas as pessoas que praticam os ensinamentos de Jesus até mesmo sem conhecê-lo são cristãs por natureza (anônimos). Ao fazer seus apontamentos sobre a categoria “cristãos anônimos” Rahner traz uma nova perspectiva acerca da salvação, rompendo com a exclusividade da igreja católica como afirma Teixeira (2012). Para Rahner (1989), temos a história universal da salvação no mesmo tempo que a história universal da revelação. Assim sendo a história da salvação e da revelação acontecem onde estiver acontecendo a história humana.

Schillebeeckx (2003, p.30) na mesma linha de Rahner diz: “fora do mundo não há salvação”. O autor salienta que a salvação e revelação na vida do ser humano acontecem numa dimensão histórica, onde “o mundo e a história dos homens, em que Deus quer realizar salvação, são a base de toda realidade salvífica: é aí que primordialmente se realiza a salvação”.(SCHILLEBEECKX, 2003,p.29). Assim, o mundo é o grande palco do agir salvífico de Deus, essa ação se dá por meio do seu grande amor e acolhimento para com os seres humanos. É possível perceber que Schillebeeckx e Rahner concordam quanto à igreja não ser o lugar exclusivo de salvação. Para Schillebeeckx (2003) as religiões e igrejas são apenas “sacramentos” da salvação que Deus realiza no seu mundo. Neste contexto as igrejas e as religiões passam a ser memórias vivas da presença salvífica de Deus, na história mundana.

Ao estudar o exclusivismo encontramos autores que, se situam entre a posição inclusivista e a pluralista. É o que denominamos de Inclusivismo aberto ou pluralismo inclusivo. Dentre os representantes desta posição pode-se destacar Jacques Dupuis; Claude Geffré; André Torres Queiruga; Michael Amaladoss; Edward Schillebeeckx; Hans Kung; Christian Duquoc.

Michael Amaladoss não rompe com o inclusivismo, pois se mantém na perspectiva da fé, mas, entra no mundo plural ao reconhecer as manifestações plurais de Deus na história, “mediante a ação do Espírito”. Amaladoss acredita na vontade universal e redentora de Deus e que esta se manifesta de maneira diversa. Partindo do ponto de vista pluralista o autor aborda a questão do valor positivo das religiões e afirma que, “quem salva é Deus, não as religiões. A pessoa se salva numa religião e através dela, mas não é salva por ela. As religiões são simples mediações, que tornam presente o amor salvífico de Deus, mas não o substituem”. (AMALADOSS, 1993, p. 96). Nesse sentido o autor afirma que a ação salvífica de Deus acontece dentro e fora do sistema sacramental e eclesial.

Jacques Dupuis teólogo belga (1923-2004) sempre aberto a interlocuções criadoras, em seu modelo propôs levantar questões sérias sobre o pluralismo religioso. Para o autor “a pluralidade deve ser levada a sério e acolhida positivamente não apenas como um fato, mas em linha de princípio. É preciso sublinhar que ela tem um lugar próprio no plano de Deus para a salvação da humanidade”. (DUPUIS, 1999, p. 282.) O autor defende ainda que estar firme na própria fé é compatível com a abertura ao diálogo com a fé dos outros.

Ainda na linha do pensamento inclusivo aberto, procurando lapidar sua reflexão entre o pensamento cristocêntrico e as reflexões pluralistas, encontra-se também o teólogo Claude Geffré. Segundo Panasiewicz (2007) Geffré traz uma nova reflexão para pensar os valores presentes nas religiões, as quais ele denomina de *Valores crísticos*. Esses valores “são aqueles

que vêm do próprio Cristo, enquanto Verbo de Deus e que irradia verdade, santidade e bondade para todas as tradições religiosas”. (PANASIEWICZ, 2007, p. 135). Para Geffré os valores de Cristo são mais que virtudes implicitamente cristãs, pois são diferentes dos valores cristãos. Na sua teoria, o autor afirma que tais princípios provavelmente não serão encontrados dentro do cristianismo. Ele acredita que os valores crísticos são aquelas virtudes deixadas por Cristo, enquanto Verbo de Deus, que não foram percebidas pelos cristãos, mas, foram entendidas e absorvidas pelas demais tradições religiosas. O cristianismo por sua vez, teria a possibilidade de ter contato com tais virtudes e valores através da sua relação com as diferentes tradições religiosas. Segundo Geffré os valores crísticos podem ser:

Da ordem do *conhecimento*: algumas tradições religiosas comportam textos sagrados, revelações e profecias que podem ser uma pedagogia no caminho da descoberta do verdadeiro Deus. [...]. Elas podem ser de ordem do *culto*: certos ritos, certas iniciações e certas práticas ascéticas da alma e do corpo podem ser uma espécie de aprendizagem da verdade da relação religiosa do ser humano com Deus [...]. Eles podem ser da ordem da exigência *ética*. Há nesta ou naquela religião valores de esquecimento de si, de justiça, de compaixão, de hospitalidade e mesmo de fraternidade que podem ser como antecipação dos valores do Reino de Deus. (GEFFRÉ, 2004, p.160-161).

Para o autor, uma regra geral e maior de toda forma religiosa, está na capacidade do ser humano em descentrar-se de si mesmo para ter uma abertura e um encontro com o mistério. Mistério este que ele denomina de *mistério pascal*. Geffré também deixa clara a distinção entre o que ele chama de *valores crísticos* e *valores implicitamente cristãos*, onde este último seria valores assimilados e difundidos pelo cristianismo histórico e vividos de maneira implícitas por outras tradições religiosas”. (PANASIEWICZ, 2007, p. 137). Com a ideia de virtudes e ou princípios deixados por Cristo, Geffré ultrapassa a noção de um cristianismo “anônimo” e amplia a noção inclusivista, onde, Cristo é quem realiza todas as coisas e não o cristianismo histórico, ou seja, as outras tradições religiosas em sua concepção encontrarão realização em Jesus Cristo, mas, não no cristianismo.

Diante do exposto conclui-se que o inclusivismo trouxe uma valorização positiva para as outras religiões, ainda que consideradas limitadas. Reconhece que a salvação pode acontecer nas múltiplas religiões, mas, lhes nega autonomia salvífica, isso só acontece através do mediador (Jesus Cristo). No inclusivismo a igreja não é mais o centro e sim Cristo. Levando em conta que Cristo está presente nas diversas religiões este paradigma tem como principal missão anunciar o Evangelho.

Considerando multiplicidade de religiões e sua autonomia salvíficas surge um novo paradigma. O tópico a seguir propõe discorrer sobre a teologia pluralista.

1.1.1.3 Teologia Pluralista

O paradigma **Pluralista** surge como nova forma de pensar a relação entre o cristianismo e as religiões enquanto “religião de superioridade última”. Os teólogos pluralistas propõem uma mudança de paradigma, onde, o cristocentrismo dá lugar ao teocentrismo. As religiões têm autonomia salvífica e são reconhecidas como verdadeiras e não como um cristianismo diminuído. De acordo com Panasiewicz (2007), o axioma pluralista surge na década de oitenta e tem como seu iniciador o filósofo e teólogo inglês John Hick, tendo outros representantes como Paul Knitter, Raimon Panikkar, Roger Haight.

Com renome internacional, John Hick lecionou em diversas universidades, tanto nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha. Pertencente à tradição presbiteriana, ordenado na Igreja Presbiteriana da Inglaterra. De acordo com Teixeira (2012), já em 1973, propôs uma “revolução copernicana em teologia”. Nesta proposta de mudança de paradigma, Hick propôs uma superação à visão ptolomaica, em que as religiões giram em torno de Cristo tendo o cristianismo como centro (cristocentrismo) para o modelo teocêntrico baseado nas teorias de Copérnico, em que todas as religiões giram em torno do sol. Neste caso Deus está no centro e as religiões estão todas “girando” ao seu redor, no mesmo sentido com o mesmo valor, inclusive o cristianismo.

A partir dessa visão teocêntrica, Hick irá questionar a doutrina cristã da encarnação divina de Jesus. Para ele a encarnação deve ser vista e compreendida no sentido metafórico e não literal. Nas palavras do autor, Jesus era:

um ser humano extraordinariamente aberto à influência de Deus e que, portanto, viveu em uma medida extraordinária como agente de Deus na terra, “encarnando” o propósito divino para a vida humana. Assim, ele corporificou, nas circunstâncias de sua época e lugar, o ideal da humanidade que vive em abertura e em atitude de resposta a Deus, e ao fazê-lo ele. “Encarnou” um amor que reflete um amor divino. (HICK, 2000, p.25-26).

Para o teólogo, o Jesus histórico não tinha atributos de divindade nem a intenção de fundar uma igreja universal. Ele era metafórico. O fato é que a expressão “Filho de Deus”, que depois se transformou em modelo na teologia da igreja cristã, era utilizada no Oriente Próximo, mais como um significado de um “servo especial de Deus”. Esse sentido metafórico acabou se transformando em um sentido metafísico de “Filho de Deus”, o grande erro da tradição cristã, na perspectiva de Hick. Vejamos:

e minha tese no tocante à doutrina cristã da encarnação reza que não se constatou que a doutrina possuiria qualquer sentido aceitável enquanto hipótese literal. Todo e qualquer conteúdo sugerido para a hipótese deve ser rejeitado como um engano, ou,

fazendo uso da linguagem eclesial tradicional, como herético. Na verdade, heresia básica sempre foi a de tratar a metáfora religiosa como metafísica literal. (HICK, 2000, p.145).

Percebe-se nos dizeres do autor que a ideia da encarnação mesmo sendo a base da doutrina cristã não passa de um mito de formatação conceitual. E mais, seguindo sua concepção do poder operativo da graça divina na ação humana, Jesus não era uma segunda pessoa de Trindade divina, mas sim um homem que respondia totalmente à graça divina cumprindo assim a vontade de Deus.

Após resolver “o mito da encarnação” Hick se concentra no Teocentrismo. Ele adota o conceito de *Centralidade do Real*. Para ele a ideia de *centralidade do Real* foi decisiva na hipótese pluralista. O autor escolheu a categoria Real para traduzir a realidade transcendente, mesmo reconhecendo seus limites. Trata-se para ele de um termo *mais neutro* e que apresenta uma visão mais universal. O Real é a fonte e o fundamento de tudo, estando para além de todos os sistemas particulares de crença. As distintas expressões religiosas tornam-se contextos de salvação/libertação à medida que se sintoniza com este Real.

Com base em concepção epistemológica kantiana, Hick estabelece uma distinção entre o “Real em si” e o “Real manifesto”:

O que sugiro é que se aplique esse princípio à nossa percepção do Real, fazendo uma distinção entre o Real numênico, Real *an sich* (em si), e o Real humanamente percebido de diferentes modos, que configuram um raio de fenômenos diversos. (HICK, 2005, p. 54)

Na concepção do autor, o Real em si seria o inacessível aos seres humanos (Real Absoluto, não pessoal) e o Real manifesto, que é a forma como o fenômeno é experimentado nas diferentes comunidades humanas. Assim diversas tradições religiosas seriam diferentes respostas ao Real.

Observa-se ainda para Hick (2005) que não se acessa o Real em si, nem se pode atribuir-lhe qualidades intrínsecas. Não é pessoal ou impessoal, um ou muitos, consciente ou não consciente, pleno ou vazio. É inacessível, fora de qualquer alcance cognitivo. Todavia como a luz do sol, vem parcialmente apreendido pelas diversas tradições de forma diversificada. Por isso, a metáfora do arco-íris, que vem expressar a refração da luz divina, ou do Real, nas diversas culturas religiosas. O pluralismo de Hick abre uma nova perspectiva para a acolhida das religiões em sua alteridade, na medida em que convoca ao reconhecimento da presença do Mistério.

Dentro da linha pluralista, Knitter propõe uma reinterpretação da unicidade de Jesus visualizando a diversidade das cristologias do Novo Testamento. Toda reflexão teológica

deste autor está voltada para a necessidade de uma reflexão em prol do diálogo inter-religioso. O modelo proposto pelo autor discorda de uma unicidade exclusiva ou inclusiva, acreditando numa unicidade relacional de Jesus. Ao propor uma reinterpretação da unicidade de Jesus o autor afirma:

Jesus não é a verdade total, decisiva e indispensável. [...], pois, se não insistimos mais que Jesus é a única palavra salvífica de Deus estamos abertos à possibilidade de que há outras manifestações universais, decisivas e indispensáveis da realidade divina além de Jesus. (KNITTER, 2010, p.104.)

Nesse sentido Knitter assevera que Jesus é *normativo*, ou seja, uma referência, para a salvação do ser humano. Ele foi relevante e universalmente reconhecido neste sentido, porém, segundo o autor ao tratar da unicidade de Jesus, este não foi o único, não tem exclusividade como mediador da salvação. “A unicidade de Jesus, vem, assim, interpretada como complementar e relacional, capaz de favorecer a relação, a abertura e o aprendizado com os outros”. (TEIXEIRA, 2012, p. 121). Aqui estaria na perspectiva pluralista uma abertura para promover o diálogo inter-religioso, pois, quando se percebe a presença salvífica de Deus nas outras tradições, e entende-se que não só Jesus é o salvador, há espaço para uma partilha de concepções válidas, valores e trocas entre as tradições de maneira proveitosa e respeitosa.

Roger Haight, teólogo jesuíta americano, vem apresentando ao longo dos últimos anos, segundo Teixeira (2012), uma rica e provocadora reflexão teológica, principalmente com sua obra mais expressiva: “Jesus símbolo de Deus”. Na visão do autor, os símbolos podem ser concretos e conceituais. Os símbolos conceituais ou conscientes são:

As palavras, as noções, os conceitos, as ideias, os ditos ou textos que mediam uma consciência mais profunda de um nível de realidade que vai além de seu sentido manifesto. A metáfora é um bom exemplo de símbolo consciente. (HAIGHT, 2003, p. 28).

Quanto ao outro tipo afirma: “contrastivamente, um símbolo concreto é um objeto. O termo refere-se a coisas, lugares, eventos ou pessoas que mediam a presença e a consciência de uma outra realidade”. (HAIGHT, 2003, p. 28). A partir das distinções entre os símbolos o autor afirma que na religião cristã, Jesus é o símbolo concreto de Deus, ou seja, Jesus foi uma figura concreta na história humana. De acordo com Haight (2003) as pessoas encontraram e ainda encontram Deus em Jesus. Esse encontro seria representativo, pois na realidade as pessoas relacionam com Deus de forma representativa a partir das memórias de Jesus. Nesta lógica, Jesus é um símbolo relacional de Deus.

Uma das teses de Haight que tende a “sustentar” o pluralismo religioso é chamada de a unicidade e universalidade da mediação salvífica de Jesus. Ele defende que quem salva é

Deus, e o próprio testemunho de Jesus é teocêntrico. Segundo Teixeira (2012) “movido pela convicção de que as religiões encontram-se enraizadas na providência de Deus, que se encontram abraçadas pela lógica infinita do amor e misericórdia de Deus, Haight toma posição em favor de um teocentrismo”. (TEIXEIRA, 2012, p. 138).

Dando continuidade em sua linha de pensamento pluralista, Haight propõe sua hipótese de uma “cristologia do Espírito” o que ele denomina em sua obra (Jesus símbolo de Deus) como a “Trindade a partir de baixo”. “Uma cristologia do Espírito pode ser caracterizada como aquela que procede a partir de baixo, em diversos sentidos”. (HAIGHT, 2003, p.512). A cristologia de Jesus é considerada de baixo por necessariamente ter como ponto de partida, símbolos que lhes sirvam de referência como sua história, sua gênese e sua experiência, é quase uma leitura etnocêntrica de Cristo na tentativa de permitir uma compreensão e não se confundir com uma fantasia. De acordo com o autor: “o símbolo bíblico, o Espírito de Deus, refere-se a Deus. Deus como Espírito, ou Espírito de Deus, é simplesmente Deus, não é senão Deus, mas é material e absolutamente idêntico a Deus”.. (HAIGHT, 2003, p.513). Desse modo não podemos ver Deus, mas, como Espírito podemos sentir sua presença assim como sentimos o vento.

Quanto à teologia Pluralista pode-se dizer que ela é basicamente teocêntrica. Para os principais representantes deste paradigma todas as religiões são verdadeiras e possuem autonomia salvíficas. É possível observar neste paradigma que Deus manifesta sua presença em cada tradição religiosa de maneira amorosa e acolhedora. A salvação acontece na medida em que cada tradição se abre ao relacionamento com esse “transcendente” ou Deus, já que em cada religião manifesta-se com um nome. Por isso, a grande missão percebida neste paradigma é testemunhar a verdade contida em cada tradição religiosa, uma vez que, não há a pretensão em provar qual é a melhor ou quem em determinada tradição salva.

Percebe-se que o grande desafio na proposta da Teologia Pluralista é o diálogo inter-religioso. Reconhecer que a outra tradição tem o poder salvífico é um grande passo, mas, será que há espaço para uma convivência harmônica e dialógica entre as tradições?

Esse desafio vai além das instituições religiosas. Ele atinge todos os setores da sociedade, uma vez que em todos os lugares encontram-se pessoas de diversas tradições religiosas. O ambiente escolar é um grande exemplo desse espaço de convivência com o diferente.

Partindo dessa hipótese, o tópico a seguir apresentará o resultado de uma pesquisa de observação feita em três escolas públicas da rede estadual de Belo Horizonte. A pesquisa teve por objetivo verificar como a disciplina de Ensino Religioso é desenvolvida nas escolas, se

tem por base algum paradigma estudado na TPR e se preocupa com o diálogo como contribuidor na formação da cidadania. Para tal objetivo, foram observadas aulas de ER das escolas bem como análise dos materiais didáticos utilizados pelas docentes.

Outro objetivo proposto na pesquisa foi observar como as escolas vêm a disciplina ER e analisar se as mesmas têm uma proposta de trabalho mais dialógica e plural para a mesma. Para isso foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos de cada instituição. A base utilizada para ler o ER nas escolas será a TPR.

1.2 Uma leitura do ER escolar a partir dos paradigmas da TPR.

Segundo Junqueira e Wagner (2011), o Ensino Religioso (ER) que vigorou em nosso país desde o Brasil colônia foi um ensino catequético, onde a igreja Católica Romana era a religião oficial. Segundo Figueiredo ⁵ (1996) de 1500 até início da década de 90 o ER passou por várias fases e transformações, para se firmar enquanto disciplina escolar. Durante este período a autora relata muitos desafios enfrentados entre Estado e órgãos que entendem a importância do ER na prática escolar.

A década de 90 foi significativa tanto para o país quanto para o Ensino Religioso. O país passava por um período de grandes transformações na área social, política e econômica. Viu-se grandes avanços na área da ciência, criações de novas tecnologias, nacional e internacionalmente. Vivíamos o início da política de globalização. Segundo afirmam Junqueira e Wagner (2011), no campo educacional, surgiram as chamadas reformas de ensino, que provocaram mudanças educacionais em todos os países. No Brasil, o ER passou a ser garantido na constituição brasileira pelo artigo 210 através da Constituição da República de 1988. A partir desta Constituição, ainda como movimento educacional, reformas significativas foram feitas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB)⁶, o que trouxe uma nova concepção de educação e, dentro desta, o Ensino Religioso.

⁵ Para melhor entender os passos que essa disciplina trilhou ao longo dos quinhentos anos no Brasil ver: FIGUEIREDO, Anísia de Paula. **O ensino religioso no Brasil**. Tendências, conquistas, perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1996. Nesta obra a autora faz os apontamentos do ER no Brasil colônia entre 1500 a 1800, depois os rumos que a disciplina tomou entre 1800 e 1900 (sob o horizonte do Regalismo). 1900 a 1930/34 (a influência positivista); 1937 - 1945 o ER é admitido nas escolas em caráter facultativo; 1946 a 1964 (liberalismo) “o Ensino Religioso é contemplado como dever do Estado para com a liberdade religiosa do cidadão.” (p.11). No horizonte do autoritarismo (1964-1984) o ER é obrigatório para as escolas, mas facultativo para os alunos, porém, ainda enfrenta discriminação e desafios. A partir de 1985 Figueiredo relata a busca do ER por sua identidade, pelo seu espaço e redefinição no espaço escolar.

⁶ LDB- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Com as discussões no âmbito educacional em andamento, percebeu-se que não era mais cabível ter nas aulas de ER apenas conteúdos cristãos. Como uma possível saída para tal problema, em 1995 surgiu o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso - FONAPER:

A partir de 1995, grupo de educadores ligados a escolas, universidades e secretaria de educação reuniram-se para pensar um conteúdo que abrangesse a realidade cultural e religiosa brasileira [...] e uma nova forma de Ensino Religioso. A assembleia dos 25 anos do Conselho de Igreja para o Ensino Religioso (CIER) [...] aprovou a carta de princípios. Este fórum criou o Fórum Nacional Permanente (FONAPER). (JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 85).

Para Passos (2007), apesar de o FONAPER ser a proposta mais coerente e consistente para o ER, salienta que o mesmo ainda tem grandes desafios políticos e de ordem teórico-metodológico a enfrentar para compreender a disciplina. No ano de 1997 foi lançado os Parâmetros Curriculares Nacionais ⁷ mediante amplo processo de reflexão sobre os fundamentos históricos, epistemológicos e didáticos que devem nortear a disciplina ER.

O Ensino Religioso (ER) no Brasil atualmente é uma disciplina reconhecida no currículo do Ensino Fundamental, colocando-o como parte integrante da formação básica e como disciplina dos horários normais do ensino fundamental, como é possível perceber nos termos da lei:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

A partir dessa lei o ER passa a ser disciplina regular, com relevância pedagógica e de responsabilidade do Estado, ocorrendo assim, uma “desconfessionalização” do ER.

A respeito do ER na rede estadual de ensino em Minas Gerais a Lei diz:

Art. 1º O ensino religioso, disciplina da área de conhecimento da educação religiosa e parte integrante da formação básica do cidadão e da educação de jovens e adultos, é componente curricular de todas as séries ou todos os anos dos ciclos do ensino fundamental. **Parágrafo único.** O ensino religioso, de matrícula facultativa, respeitará a diversidade cultural e religiosa, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo e de abordagens de caráter confessional. Art. 2º O ensino religioso será ministrado de forma a incluir aspectos da religiosidade em geral, da religiosidade brasileira e regional, da fenomenologia da religião, da antropologia cultural e filosófica e da formação ética. **Parágrafo único.** Cabe ao órgão competente do

⁷ Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) configuram um documento elaborado pelo FONAPER “mediante amplo processo de reflexão sobre os fundamentos históricos, epistemológicos e didáticos desse componente curricular, explicitando seu objeto de estudo, seus objetivos, seus eixos organizadores e seu tratamento didático.” (PCNER, 2009, p.7).

Sistema Estadual de Ensino estabelecer as diretrizes curriculares para o ensino religioso, ouvidas entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas, cultos e filosofias de vida e entidades legais que representem educadores, pais e alunos. (Redação dada pela Lei Estadual 15434 2005 Data: 05/01/2005 Origem: LEGISLATIVO)

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS). O “Ensino Religioso é uma reflexão sobre a práxis que estabelece significados, já que a dimensão religiosa passa a ser compreendida como compromisso histórico diante da vida e do transcendente”. (PCNER, 2009, p.34). A escola é um espaço de construção de conhecimento e de socialização, e por isso, o conhecimento religioso precisa encontrar espaço para ser socializado. Segundo os PCNER (2009) não é função da escola fazer com que seus educandos vivenciem de maneira confessional os conhecimentos religiosos, pois, o ER não está “a serviço” de uma determinada religião. O objetivo fundamental para a disciplina em questão é:

o Ensino Religioso, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilita a compreensão das formas que exprimem e Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade. (PCNER, 2009, p. 46-47).

Assim, a partir da proposta apresentada no PCNER (2009), a disciplina ER deve proporcionar ao discente um conhecimento básico dos elementos que compõe o fenômeno religioso tomando por base as experiências vividas nos contextos dos mesmos. Entender o papel das tradições religiosas, analisando suas manifestações culturais; facilitar a compreensão das verdades contidas nas diversas tradições, possibilitando assim, maiores esclarecimentos sobre o diferente e os valores que torna cada estrutura religiosa autêntica.

Para Junqueira e Ribeiro um dos principais avanços do ER no processo educativo na atualidade, em seu currículo, é a “possibilidade de leitura da interferência do fenômeno religioso na sociedade. Neste contexto, é fundamental ter conhecimento do universo simbólico [...]”. (JUNQUEIRA; RIBEIRO, 2013, p.36). Tal universo simbólico representado pelos ritos, pelas festas e por outros elementos religiosos constituem na vida das pessoas um *Espaço Sagrado* capaz de influenciar seus comportamentos éticos e morais. Assim:

o Ensino Religioso torna-se autêntico processo educativo ao adentrar nesse espaço sagrado como uma possibilidade de oportunizar o conhecimento dessas realidades e, mais do que isso, oportunizar a experiência desses espaços, uma vez que o sagrado só se pode conhecer a partir da aproximação da experiência que o origina. No entanto, essa abordagem se dá enquanto disciplina que estuda, de forma acadêmica, o fenômeno religioso e as manifestações do sagrado presentes na sociedade. (JUNQUEIRA; RIBEIRO, 2013, p. 37).

Percebe-se, portanto, que o Ensino Religioso enquanto disciplina regular nas escolas brasileiras ganha autenticidade na medida em que valoriza a diversidade religiosa no ambiente

escolar. Tal diversidade usada como “ponte” para o conhecimento do fenômeno religioso presentes nas salas de aula pode oportunizar aos alunos um enriquecimento de vida ao proporcionar aos mesmos um encontro com o diferente e o exercício da alteridade.

Perante tais reflexões sobre a disciplina ER pergunta-se como tem sido o exercício dessa disciplina no dia-a-dia das escolas? Como será sua prática em sala de aula? Será que ela atende a uma visão plural? Será que seu foco tem sido o exercício da alteridade e a formação básica do cidadão como salienta a lei? A seguir as observações feitas na tentativa da busca por tais respostas.

É claro que se tem a consciência de que a pesquisa de observação tomou como base uma pequena amostra o que não reflete a situação nem de Belo Horizonte e nem do Estado como todo. Apenas queremos perceber como os paradigmas, as teorias a respeito do ER têm sido colocadas na prática das escolas visitadas.

Foram visitadas três escolas estaduais da cidade de Belo Horizonte. Utilizou-se como critério de escolha, escolas que ofertassem desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio e a princípio⁸ uma escola por superintendência regional de ensino de Belo Horizonte. Porém, foi visitada uma escola na Superintendência Regional de Ensino – **Metropolitana A** (região centro-sul) e duas na Regional de Ensino - **Metropolitana C** de Belo Horizonte. Outro critério utilizado foi optar por instituições que atendessem a um público de estudantes com condição social diversificada. O objetivo deste critério foi observar se este fator teria alguma influência no tipo de aula e material didático utilizado pelas docentes de ER.

As escolas não serão identificadas bem como as professoras. Durante a descrição da pesquisa serão utilizados nomes fictícios para todas, da seguinte maneira: a primeira escola visitada será denominada Escola A e professora A; a segunda: Escola B e professora B e a terceira será chamada de Escola C e professora C.

1.2.1 Uma leitura do Ensino Religioso a partir da Escola A

A **Escola A** localiza-se na região Norte de Belo Horizonte. Fundada em 1970 como Grupo Escolar, atendia 679 alunos. Foi crescendo gradativamente e através da autorização para extensão de séries. Desde o ano 2000 recebeu autorização para ministrar o Ensino Médio e Educação de Jovens e adultos. Conta, no ano de 2015, com 1.336 alunos matriculados no

⁸ Não foi possível visitar a escola da Regional Metropolitana B porque a diretora da mesma não autorizou a visita no dia agendado para a pesquisa. Apesar de tudo ter sido combinado com antecedência a profissional mostrou-se resistente e não permitiu a pesquisa. Por não estar em tempo hábil, procurei outra escola na Regional Metropolitana C, o que não prejudicou o projeto, por se tratar da maior regional que temos, as escolas ficam distantes uma da outra e com realidades bem distintas.

1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. A escola recebe alunos do bairro no qual está inserida e de aproximadamente mais cinco bairros vizinhos.

1.2.1.1 Uma análise do Projeto Político Pedagógico

A **escola A** através de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) justifica a existência da instituição escolar por empreender uma tarefa significativa em preparar os alunos para a vida, qualificando-os para o exercício da cidadania, possibilitando um pleno desenvolvimento durante a vida. Tem por objetivos gerais garantir que os discentes tenham uma boa formação social capaz de exercerem sua cidadania e: serem capazes de enfrentar problemas de naturezas diferentes, terem capacidade de argumentar e fazer escolhas e preposições. Preocupa-se em desenvolver as competências através das disciplinas. As disciplinas devem ser tratadas como campos dinâmicos do conhecimento, e não como listas de saberes oficiais.

Percebe-se na redação do documento que a escola tem como meta trabalhar para desenvolver habilidades e capacidade de aprendizagem tendo em vista a formação de *atitudes e valores*. Defende o fortalecimento do vínculo familiar, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. O PPP destaca ainda a diversidade quanto ao desempenho escolar.

Segundo os relatos do documento há uma turma em cada ano defasada em relação à fase que cursa de acordo com avaliações e diagnósticos internos. Quanto à estrutura física fica registrado via PPP que as condições da escola são precárias em alguns aspectos: refeitório pequeno, não possui sala de vídeo, não há rampas para alunos com necessidades especiais. As salas de aulas são amplas e ventiladas, necessitando de alguns reparos em portas e armários e instalação de cortinas.⁹

O PPP em vários momentos, inclusive ao relatar sobre a missão da escola, reforça a valorização do pluralismo de ideias, respeito à liberdade e à tolerância; valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Promover um trabalho educativo de inclusão que reconheça as experiências e habilidades individuais, capaz de reconhecer as diferenças e promover uma cultura acolhedora, respeitosa e garantidora de uma educação de qualidade.

⁹ De acordo com a observação feita neste ambiente escolar, nota-se que a escola passou por algumas reformas, porém, o aluno não mantém o ambiente em que eles próprios utilizam preservado. Foi possível observar ventiladores arrancados dos tetos, cortinas foram roubadas (segundo relato da direção da escola) e algumas portas arrancadas.

A escola tem como um de seus projetos de intervenção pedagógica para o ano de 2015: “O Projeto Cidadão”.¹⁰ O projeto é caracterizado pela busca e resgate de valores. O objetivo é desenvolver conceitos como: ética, diálogo, violência, respeito mútuo, preconceito, discriminação, justiça, convivência, solidariedade e responsabilidade.

O que mais chamou atenção da pesquisadora neste projeto foi a forma com que se propôs trabalhar a interdisciplinaridade. Disciplinas trabalhando em pares nas atividades tais como: matemática e história, português e inglês, mas, a disciplina ER que segundo a lei deveria contribuir para a formação básica do cidadão, não aparece como contribuidora no projeto. Temas como bullying, racismo e preconceito são valores que poderiam ser direcionados e discutidos através do Ensino Religioso promovendo um diálogo, o respeito ao próximo não só em termos gerais, mas de uma maneira aprofundada em relação ao respeito e à diversidade religiosa. No entanto, todas as formas de desenvolver o projeto têm como bases dinâmicas e ações mais ligadas à língua portuguesa. Através desse projeto e de outros foi possível perceber a instituição de ensino visitada ainda não tem uma consciência do verdadeiro papel do ER na escola e das contribuições que este poderia trazer à comunidade escolar como um todo. Pelo menos em parte. Não se pode afirmar categoricamente também que esse seja um pensamento de todos os atores envolvidos no processo escolar. Observa-se que à medida que a instituição voltar seu olhar de forma mais especial para esta disciplina, propostas como a de resgate de valores, respeito às diferenças como está no “projeto Cidadão” e no PPP, farão mais sentido e serão desenvolvidos com maior propriedade nas aulas de Ensino Religioso.

1.2.1.2 Um olhar do Ensino Religioso a partir da sala de aula

Foram observadas oito¹¹ aulas do terceiro ciclo do ensino fundamental correspondentes ao 6º e 7º ano. A escola tem apenas uma professora de ER para todas as turmas: a professora A. De acordo com o cronograma observado, a professora¹² trabalha com dinâmicas em uma semana e em outra semana utiliza material impresso ou escrito na lousa para desenvolver o conteúdo proposto.

¹⁰ O projeto Cidadão está anexado ao Projeto Político Pedagógico da escola. Apesar de terem outros projetos de intervenção pedagógica esse em especial é aparentemente o grande destaque e o que está sendo posto em prática. O projeto foi elaborado pela professora de Língua Portuguesa e também atual diretora da escola.

¹¹ As aulas foram observadas em duas semanas. Cada semana estive em duas salas do 6º ano e duas salas do 7º ano.

¹² A professora é graduada em pedagogia com ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas.

Em uma das dinâmicas observadas¹³ a professora **A** fez três riscos verticais no quadro dividindo-o em três partes e perguntou: “o que te faz olhar para baixo?” As respostas foram colocadas na primeira parte do quadro: “depressão, tristeza, angústia, medo”. Em seguida perguntou: “O que te faz ficar parado”? “Não andar”? “O que aconteceu na sua vida que te paralisou”? As respostas foram escritas no meio do quadro. Algumas respostas: “meu pai morreu assassinado”; “meus pais estão se separando”; “fofoca, inveja, mágoa, falsidade”. E por fim perguntou: “o que nos faz olhar para cima”? “O que deve nos mover a andar?” Após ouvir algumas respostas como alegria, amor, a professora **A** prosseguiu escrevendo na terceira parte: “louvar a Deus, fé em Jesus Cristo, amor de Deus, oração, presença de Jesus na nossa vida, verdade, esperança.”. Finalizada a dinâmica inicial a docente contou a história bíblica que relata a passagem de Moisés pelo deserto. Após contar a história finalizou com a seguinte reflexão: “Moisés não viu a terra prometida porque feriu a rocha, ele não esperou. As coisas mal resolvidas o impediram de andar para frente e de olhar para cima. Então mesmo ele fazendo a vontade de Deus por causa de um vacilo perdeu a benção”. E continuou dizendo aos alunos que se deve tomar cuidado, pois, mesmo olhando para cima pode-se “perder a benção” por causa de coisas de sentimentos descritos na primeira e segunda coluna do quadro.

A postura da docente nas aulas com dinâmicas como a descrita acima, a princípio envolve os docentes, porém, quando traz a ideia de um Deus exigente, que ao mesmo tempo em que dá, pode tomar, o que nos faz olhar para cima pode nos fazer olhar para baixo caso não haja uma completa obediência, desfaz tudo o que ela a princípio planejou para a disciplina. Os alunos demonstram uma frustração ao perceber que esse caminho às vezes parece inalcançável.

Em uma das aulas práticas observadas na segunda semana¹⁴, a professora **A** iniciou perguntando: “quantas vezes devemos perdoar”? Alguns responderam setenta vezes sete, ela respondeu: “sempre” explicou que na época de Jesus era permitido perdoar até três vezes, isso para homens, fez uma contextualização segundo a bíblia, dizendo que o número 7 (sete) é perfeito, infinito, divino e o número 3 (três) na bíblia significa definitivo. Prosseguiu a aula falando do perdão supremo de Jesus: o perdão na cruz.¹⁵ Após falar sobre o perdão sob a ótica bíblica a professora **A** escreveu¹⁶ na lousa sobre tudo que havia falado para que os alunos

¹³ A mesma dinâmica é apresentada em todas as salas e séries que a professora trabalha.

¹⁴ Como falado anteriormente uma semana a aula é através de dinâmica e na outra é aula prática com registro no caderno.

¹⁵ Ao falar sobre o perdão supremo a professora refere-se às palavras de Jesus na cruz: “pai perdoa-lhes porque não sabem o que fazem” (EVANGELHO DE LUCAS Lc 23: 34)

¹⁶ Tudo que foi escrito no quadro nesta aula estava no livro: “De mãos dadas” para o 5º ano da editora scipione que a professora A utiliza em suas aulas.

fizessem o registro no caderno. E termina pedindo a todos que façam uma reflexão sobre o que é mais fácil: perdoar ou pedir perdão. Nas demais aulas observadas tanto na semana de dinâmicas, quanto na semana de “registros” em todos os temas trabalhados (perdão, tempo de milagre, motivação para crescer, para onde devemos olhar e outros) a docente sempre complementava com uma história bíblica¹⁷. Deixava claro para os alunos que só Jesus Cristo é o caminho, a salvação e a solução para os problemas dos mesmos.

Não posso deixar de ressaltar que mesmo tendo uma boa formação, a professora não consegue trazer para a prática da sala de aula e principalmente para uma disciplina, como o ER, uma didática adequada. Na aula com o tema sobre o perdão, por exemplo, ela apenas “despejou” um monte de conceitos sobre os alunos sem preparar o ambiente, sem antes perguntar o que o perdão significava na cultura religiosa de cada um. O resultado dessa aula em todas as salas e de outras com registro foi uma grande indisciplina. A maioria dos alunos conversava, brincavam e até fizeram pipas, enquanto ela fazia as anotações na lousa.

Após observar as aulas da **Escola A** pode-se afirmar que o paradigma presente nas mesmas é totalmente exclusivista, pois, firma-se no axioma que só Jesus Salva. Não foi percebido no tempo das observações espaço para um diálogo inter-religioso. Observou-se também um ensino muito catequético¹⁸, onde a escola parece mais uma extensão da igreja evangélica. Percebeu-se na professora uma necessidade muito grande em “resgatar” os alunos da marginalidade e da criminalidade, o que é fato na escola. Ela programa suas aulas a partir do contexto social, econômico e cultural dos alunos. Segundo palavras dela em sala “só Jesus pode dar conta de vocês, só ele pode livrar vocês do mundo do crime. Aonde você quer chegar? Só com Jesus você pode ir mais longe”.

Apesar da preocupação da docente com os alunos, como em todo paradigma exclusivista, não há uma preocupação com o sujeito. Na introdução dos temas, por exemplo, não há a preocupação em saber se existem alunos que têm uma crença diferente, o que a tradição religiosa dos presentes diria sobre o assunto, muito pelo contrário, todos os conteúdos são impostos de maneira agressiva, não fisicamente, mas, moralmente e eticamente. São impostos aos alunos, sem que estes tenham direito a voz. É importante esclarecer que, a observação feita aqui não é pelo fato de a professora mostrar Jesus Cristo como uma alternativa para ajudar os alunos a resolverem seus problemas, mas sim à falta de

¹⁷ As histórias bíblicas contadas são dentro do contexto protestante. A professora é evangélica e deixou claro que trabalha a partir da fé que professa.

¹⁸ Segundo Passos (2007) a prática catequética é aquela que se sustenta na transmissão e embasamento de princípios de fé, doutrina e dogmas de determinada confissão religiosa. É uma educação da fé baseada em experiências a fim de transmitir um determinado conteúdo para garantir a prática de tal religião.

espaço para o diálogo inter-religioso e de “voz” para as demais tradições representadas na classe.

1.2.1.3 Uma abordagem sobre o material didático utilizado na Escola A

A escola não adota um material oficial para as aulas de ER. A professora utiliza o livro didático “De mãos dadas” (editora Scipione) numa versão mais antiga. O tema do livro é “descobrimos a Bíblia”. Através do tema principal o livro se desenvolve a partir da temática: “ser cristão é...”, na qual os valores bíblicos são apresentados a cada atividade, acompanhadas de uma história bíblica, versículos ou histórias que levam a uma reflexão sobre os princípios e valores deixados nos Evangelhos para ser um bom cristão. Além do livro a docente faz uso de materiais utilizados com as crianças de sua igreja na sala de aula. São “lições” sempre com uma história bíblica cuja reflexão central é o andar diário com Jesus culminando com exercícios sobre o relato da história.

Existe na escola atualmente uma versão atualizada da coleção “de mãos dadas” (editora Scipione, 2014), que traz temáticas diferenciadas como cidadania, política, justiça, respeito à diferença. No entanto, esta ainda utiliza como “pano de fundo”, na maioria das unidades apresentadas, as histórias bíblicas como principal fonte de consulta e reflexão. Outra aquisição que a escola fez para esta disciplina foi a coleção “todos os jeitos de crer: ensino inter-religioso” (editora Ática).¹⁹ A coleção conta com uma variedade de temas como: Deus é um só?; Cada um com sua crença; morte; dez maneiras de ser bom e outros. Em toda a coleção os temas são tratados utilizando como lente as diversas tradições religiosas²⁰. Apesar da aquisição feita pela escola, a coleção ainda não está sendo utilizada em sala de aula.

Enfim, ao fazer uma análise do Ensino Religioso da **Escola A** tendo como base todos os pontos levantados anteriormente, é possível afirmar que em grande parte do tempo, esta se encaixa no paradigma exclusivista. Tal afirmação se baseia desde a postura adotada pela docente em sala de aula, como pelo material didático utilizado nas aulas e pela postura da escola que apesar de adquirir outros materiais e interessar-se no desenvolvimento do aluno enquanto cidadão, como se pôde observar em seu PPP, permite que a aula de ER seja mais uma catequese. Os alunos recebem informações e ensinamentos baseados apenas em uma tradição religiosa. O exclusivismo aparece na fala da professora: “só com Jesus nas nossas vidas vamos vencer” “só Jesus perdoa, cura e salva”; no material didático em atividades

¹⁹ A coleção “todos os jeitos de crer” foi dividida em quatro volumes. O volume 1 com tema: vidas; volume 2 com tema: valores; volume 3 com tema: tradições e volume 4 com tema: ideias.

²⁰ Usam termos como: “bebendo nas fontes orientais”; “bebendo nas fontes católicas” e assim vai trazendo uma reflexão ou explicação sobre o tema proposto a partir de cada tradição.

como: ser cristão é: “seguir o que Jesus ensinou andar como Jesus andou”; nas avaliações entregues aos alunos em que os valores são discutidos a partir de versículos bíblicos, todos se referindo a feitos e comportamentos de Jesus Cristo.

No paradigma encontrado na Escola A, há um predomínio exclusivo da tradição protestante nos conteúdos estudados. As aulas são voltadas para uma missão de “converter” os alunos do caminho do mal para o bem, porém, essa missão só é possível de ser cumprida através da fé em Jesus Cristo, que tudo e a todos pode mudar. Em nenhuma das aulas observadas foi perguntado aos alunos no que eles criam ou qual fé professavam, se o que estava sendo ensinado os ofendia ou agredia de alguma maneira. A professora entra em sala e imediatamente começa a falar da aula tentando manter uma ordem nas turmas. Não separa um momento para ouvir seus alunos, para estabelecer um diálogo entre professor e aluno, menos ainda estabelecer uma abertura para um diálogo inter-religioso.

O PPP da escola possui uma boa proposta para a formação dos cidadãos, mas, devido a condição sócio econômica e cultural dos alunos que atente, a docente acredita que através da ação salvadora de Jesus esses alunos podem ser resgatados da criminalidade e da marginalidade. Por isso, talvez a realidade catequética encontrada nas aulas de ER. Tais aulas não condizem com as propostas da lei e dos PCNER para a mesma.

1.2.2 Uma leitura do Ensino Religioso a partir da Escola B

A **Escola B** localiza-se na região Centro-Sul de Belo horizonte. Fundada em 1906 como uma Escola Normal de Belo horizonte tinha como prioridade a formação de professores primários. Foi sofrendo alterações em seu projeto original ao longo dos anos juntamente com as transformações no âmbito educacional e atualmente atende desde a educação infantil até o Ensino Médio e Educação de Jovens e adultos. Os estudantes atendidos pela escola pertencem a diversas classes sociais e possuem variados níveis de renda sendo oriundos de outras comunidades²¹ de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

1.2.2.1 Uma análise do Projeto Político Pedagógico

A instituição B tem por princípio esclarecido em seu PPP atuar na sociedade, no que diz respeito às diferenças, limites, honestidade, procurando manter família, comunidade e escolas unidas com autonomia e criatividade. Tem por missão ser um espaço de múltiplos conhecimentos, mantendo o compromisso na valorização da construção de saberes e dos

²¹ A escola atende aproximadamente estudantes de 10 bairros de Belo Horizonte e região metropolitana.

valores éticos, tornando o aluno um cidadão do mundo capaz de sonhar, criar e realizar. Estabelece como visão ser uma referência em ensino, promovendo a cidadania na comunidade e valorização dos profissionais da educação. Seu grande lema: “Educar-se para Educar”. Para a formação do sujeito ideal, a escola procura viabilizar projetos pedagógicos, onde, a participação dos alunos e de suas opiniões sejam prioridades.

Quanto aos seus objetivos educacionais o PPP enfatiza almejar objetivos como: formar cidadãos capazes de atuar na sociedade com competência e dignidade; formar alunos que saibam exercer seus direitos e deveres; instrumentalizar o aluno a participar da cultura, das relações sociais e políticas do país. Deste modo a filosofia da escola é manter um processo de ensino aprendizagem com ênfase na formação do ser humano aliado à transformação da sociedade. Em relação aos seus componentes curriculares o documento analisado prevê uma relação multidisciplinar.²² Após discorrer sobre cada disciplina, o PPP no que diz respeito ao Ensino Religioso, enfatiza que este será de matrícula facultativa e fará parte dos horários normais do Ensino Fundamental e que segundo a Lei Federal nº 11.525/07 de 25/09/07 e Res. SEE nº 1307/09, de 27/03/09 a temática dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes encontra-se integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Educação Religiosa.

Observou-se a partir da leitura e análise do PPP da Escola B, que esta tem uma preocupação com a formação do estudante como um todo, buscando uma formação cidadã para a vida. Procura aproveitar a diversidade social e cultural de seus alunos para promover o respeito e valorizar a diferença. O documento da Escola B não apresenta projetos de intervenção pedagógica, apenas um anexo com algumas diretrizes e papéis a serem desenvolvidos pelos profissionais que compõe a direção, coordenação e orientação da escola. Apesar de o ER aparecer apenas em um momento no PPP, como dito anteriormente, a disciplina vai além do que proposto no documento como veremos a seguir.

1.2.2.2 Um olhar do Ensino Religioso a partir da sala de aula na Escola B

O Ensino Religioso na Escola B é ministrado por apenas uma professora²³, que é responsável pelas 32 turmas do Ensino Fundamental. Foram observadas em uma semana, aulas nas turmas de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental, quatro aulas em cada série. Em outra

²² De forma multidisciplinar o PPP da Escola B divide as disciplinas da seguinte maneira: “Sociologia, Filosofia e Ética trabalham com História analisando as causas e efeitos das ações humanas no tempo e no espaço. Já Matemática, Química e Física integram com a Biologia, a Língua Portuguesa, a Educação Física, Artes e Geografia propondo análise dos conhecimentos através do raciocínio lógico e abstrato.” (p.12).

²³ Graduada em pedagogia com ênfase em Ensino Religioso pela PUC-MINAS, pós-graduada em psicopedagogia Clínica e Institucional.

semana as aulas assistidas foram no 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, duas aulas em cada série. Durante as observações das aulas percebeu-se que assim como na outra escola a docente trabalha uma semana com dinâmicas e faz suas reflexões a partir delas e outra semana faz uso do material didático: uma apostila elaborada pela própria professora para todas as turmas.

Em uma das aulas dadas através de dinâmicas a professora confeccionou com os alunos uma mandala. Após a confecção desta a professora esclareceu o seu significado: “para os índios significa o olho de Deus”. Toda vez que nasce uma criança nas tribos as mães ganham este objeto para proteção das crianças. Finalizou a aula dizendo que cada um poderia pendurar o objeto confeccionado em seus respectivos quartos e que “caso vocês tenham algum pesadelo a noite é só contar para a mandala, que deve estar virada para onde você dorme e o medo desaparecerá. Isso funciona! Pode fazer que eu garanto”. Explicou que a dinâmica tinha por objetivo também o entrosamento entre os alunos, a ajuda mútua, desenvolver a amizade, já que para desenvolver a atividade proposta os alunos precisam trocar o material²⁴ que trouxeram uns com os outros.

A professora **B** tem uma forma diferenciada de trabalhar com o ER. Nas primeiras turmas do Ensino Fundamental (6º ano) ela faz um levantamento em cada sala sobre a confissão religiosa dos alunos. A partir disso cada aluno faz uma pesquisa sobre a tradição religiosa do colega que seja diferente da dele. Assim há um debate sobre o que cada um descobriu sobre a religião do outro. Essa, segundo explicado pela professora em sala é a única aula que se fala de religião. Em uma das aulas observadas com a utilização do material, a professora pediu que os alunos lessem silenciosamente uma das páginas da apostila cujo título era: “A violência dói” após a leitura ela iniciou a reflexão dizendo: “se tem alguém nessa turma sendo abusado sexualmente vai acabar hoje. E quem não foi nunca será porque eu vou ensinar a vocês o que fazer em uma situação como essa”. Na página que foi lida havia dez dicas e quatro regras para evitar a violência sexual. Finalizou dizendo que ela estava à disposição caso algum aluno precisasse de ajuda ou confidenciar um caso de abuso sexual. As demais aulas lecionadas pela professora **B** utilizando o material didático foram com temáticas diversificadas como bullying na escola, o valor do seu nome, a pré-adolescência. Todas com uma reflexão e atividades da apostila.

²⁴ Foi utilizado nessa aula dois palitos para churrasco e cada aluno trouxe dois novelos de lã de cores diferentes, porem, é preciso mais de duas cores para confeccionar uma “Mandala Bonita” segundo a proposta da professora e assim durante a dinâmica os alunos foram trocando as cores entre si e emprestando lã para aqueles que não haviam levado o material. Isso ocorreu em todas as quatro turmas em que a dinâmica foi aplicada durante minha observação.

Através das aulas observadas foi possível perceber o carinho dos alunos para com a docente e dela para com os alunos. Antes de iniciar suas aulas ela se mostra interessada no dia-a-dia deles, conversam sobre assuntos diversos. Mesmo em turmas consideradas com alto índice de indisciplina a professora consegue manter um diálogo produtivo com seus alunos e a disciplina nas aulas. Ainda que o conteúdo seja o mesmo para todas as séries, professora B consegue fazer uma abordagem diferenciada respeitando a maturidade dos alunos em cada série.

Diante das aulas observadas na Escola B percebe-se que o paradigma mais presente no ER é o inclusivista. Não há uma tradição religiosa sendo abordada nas aulas, também não se fala em um salvador, ou somente Jesus, orações, mas fala-se em santos católicos, crenças de outras tradições, porém, a temática das aulas está muito próxima do que se denomina no paradigma inclusivista de “Cristo presente nas Religiões”. A ideia que se passa no dia-a-dia da sala de aula é de viver os valores dos evangélicos sem pertencer à tradição cristã através do batismo, o que Karl Rahner chamou de “cristãos anônimos”²⁵. É interessante ressaltar que o inclusivismo é o paradigma dentre os três estudados que mais aparece nas aulas. No entanto, a prática da professora em alguns momentos se confunde com outros e até mesmo apresenta algumas falas e práticas mais ligadas ao misticismo como no exemplo da mandala.

1.2.2.3 Uma abordagem sobre o material didático utilizado na Escola B

Na Escola B é adotado apenas um material didático para as aulas de ER. As turmas de todas as séries utilizam uma apostila²⁶ elaborada pela professora B. O material tem uma parte introdutória com tema: *Orientações e Técnicas de estudo para o aluno*. Nesta parte estão dicas de como estudar, como estudar determinadas matérias e como fazer boas provas. A segunda parte da apostila inicia-se com o tema: *Que adolescente sou eu.*, onde professora **B** introduz os temas da disciplina ER propriamente dito. Os temas abordados são diversificados. Busca refletir sobre valores que contribuam não só para a vida do aluno, mas, para os pais destes também. Temáticas como: ética, Gentileza para gentileza, drogas e prevenção, cuidando do visual: que tipo de roupa usar e músicas que gostamos de ouvir são abordados nas aulas de ER da Escola B a partir do material didático.

Não foi encontrada em nenhuma atividade da apostila, temas de cunho religioso, nem mesmo uma menção a qualquer tradição religiosa. Todas as atividades estão de acordo com a proposta do PPP da escola: preparar o aluno para a vida, ensiná-los a respeitar o próximo,

²⁵ Sobre isso ver seção 1.1.1.2

²⁶ Apostila: **Educação Religiosa**: uma educação para vida. Tema deste ano: Juntos somos melhores.

desenvolver identidade e cidadania. As aulas não desrespeitam a lei no que diz respeito ao proselitismo e atendem às sugestões dos PCNER.

Ao analisar o paradigma da Teologia do Pluralismo Religioso mais presente na Escola B tendo como base tudo que foi observado, pode-se afirmar mais uma vez que o paradigma inclusivista aberto²⁷ é o mais presente. Não há a preocupação com uma religião exclusiva nas aulas, *as crenças* presentes através da fala da professora são de diversas tradições religiosas, não há uma fala totalmente pluralista, mas há uma abertura às outras formas de crer, não passando somente pelo Jesus histórico, por isso, o inclusivismo aberto. Percebeu-se também além do conceito de “cristãos anônimos” de Rahner, o conceito de valores crísticos proposto por Geffré que podem: “ser da ordem da exigência *ética*. [...], de justiça, de compaixão, de hospitalidade e mesmo de fraternidade que podem ser como antecipação dos valores do Reino de Deus”. (GEFFRÉ, 2004, p.160-161). Mesmo que a professora e nem a escola tenham a consciência dos valores do Reino de Deus proposto por este autor, notou-se que eles se fazem presentes nas aulas de ER desta escola, onde, os valores éticos, senso de justiça, e amor ao próximo se fazem muito presente e são a base dos conteúdos lecionados aos alunos. Tais valores puderam ser percebidos na leitura do PPP, onde, a preocupação da escola é desenvolver nos alunos uma capacidade crítica diante das diversidades da vida e também uma ênfase muito grande quanto ao respeito ao próximo, tolerância, acolhimento. O fato da professora de ER, poder adotar um material condizente com tal proposta, também demonstra uma abertura mais inclusiva da Escola B.

1.2.3 Uma leitura do Ensino Religioso a partir da Escola C

A Escola C localiza-se na região Norte de Belo Horizonte. Fundada em 1961 atendia apenas a classes primárias. Atualmente atende alunos do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Hoje recebe jovens e adolescentes do bairro na qual está inserida e adjacências²⁸.

1.2.3.1 Uma análise do Projeto Político Pedagógico

A Escola C justifica-se em seu PPP por ser uma instituição que propicie um ensino de qualidade capaz de formar alunos com competências para assumir de forma consciente funções técnicas, políticas e sociais requeridas pela sociedade. Partindo da realidade de que

²⁷ Inclusivismo aberto: está detalhado no tópico 1.1.1.2 deste capítulo.

²⁸ Recebe aproximadamente alunos do bairro na qual está inserida e de mais sete bairros da região norte de Belo Horizonte.

seus alunos enfrentam conflitos diários de ordem cultural, social e econômica e muitas vezes sem referencial de valores, a escola tem por missão e princípio a aquisição de valores reais. Entende sua missão como formadora de pessoas para a vida em sociedade capaz de enfrentar seus desafios com sabedoria e dignidade.

Dos seus objetivos de ensino encontram-se aqueles que façam com que os alunos sejam capazes de: compreender a cidadania como participação social e política; aprender a dialogar diante das situações de crítica e conflitos; conhecer bem as características fundamentais do Brasil; perceber como agente integrante do meio ambiente e por isso, cuidar dele; conhecer a si mesmo para desenvolver a capacidade de relação interpessoal e inserção social.

Segundo o documento analisado, o plano de ensino de cada disciplina é construído de acordo com os parâmetros curriculares nacionais e o professor fará seu plano de acordo com as demandas de cada turma. No PPP estão registrados também alguns projetos que vem sendo realizados na escola a fim de estimular o prazer do conhecimento nos alunos.²⁹

Observou-se através da leitura do PPP uma preocupação em desenvolver nos discentes valores que irão agregar não somente à vida escolar, mas, à vida como um todo. Existe um cuidado com a formação do ser humano enquanto cidadão e principalmente com uma educação que lhes sirva como instrumento para enfrentar os desafios de uma sociedade cheia de desajustes sociais e violência, na qual, saber respeitar o outro e ter valores reais são de fundamental importância, segundo a escola é uma questão de sobrevivência.

1.2.3.2 Um olhar do Ensino Religioso a partir da sala de aula na Escola C

As aulas de ER na Escola C são ministradas apenas por uma professora. Ela trabalha com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Suas aulas com as turmas do 6º e 7º anos são voltadas para valores éticos com temas diversificados em suas aulas. Já o 8º e 9º ano além dos valores éticos e morais, A professora C³⁰ desenvolve temas mais voltados para as tradições religiosas. Observou-se quatro aulas no 6º e 7º ano em uma semana e quatro aulas do 8º e 9º ano em outra semana.

Independente de qual turma e ano a dinâmica das aulas são sempre as mesmas: leitura e produção de texto acerca do tema escolhido e perguntas a serem respondidas no caderno sobre os textos. Nas turmas de 6º e 7º ano foram observadas aulas com seguintes temas: “um

²⁹ Dentre tais projetos estão: “ortografia legal”: projeto de língua portuguesa para estimular a escrita correta; “minha vida é um livro aberto”: tem por objetivo estimular a leitura de pelo menos 10 livros no ano letivo, estimulando assim o prazer pela leitura; e outros como: olimpíadas de matemática e olimpíadas esportivas.

³⁰ Graduada em pedagogia com ênfase em Ensino Religioso pela PUC-MINAS.

mundo ideal”, na qual, após ler sobre o que seria esse mundo ideal, cada aluno fez um texto com o tema proposto. “Minha família me ajuda a crescer”; “somos incompletos”; “partilhando talentos” e “trabalho escravo na atualidade”. Todas as aulas com a mesma dinâmica. Já no 8º e 9º ano foi trabalhado até a primeira quinzena de agosto temas sobre a tradição islã. Em uma dessas aulas foi discutido um artigo sobre uma senhora mulçumana que fora condenada à morte por se declarar cristã no Paquistão (aqui foi discutida a intolerância e liberdade religiosa).

Neste bimestre além dos temas mais amplos como: gravidez na adolescência, métodos anticoncepcionais e temas que abordam a atual situação do país, estão sendo abordados também textos que tratam sobre a tradição judaica. Nas aulas observadas sobre a tradição judaica foram discutidos os seguintes assuntos: “a difícil trajetória do povo Judeu”; o shabat (sábado); as principais características da tradição como: seu principal profeta, a Torá, circuncisão, o Talmude. Professora **C**, como dito anteriormente, usa sempre a mesma dinâmica em todas as aulas: texto, reflexão e atividade.

Percebeu-se que nas aulas da professora **C** o paradigma inclusivista aberto³¹ está mais presente. A docente preocupa-se em desenvolver de maneira crítica com seus alunos valores que devem estar presentes e nortear a vida de um ser Humano. Apesar de o tema da diversidade religiosa aparecer somente nas classes de 8º e 9º ano, notou-se nas aulas uma abertura mais plural e uma preocupação maior com a abertura e o diálogo inter-religioso. A proposta da professora para o ER é interessante, porém, notou-se uma preocupação grande em apenas passar os conteúdos e cumprir cronogramas. Devido a indisciplina das turmas e a falta de controle da docente, ela não consegue passar o conteúdo e ter uma conversa mais aprofundada, mais reflexiva sobre os temas propostos, pelo contrário, há uma rápida fala dela sobre o assunto e o restante da aula é uma tentativa de fazer com que os alunos executem a atividade proposta por ela.

1.2.3.3 Uma abordagem sobre o material didático utilizado na Escola C

A escolha pelo material didático utilizado nas aulas de ER na Escola C é de responsabilidade da professora. Ela utiliza materiais impressos, na sua maioria, textos. O conteúdo das séries iniciais do EF (6º e 7º anos) é diferente dos conteúdos selecionados para as turmas do 8º e 9º anos. Professora **C** utiliza como fonte de pesquisa a coleção “todos os jeitos de crer: ensino inter-religioso” (editora ática) e em vários momentos não só como fonte

³¹ Sobre este paradigma ver seção 1.1.1.2 do capítulo I.

de pesquisa, mas, faz uso do próprio material³² nas aulas. Alguns textos extraídos da internet e também artigos de Blogs como o “evangelizador Pelegrino”.

A professora mostrou-se muito preocupada em não utilizar o mesmo material em todas as séries. Os temas abordados respeitam a maturidade dos alunos em discutir os mesmos. A docente utiliza muito a produção de texto. Percebi na maioria dos alunos um prazer em fazer tais textos, mesmo reclamando, pois, a professora lê todos e os devolve com as devidas observações. O que gera comentários na turma depois do tipo: “ela gostou do meu texto”.

Ao fazer uma análise o paradigma da TPR mais presente na Escola C, nota-se que existe uma perspectiva mais pluralista. Percebe-se na estrutura do PPP da escola quanto nas aulas uma preocupação com a formação do ser humano mais numa visão de Reino, ainda que essa visão não esteja explícita no documento nem nas aulas, ela aparece na prática das aulas. Conteúdos direcionados a refletir sobre o diferente, conhecer as diversas tradições religiosas. Abordar o tema da intolerância religiosa e demais temáticas já citadas demonstram uma abertura ao diálogo inter-religioso. Observou-se ainda que a prática da disciplina está bem próxima ao que propõe a lei e o PCNER já discutidos anteriormente.

Levando em consideração as três escolas visitadas, é interessante ressaltar que as três docentes tiveram formação em pedagogia com ênfase em Ensino Religioso e na mesma instituição (PUC- Minas). No entanto, cada uma escolheu uma maneira diferente para trabalhar a disciplina. As professoras da Escola B e da Escola C são as que mais se aproximam de uma proposta plural, entretanto, ainda não totalmente. A professora da Escola B parece ser a que mais entendeu a proposta da disciplina no que tange a preocupação com a formação dos alunos e no trato amoroso e dialogal com os mesmos, mas ainda não está totalmente aberta ao diálogo, pois, esquia-se em falar abertamente sobre qualquer tradição religiosa, seja como fonte de informação ou em nível de diálogo no seu material.

Entender o que é o diálogo inter-religioso e suas contribuições não somente para a disciplina ER, mas também para a formação do ser humano é extremamente importante na atual conjectura da sociedade contemporânea. Saber que lente usar para ler esta disciplina e a proposta para tal diálogo é fundamental. No capítulo a seguir estará em foco a perspectiva pluralista. Será feito um aprofundamento acerca deste paradigma e consequentemente temas como o diálogo inter-religioso a salvação farão parte desta conversa.

³² Professora C não utiliza os livros em sala, mas retira dos mesmos as atividades, que são xerocadas para cada aluno.

2 EM FOCO A TEOLOGIA PLURALISTA

Estudado como um dos paradigmas da Teologia do Pluralismo Religioso, a Teologia Pluralista ainda é um desafio. Cabe notar que “esta posição pluralista reivindica uma igualdade básica das religiões, não um igualitarismo que queira fazê-las praticamente idênticas”. (VIGIL, 2006, p.88).

Nesse vértice, o paradigma sustenta que as tradições são iguais, no sentido de não ser apenas uma delas a detentora exclusiva da verdade. Todas buscam em igualdade, experimentar o Mistério transcendente.

A revelação divina, a salvação e o diálogo inter-religioso são pontos relevantes quando se discute a Teologia do Pluralismo Religioso. Este capítulo tem por objetivo entender como tais pontos são percebidos na perspectiva da Teologia Pluralista.

2.1 Traços da Revelação Divina

O mundo hoje é plural. As religiões são plurais. Com isso, a autocompreensão, a forma de perceber a revelação das tradições se torna cada vez mais latente. Segundo Balasuruya (2006), a revelação pelo divino transcendente-imanente pode ser implícita ou explícita. “Uma compreensão de *revelação implícita* seria o caso da consciência, que pode ser afirmada como vinda da divindade, indicando o certo e o errado”. (BALASURUYA, 2006, p.20, grifo do autor). Já a *revelação explícita* seria aquela em que líderes religiosos afirmam ter recebido diretamente do divino.

Para o autor a revelação na visão pluralista está mais ligada à forma *implícita de revelação*. Seria em suas palavras: “uma teologia natural derivada de nosso conhecimento da natureza ou sobre nossa reflexão do divino como um criador e sustentador do universo como a fonte de sua emanção ou evolução”. (BALASURUYA, 2006, p.21).

No entanto, nem todos os pluralistas concordam com essa ideia de revelação. Para o cristianismo, o mistério da revelação de Deus ao humano já tem uma resposta: Jesus Cristo como encarnação de Deus. Percebe-se que as demais tradições religiosas, até entendem tal argumento, mas não o aceitam como a verdade única e absoluta. Diante disso, é necessário entender como esses teólogos veem a revelação a partir de Jesus Cristo e como acontece para além dele.

2.1.1 A revelação para além de Jesus Cristo

O mistério da revelação de Deus ao humano segundo Knitter (2010) é um mistério que se manifesta através do que ele chama de “Mistério Absoluto”, pois, o humano é um ser limitado, finito por natureza e Deus um ser ilimitado: “a consciência histórica, que avisa que todo conhecimento humano é limitado, tem um outro lado da consciência religiosa que nos admoesta de que a Realidade Divina é ilimitada”. (KNITTER, 2010, p. 58). Portanto, o humano jamais poderia compreender Deus com suas limitações, mas, Ele através do Mistério se revela ao ser humano.

Ele é Mistério, mas é ao mesmo tempo Real, pois os humanos conseguem perceber sua manifestação. O autor ressalta ainda que, para os cristãos esse Mistério foi e tornou-se real na Encarnação de Jesus Cristo, isso foi fundamental para o cristianismo. No entanto, os teólogos pluralistas defendem que a manifestação do Mistério Absoluto não se esgota em Jesus Cristo, como afirma Schillebeeckx (1990) citado por Knitter (2010, p.59):

A revelação de Deus em Jesus, como proclama o evangelho cristão, não significa que Deus torna absoluta uma particularidade histórica (seja mesmo Jesus de Nazaré). A partir dessa revelação em Jesus, aprendemos que nenhuma particularidade histórica pode ser chamada de absoluta e que, portanto, pela razão da relatividade presente em Jesus, *cada pessoa pode encontrar Deus além de Jesus, especialmente em nossa história mundial e em muitas religiões que têm surgido dela.* (grifo meu).

Isso significa que a revelação pode ser vista de maneira pluralista e para além da visão do cristianismo. Para Balasuruya (2006), a compreensão de revelação apresenta-se de maneira mais exclusivista, onde, Jesus Cristo revela-se como salvador único em sua única pessoa. Porém, no interior da teologia cristã, há espaço para uma interpretação que se revele para além da pessoa de Jesus Cristo.

Ampliando a reflexão, o autor afirma que “as outras religiões são consideradas capazes de liderar para a salvação por seus próprios meios, sem referências a Jesus Cristo. Tal conceito de revelação e teologia seria numa *perspectiva pluralista* e enriquecedora do divino, que nenhuma reivindicação de revelação pode exaurir”. (BALASURUYA, 2006, p.21-22, grifo meu). Segundo Knitter (2010), os teólogos pluralistas, encontram uma dificuldade para o diálogo no ambiente da comunidade cristã, pois:

colocar Jesus numa comunidade de iguais com outros reveladores significa roubar a força do compromisso de discípulo de Cristo e diluir a coragem da denúncia profética cristã. Poderia contribuir para uma comunidade feliz de religiões, mas à custa da identidade cristã. (KNITTER, 2010, p.83).

Falar sobre a revelação divina, para o autor, é discutir, primeiramente, a questão cristológica, uma vez que, a compreensão que os cristãos têm sobre Jesus Cristo, como manifestação de Deus, desempenhou e ainda desempenha um papel importante na teologia e na comunidade cristã.

De igual modo, Haight (2003), afirma ser preciso pensar quem é exatamente Jesus de Nazaré, suas implicações no passado e no presente: “na questão cristológica, o foco incide sobre o próprio Jesus e a posição por ele ocupada, relativamente a Deus e aos demais seres humanos, como Cristo”. (HAIGHT, 2003, 31). Para ele muitas igrejas regem e compreendem a fé baseada nos dogmas clássicos da era patrística.

Haight (2010), não propõe abandonar os modelos clássicos, mas, chama a atenção para a necessidade de uma nova linguagem. Ele afirma que uma cristologia construtiva para os dias atuais situará positivamente a experiência religiosa de outros povos e culturas dentro de um contexto plural. Quanto a isso, assevera:

Uma adequada cristologia, atualmente, deve incluir uma descrição do relacionamento de Jesus com outras mediações religiosas de Deus [...] O pluralismo religioso é uma característica da situação da vida cristã; torna-se, portanto, uma dimensão intrínseca da interpretação de Jesus como o Cristo. (HAIGHT, 2003, p. 455).

O teólogo Hick em sua obra *‘A metáfora do Deus encarnado’*, ao tratar da questão cristológica, afirma que Jesus não é o Filho de Deus encarnado. Ele insiste no fato de que “o Jesus histórico não reivindicou para si o atributo da divindade, atributo este reivindicado para ele, pelo pensamento cristão posterior: ele não se compreendeu como Deus, ou o Deus Filho encarnado”. (HICK, 2000, p.43). Não deixa de considerar o cristianismo como um contexto autêntico de salvação, porém questiona a figura de Jesus como filho de Deus e sua encarnação. Questiona a interpretação literal dada a esse fato. No tocante a essa reflexão, Ribeiro afirma: “a proposta de Hick, portanto, rompe com uma visão absolutista cristã, convocando-a a ser um ‘Cristianismo que se vê uma religião verdadeira entre outras’ uma cor diante do grande arco-íris das religiões [...]” (RIBEIRO, 2014, 88-89).

Convém ponderar que Hick, apesar de não compreender Jesus Cristo como Filho de Deus encarnado, entende seu papel e influência para a tradição cristã, porém, entende que da mesma forma que Deus ‘agiu’ através de Jesus pode agir através de outros. Nas palavras de Teixeira:

Na hipótese pluralista proposta por Hick, Jesus aparece como um ser humano excepcional, radicalmente aberto à presença e influência de Deus, alguém marcado

por uma extraordinária e intensa consciência de Deus, que “encarna” de forma singular a dinâmica divina para a vida humana, que torna Deus real para os outros. (TEIXEIRA, 2005, p. 7).

O autor afirma ainda que, na visão de Hick, Jesus tinha uma imensa autoridade moral e uma riqueza amorosa tamanha, isso fez com que as pessoas o interpretasse de forma literal, quando sua intenção não era esta. Consoante à lição de Hick (2005), a revelação divina acontece por meio do que ele chama de “Real” e esse “Real” está além da capacidade humana de compreensão. Neste vértice afirma: “de fato, penso que podemos dizer que todo pensamento religioso sério afirma que a Realidade Última, em sua realidade divina infinita, está absolutamente além da nossa compreensão”. (HICK, 2005, p.89).

Para o autor, o Real passa pela projeção humana e vai, além disso, pois, envolve uma resposta do ser humano a uma Realidade Transcendente. “Logo, o Real é aquilo que deve ser se a experiência religiosa humana, em sua diversidade de formas, não for puramente uma projeção imaginária. Ele é, em termos Kantianos, um postulado necessário da experiência religiosa na sua diversidade de formas”. (HICK, 2002, p. 99). Assim, a revelação acontece de várias formas e maneiras, ou seja, onde o “Real” encontrar um ser humano aberto a ele, ele se manifestará.

Para Haight, não há dúvida de que Jesus revela Deus. E dizer que Jesus revela Deus na compreensão cristã, é afirmar que seu fundamento e sua origem estão em Jesus. “Isso não quer dizer que o cristão não disponha de outras fontes ou dados históricos para a reflexão sobre a realidade última”. (HAIGHT, 2010, p.413). Nesta perspectiva, o autor desenvolve a tese sobre Jesus Cristo constituir o ponto central da mediação entre a revelação Divina e humana. E mais, que o encontro com Deus não acontece somente por meio de Jesus Cristo, mas, ele se constitui a “norma”, o símbolo para a compreensão de Deus. A partir disso, Haight vai afirmar que Jesus, enquanto revelador da realidade transcendente de Deus é norma para os cristãos. Desenvolve o conceito de normatividade de Jesus.

2.1.1.1 A Normatividade de Jesus

Vários teólogos cristãos na tentativa de compreender a relação de Jesus com as demais religiões elaboraram tipologias que sejam coerentes com a tradição cristã. Dentre tais tipologias duas se destacam: a *normativa* e *constitutiva*. “Entende-se *normativo* como Jesus Cristo sendo o revelador, a norma, a referência de um caminho; e *constitutivo* como Jesus Cristo sendo o único caminho ou causa de salvação de todo ser humano”. (PANASIEWICZ,

2003, 133). A grande questão dentro de um contexto pluralista é deixar claro para quem Jesus se constitui a norma e para quem é o único caminho de salvação.

Para Haight (2003), a normatividade de Jesus é tratada dentro do contexto do cristianismo. A principal estrutura da fé cristã em Deus é mediada por Jesus de Nazaré. Segundo o autor:

Jesus é normativo para a fé cristã não porque um juízo objetivo entende seu papel como importante e essencial para um compromisso cristão. Pode-se dizer que sua normatividade precede o conteúdo por ele mediado porque reside na estrutura mesma da fé cristã. (HAIGHT, 2003, p. 467).

A fé cristã em Deus é mediada por Jesus. No interior da teologia cristã, Jesus não é apenas normativo, mas é também constitutivo. O autor supracitado defende que a normatividade de Jesus é válida para os cristãos e não pode ser considerada de forma universal. Ainda de acordo com Haight (2003), defender a normatividade de Jesus não implica uma avaliação negativa do pluralismo religioso. Nesta perspectiva,

pode-se considerar que o argumento cristão do pluralismo religioso, da verdade das outras religiões e das demais mediações religiosas de Deus apoia-se na profunda experiência que remonta à tradição judaica da imanência e da transcendência simultâneas de Deus. [...]. Exclui a necessidade de vincular a salvação de Deus apenas a Jesus de Nazaré; desloca a imaginação cristã de um cristomonismo para um teocentrismo, em que Jesus medeia um encontro revelador com um Deus criador que é imediata e imanentemente presente a todas as criaturas. Acredito que as pessoas que não conseguem reconhecer a verdade salvífica de outras religiões podem implicitamente estar operando com uma concepção de Deus distante da criação. (HAIGHT, 2003, p. 479).

Assim, percebe-se que a revelação que Jesus Cristo revela para o cristianismo, não se reduz à sua pessoa. “Ele revela Deus” (HAIGHT, 2003, p.412). Porém, como sustenta o autor, “a revelação de Deus é uma questão de encontro experiencial e existencial [...] Não existe evidência alguma de que alguém tenha dito, durante o período em que ele viveu que Jesus é Deus”. (HAIGHT, 2003, p.413). Jesus Cristo é um símbolo de Deus para os cristãos, neste caso, “estamos falando da real presença de Deus a ele e, através dele, ao mundo, da qual é mediador. Sabemos que Jesus é um símbolo concreto de Deus porque as pessoas encontraram e ainda encontram Deus nele”. (HAIGHT, 2003, p. 235).

Em consonância com o acatado por Haight, Knitter (2010) nesse vértice afirma que “o Deus revelado em Jesus é o Deus que anteriormente tem estado no mundo desde o início, criando, salvando e procurando atrair todas as coisas à pessoa de Deus”. (KNITTER, 2010, p. 62).

Como ressalta o autor, o amor divino e sua justiça não pode se limitar somente à pessoa de Jesus. Entretanto, para Knitter (2010), durante grande parte da história do cristianismo, os cristãos têm limitado a presença amorosa divina somente à pessoa de Jesus Cristo e estão perdendo de vista o Deus universal revelado por Ele. O autor aponta para um modelo correlacional como saída para corrigir o desequilíbrio entre ver Deus e Jesus em suas particularidades. Isso significa:

explorar formas nas quais as particularidades da pessoa e do trabalho de Jesus podem ser levadas a uma relação mais frutífera e de intensificação mútua com a universalidade do amor de Deus e da oferta da graça. A intenção deste modelo não é dismantelar ou substituir o significado único de Jesus, mas compreendê-lo de tal maneira que os cristãos se abram automaticamente a Deus que está presente para além de Jesus. (KNITTER, 2010, p. 63).

Knitter compreende que os teólogos pluralistas fazem referência a dois tipos de cristologia quando falam a respeito da representatividade de Jesus. A primeira refere-se à cristologia do Logos/Sabedoria de João em que “Deus estava e está fazendo desde o princípio, por toda a parte, e apresenta Jesus como uma manifestação concreta, histórica e *normativa* desta presença e atividade universal de Deus no logos (Palavra de Deus)”. (KNITTER, 2010, p. 63. Grifo meu).

Por outro lado, existe a cristologia pascal de Paulo, onde afirma: “poderíamos dizer que, no decorrer da discussão cristológica contemporânea, a cristologia pascal considera Jesus como *constitutivo* - como a causa e a fonte - da presença salvífica de Deus no mundo”. (OGDEN, 1992, apud, KNITTER, 2010, p. 63). Nesse sentido, a cristologia da Sabedoria percebe Jesus como normativo, como representativo do amor divino para o cristianismo.

De acordo com knitter (2010) os teólogos da teologia ‘inclusiva’- quer dizer, que compreendem Jesus como normativo e constitutivo – “argumentam que semelhante compreensão de Jesus, como a manifestação final, completa de Deus, *não* impede um diálogo verdadeiro. No entanto, pelo que eu os tenho ouvido, eles não parecem explicar como isso pode acontecer”. (KNITTER, 2010, p.84). O autor, no entanto, percebe uma dificuldade nesse diálogo, pois, argumentar verdades com premissas que já veem com um selo divino, significa violar a revelação de Deus.

2.1.2 Revelação na cosmogênese / consciência planetária. A maiêutica

Ao refletir sob uma nova ótica da revelação divina, Knitter (2010), chama a atenção para uma “consciência cosmológica”. Segundo ele, pessoas religiosas sentem fé, necessidade e uma espécie de chamado de Deus para cooperar com Ele. Para ele, a revelação estaria na

consciência e responsabilidade pelo mundo ou que no que ele denomina de *cosmogênese*; assim como as pessoas precisam da presença do *Divino Real*, o Divino precisa ser “ajudado” por eles. Seria a consciência de que todos nós precisamos cuidar do planeta terra como forma de querer o bem-estar da humanidade.

Semelhantemente ao pensamento da cosmogênese de Knitter, Queiruga (1999, p. 131) afirma que “Deus age *na mesma* ação da criatura, e essa age sustentada *pela* ação divina [...] agimos porque Deus age (ordem transcendental); e Deus age de maneira eficaz no mundo porque agimos nós (ordem categorial)”. Nessa sequência, Panasiewicz (2009) discorre sobre a Teologia da Criação trazendo uma reflexão acerca do ser humano na criação enquanto cocriador com Deus. Para ele na Teologia da Criação, o texto de Gêneses 1:26: “Façamos o ser humano à nossa imagem e segundo nossa semelhança”, pode ser compreendido pelo plural “façamos” como uma atenção especial de Deus para com essa criatura (o ser humano), que na sua visão recebe uma atenção diferenciada de Deus diante das demais criaturas (PANASIEWICZ, 2009, p.173), já a “imagem e semelhança” do Criador significa:

que o ser humano tem uma responsabilidade especial junto às demais criaturas: o cuidado. Cuidar é uma dinâmica existencial que desperta no ser humano disposições para agir a partir de sentimentos, desejos e impulsos. Essas disposições suscitam atenção ante si mesmo (escuta interior, zelo), ao outro (interesse, dedicação, solidariedade) e ao mundo (preservar e possibilitar a vida). (PANASIEWICZ, 2009, p.173-174).

Assim, para Panasiewicz (2009), ser *imagem* e *semelhança* implica em uma responsabilidade de continuar o processo de santificação e cuidado da criação. De igual modo, Knitter declara que uma fé com consciência cosmológica “comunica e admoesta as pessoas de que uma religião autêntica – uma religião que provém da sua fonte divina ou transcendente – promoverá o bem-estar da humanidade e da terra”. (KNITTER, 2010, p.57).

Nesta ótica, Panasiewicz (2009) enfoca que há no humano, por parte de Deus, uma criatividade e uma vocação para o cuidado, tornando-o Cocriador com Deus e, ser cocriador implica:

ser corresponsável com Deus por toda criação. Etimologicamente, responsabilidade significa “comprometer-se (*spondere*) perante alguém em retorno (*re*)”. Ou seja: como Deus, ao criar, cuida de sua criação e estabelece o ser humano, através da consciência e liberdade, cocriador, agora ele está compromissado com o cuidado planetário. A grande “Mãe Terra” está sob o olhar cuidadoso do ser humano. (PANASIEWICZ, 2009, p.175.)

Através da teologia da criação e da consciência planetária é possível perceber o agir de Deus e sua revelação a partir da “responsabilidade cósmica”. (PANASIEWICZ, 2009, p.175).

O cosmo é um lugar de salvação. Quanto a isso, Panikkar afirma que “o ser humano é ser humano em comunidade; porém, a comunidade humana não se limita a seus semelhantes. A comunidade humana é igualmente *cósmica*. O ser humano é parte integrante e ainda constitutiva do *cosmo*”. (PANIKKAR, 2007, p.214. Grifo meu).

Ele afirma que na natureza pode ocorrer um encontro profundo do humano com o mistério divino, e continua: “a experiência de Deus não é, paradoxalmente, mas sim naturalmente, a mais óbvia e natural para o ser humano”. (PANIKKAR, 2007, p.215).

Dessa forma Deus age no humano desde o princípio, pois este não é um ser fabricado e, sim, criado. Nessa perspectiva teológica, Queiruga (2010), defende a revelação de Deus ao humano através de sua presença amorosa, porém, nem sempre percebida pelo ser humano.

2.1.2.1 A Revelação amorosa e gratuita de Deus ao humano

Pensar em revelação de certa forma é refletir a partir de um modelo já pré-estabelecido em mente baseado na tradição cristã. No entanto, dentro de um olhar pluralista, é possível entender, como afirma Queiruga, que “ninguém pode pensar hoje, com um mínimo de sensatez, que toda revelação tenha se concentrado unicamente na tradição bíblica e cristã, diante de um mundo totalmente privado da presença reveladora de Deus”. (QUEIRUGA, 2007, p.69). Para ele, Deus sempre esteve presente ao humano desde o começo do mundo e tenta ser acolhido por sua criatura espontaneamente com amor.

Em suas reflexões sobre a revelação de Deus à humanidade Queiruga (2010), levanta uma hipótese teológica expressiva: a *maiêutica histórica*. De acordo com Panasiewicz (1999), Queiruga inspirou-se na modernidade filosófica grega para elaborar tal reflexão. Afirma que a maiêutica socrática consistia em fazer emergir de seu interlocutor verdades que já estavam presentes nele, mas, que este as desconhecia. A partir do não saber Sócrates “colocava-se diante do interlocutor na posição de quem tem tudo a aprender, mais que na posição de quem tem a ensinar”. (REALE, 1993, apud, PANASIEWICZ, 1999, p. 85).

Segundo Queiruga (2010), Sócrates, filho de parteira, acreditava ter o mesmo ofício da mãe, todavia, sua responsabilidade era de ajudar o interlocutor a dar à luz ao *conhecimento* que já estava dentro dele. Assim, afirma que “a maiêutica faz o interlocutor descobrir, engendrar ou dar à luz a verdade que leva em si mesmo”. (QUEIRUGA, 2010, p.119).

Para ele “o mediador, com sua palavra e com seu gesto, ajuda os demais a descobrirem a realidade *que já vivem e que já são*, a presença que já os estava acompanhando, a verdade vinda de Deus que já eram, estão sendo e são chamados a ser”. (QUEIRUGA, 2010, p. 119).

Deve-se dizer que a palavra externa é necessária não por produzir um novo conhecimento ou por induzir o sujeito para fora de si, mas para um processo de apropriação e reconhecimento do que já sabia. Neste caso, a trajetória do sujeito é para dentro de si mesmo.

Queiruga destaca e analisa ser através de um mediador (“maiêutica”) que homens e mulheres tornam-se conscientes da presença de Deus, uma presença que sempre se fez, sendo uma realidade constante na vida de cada um, porém, sem ser notado, mas, que em algum momento, por meio desta mediação, percebem que Ele sempre fez parte de suas vidas, dinamizando-as e sustentando-as.

Nos dizeres de Queiruga (2010, p.448), “a função da palavra enquanto maiêutica consiste justamente em fazer a pessoa ‘se aperceber’ do sentido que estava já aí, lutando por se fazer sentir através da ambiguidade da história [...]”. Nesse vértice, o autor afirma que a maiêutica histórica não se trata daquilo que o ser humano em sua essência é desde sempre, mas, representa um anúncio “do que todo homem e mulher se encontra sendo em concreto pela livre iniciativa divina, num processo sempre aberto à novidade de uma história que se abre sem limites”. (QUEIRUGA, 2010, p.449).

Para Panasiewicz (1999), essa maiêutica histórica e Deus “sempre aí”, é uma maneira de a comunidade crente perceber a ação gratuita de Deus na história humana. Assim, dentro desta perspectiva teológica, falar da revelação de Deus trata-se:

da evidência-convicção de que Deus, como puro amor sempre em ato, está sempre se revelando ao homem na máxima medida que lhe é “possível”; de modo que os limites da revelação histórica não se devem a uma reserva divina, mas antes a uma incapacidade humana: a incapacidade constitutiva de seu finito, que tão somente obscura, ambígua e lentamente pode ir-se apercebendo da palavra viva que Deus lhe está constantemente dirigindo.(QUEIRUGA, 2010,p. 446).

Dessa forma, como assevera Panasiewicz (1999), a revelação é a maior expressão do amor divino à humanidade. Como Queiruga, enfatiza que Deus “sempre em ato”, à sua maneira, respeitando a circunstância e a natureza de cada um, espera que o humano o descubra. E essa descoberta é a grande expressão que mostra o quanto Deus sempre esteve aí.

A revelação divina apresenta-se de forma peculiar para o cristianismo através da pessoa de Jesus Cristo. Contudo, numa visão pluralista, existem outras possibilidades da manifestação e da revelação divina, está para além da pessoa de Jesus Cristo. Observa-se que Deus manifesta-se mediante sua autocomunicação aos humanos e que está pronto a revelar seu amor não apenas por meio de uma pessoa especificamente, mas, de várias formas e maneiras, pois, Ele, como diz Queiruga (2010), *sempre esteve aí* e se revela a todas as pessoas e povos.

Após entender como o divino se revela à sua criação, o tópico a seguir tem como proposta refletir sobre a salvação para o ser humano numa perspectiva libertadora.

2.2 A Salvação sob o olhar do paradigma Pluralista

Falar sobre salvação é sempre um assunto complexo na história das religiões. Nas palavras de Panasiewicz (1999, p. 130) “é um assunto que envolve todas as religiões, sem exceção [...], que toca todas as religiões, haja vista que faz parte da ontologia religiosa explicar o sentido e a destinação da vida e da morte humanas”. Com esta ou outra denominação, o fato é que o tema da salvação perpassa a história das religiões e dos seres humanos.

Como assevera Higuete, “salvação é um limite, um ideal, que pode, contudo, ser experimentado na contemplação e na ação [...] Salvação é ‘vida com sentido’ é vida realizada na pessoa e na sociedade”. (HIGUETE, 2006, p.196). Para o autor a salvação acontece independentemente das religiões, sem a intervenção ou invocação de deuses ou deusas. E prossegue; “a salvação é graça ou gratuidade dirigida à integralidade de todos os seres humanos, para além das expressões religiosas e culturais particulares [...]”. (HIGUETE, 2006, p.198). Para ele isso significa ser aceito por um “*Deus*” inominável, pois não precisamos nominá-lo como nas religiões, uma vez que Ele não precisa de uma religião institucionalizada para revelar-se.

Ao falar da salvação a partir da ótica cristã torna-se imprescindível ressaltar a pessoa de Jesus Cristo como Salvador. Ao desenvolver uma visão d’Ele como único, universal e absoluto salvador acaba, segundo Panasiewicz (1999), impedindo uma compreensão mais aberta e plural de salvação e, conseqüentemente, a abertura ao diálogo com as outras tradições religiosas fica comprometida.

Diante disso, os tópicos que seguem têm por objetivo analisar o papel da pessoa de Jesus Cristo como salvador para o cristianismo e suas implicações nas demais tradições. A concepção de Reino de Deus revelada a partir de Jesus Cristo e por fim a salvação em uma perspectiva libertadora.

2.2.1 Jesus Cristo e o Reino de Deus

De acordo com Haight (2003), o cristianismo expandiu e continua a crescer devido a experiência que as pessoas vivenciam em Jesus Cristo como portador da salvação de Deus. O teólogo esclarece que não há uma definição plausível para o termo salvação. Isso se justifica,

por causa da plenitude da experiência da salvação, e da amplitude de sua realidade existencial, nenhuma definição isolada de salvação pode confirmar seu significado. O resultado é que o significado de salvação permanece indefinível: todo cristão consciencioso sabe o que é a salvação até que lhe peçam que a explique. (HAIGHT, 2003, p.387).

Os cristãos fazem a experiência de serem salvos por Jesus, mas, tal experiência “não fornece base alguma para afirmar que Deus possa não salvar de outra maneira, ou que só os cristãos são salvos” (HAIGHT, 2003, p.465). Observa-se que a dificuldade dos cristãos em não admitir outro salvador, que não seja Jesus Cristo, está na interpretação literal dos textos bíblicos. Entretanto, para o autor, um ponto fundamental para compreender o papel de Jesus na salvação humana é sua própria pregação, uma vez que, existe pouca evidência de que Jesus tenha pregado a si mesmo como mediador e constitutivo da salvação de Deus para todos os seres humanos.

Haight (2003) salienta ser Jesus a causa de salvação para os cristãos, pois, ele é o símbolo e mediador na comunidade cristã. Neste caso Jesus é normativo e constitutivo (causa de salvação) apenas para os cristãos. Assim como ele, observa-se nas reflexões de Knitter que a comunidade cristã têm sido fiel aos ensinamentos do Novo Testamento a respeito de Jesus Cristo.

De acordo com o autor eles experimentam a unicidade de Jesus e seu papel salvífico difere da visão pluralista. “Os cristãos podem e devem afirmar, em suas próprias comunidades e diante do mundo, que todas as coisas maravilhosas ditas sobre Jesus no Novo Testamento aplicam-se a ele *verdadeiramente*, mas não necessariamente *unicamente*”. (KNITTER, 2010, p. 96; grifo do autor).

Conforme o autor para os cristãos Jesus verdadeiramente é o Filho de Deus, o salvador, mas, quanto a isso enfatiza:

contudo, eu não acho que “somente” seja verdade. Quando alguém sabe que Jesus é verdadeiramente salvador, não sabe que ele é o único salvador. A experiência pessoal é limitada e não tem sido capaz de compreender as experiências e mensagens de todos outros, assim chamamos, salvadores ou figuras religiosas. (KNITTER, 2010, p.96).

Nesse vértice, o cristianismo pode afirmar que Jesus salva, entretanto, “a ação salvífica de Deus é mais ampla e multifacetada” (TEIXEIRA, 2006, p.154), ampliando a reflexão os cristãos e as outras tradições religiosas partilham do mesmo mistério da salvação. Jesus Cristo trouxe esse mistério e verdades revelando o Reino de Deus, no entanto, não se pode afirmar que somente por meio Dele esse Reino é manifesto, menos ainda ser Ele o único caminho para salvação.

2.2.1.1 *O Reino de Deus*

A temática do Reino de Deus perpassa o Primeiro Testamento e participa diretamente das pregações de Jesus Cristo. Nos exemplos que se seguem é possível perceber como a expressão “Reino de Deus” estava presente em sua pregação: “cumpru-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e credes no Evangelho (Mc 1,14-15)”. (HAIGHT, 2003, p. 122); “o Reino de Deus está no meio de vós. (Lc 17,21)”. (HAIGHT, 2003, p. 124); “A estes doze enviou Jesus, dando-lhes as seguintes instruções: não tomeis rumos aos gentios, mas, de preferência, procurai as ovelhas perdidas [...] pregai que está próximo o reino dos céus. (cf. Mt 10, 5-7).

Segundo Knitter, existe um consenso entre os estudiosos da Escritura como da linha principal evangelical que a questão central da mensagem de Jesus era o Reino de Deus:

de fato, tudo o que Jesus diz e faz é inspirado, desde o início até o fim pelo seu compromisso pessoal com a vinda do Reino de Deus ao mundo. O horizonte dominante da missão e do ministério de Jesus é o Reino de Deus. A vida, a morte e a ressurreição de Jesus derivam seus significados do anúncio do Reino de Deus. (LANE, 1991 apud, KNITTER, 2010, p. 116).

Nota-se que Jesus pregou muito mais do que Deus, ele se referia a algo maior: o Reino de Deus. Ele não deu uma definição exata de Reino de Deus, mas, percebe-se em suas mensagens e parábolas que se referia a uma realidade deste mundo. Sua mensagem em uma primeira dimensão anunciava um reino de Deus “já agora aos pobres” (SCHILLEBEECKX, 1994, p.153), Jesus preocupava-se em trazer uma boa notícia àqueles carentes de libertação de modo geral.

Em Lc 4,18 lemos: “Ele me enviou para trazer boas novas aos pobres” e em Lc. 6, 20: “Bem-aventurados vós, os pobres, pois pertence a vós o reino de Deus” (SCHILLEBEECKX, 1994, p.152). Com a vida de Jesus Cristo começou-se um Reino presente, trata-se da missão cristã e sua construção. Porém, ele está para além desta construção, uma vez que Ele mostrou

também uma dimensão futura “O Reino de Deus aponta para o futuro; é uma condição escatológica e final” (HAIGHT, 2003, p. 124). Jesus Cristo transmitiu uma visão de Reino que era capaz de transformar seres humanos e sociedades:

[...] fartos indícios e a opinião comum dos exegetas indicam que Jesus não pregou a si mesmo, e sim o Reino de Deus. A mensagem do próprio Jesus é teocêntrica: Deus salva; Deus é amoroso, criador providencial e causa exclusiva da salvação, onde quer que ela ocorra. (HAIGHT, 2003, p.466).

Como salienta Haight (2003) Jesus foi teocêntrico, pois, o foco central de sua pregação foi o Reino de Deus. Ele se referia a Deus como Pai, falava do seu amor, dos valores de Deus que deveriam ser seguidos e que tinha uma missão a cumprir recebida por Deus. Dessa maneira, assinala Haight, “[...] Jesus foi obediente ou recebeu uma missão do Pai, o Novo Testamento reflete a centralidade do reino de Deus na vida de Jesus como causa”. (HAIGHT, 2003, p. 104). Dessa forma, Jesus preocupou-se em dividir com a humanidade valores que estavam para além dele. Sua pregação tentou mostrar que os valores do Reino de Deus deveriam estar presentes na vida do ser humano, “falando de modo geral, o Reino de Deus recorre a valores e intenções de Deus em favor da criação tal como reveladas pela própria pregação e ministério de Jesus”. (HAIGHT, 1994, apud, KNITTER, 2010, p.118).

De acordo com Knitter (2010), numa visão mais contemporânea, Jesus procurou expressar um Reino de Deus mais próximo da realidade, do sofrimento do humano e que fosse capaz de mudar essa realidade. Como se pode observar:

para Jesus, Deus como Deus é presente ativo, e revelado em qualquer e toda a ‘atividade do Reino’ - em qualquer coisa que promova o bem-estar da humanidade e remova o sofrimento. Sempre quando essas coisas começam a aparecer- sempre quando há mais paz-amor-justiça e menos fome-guerra-exploração- está presente o poder e a realidade do que Jesus compreendia como o Reino de Deus. (SOBRINHO, 1988; LANE 1991, apud KNITTER, 2010, p. 118- 119)

Para Schillebeeckx conceituar o Reino de Deus ultrapassa a capacidade imaginativa humana, “dele obtemos uma fraca ideia, por um lado, mediante experiências humanas de bondade e justiça, de sentido e amor [...]”, e continua, “Reino de Deus é a presença de Deus no mundo, reveladora e portadora de salvação [...]” (SCHILLEBEECKX, 1994, p.151). O autor apresenta o Reino de Deus como uma presença salvífica divina capaz de promover a paz, justiça e com poder para desaparecer com as e os males que acometem o ser humano. Em suas palavras:

a salvação definitiva ou a libertação radical da humanidade para uma vida comum fraternal e comunhão de vida, onde desapareça a relação senhor-escravo e se eliminam e se esqueçam toda dor e lágrima e onde Deus será tudo em todos, é chamado de “*reino do Deus*” (SCHILLEBEECKX, 1994,p.176.; grifo do autor).

É possível perceber, que o Reino de Deus revelado em Jesus Cristo mostra um caminho de salvação que está para além Dele como modelo único e exclusivo de figura salvadora. Segundo Dupuis “o Reino de Deus encontra-se, sem dúvida nenhuma no centro da pregação e da missão de Jesus, do seu pensamento e da sua vida, das suas palavras e das suas ações”. (DUPUIS, 1999, p. 469).

Como afirma o autor é possível notar tais pregações através de suas parábolas, das bem-aventuranças. A parábola da ovelha perdida relatada no evangelho de Mateus 18,12-14 expressa “o procedimento do pastor visa a ilustrar a atitude de Deus, tal como aparece na vivência de Jesus” (SCHILLEBEECKX, 1994, p.154), mostra a preocupação de Deus em salvar e se sacrificar por uma ovelha perdida e errante do que por àquelas noventa e nove que se encontra em segurança. Na parábola do fariseu e do publicano descrita no evangelho de Lucas 18, 10-14 “o fariseu piedoso, [...] dá graças a Deus por não ser como ‘aquele pecador’, é despedido por Deus. O publicano, que se sente indigno até de comparecer perante Deus, ‘justificado’”. (SCHILLEBEECKX, 1994, p.154). Nas mensagens exemplificadas no Novo Testamento, nota-se o caráter teocêntrico do anúncio de Jesus. Ainda sobre a mensagem de Jesus sobre o do Reino, Dupuis aduz:

O modelo do Reino de Deus constitui, de fato, uma nova versão do modelo teocêntrico. Tem o mérito de mostrar que os membros das outras tradições religiosas já são membros do Reino de Deus na história e que, com os cristãos, estão destinados a se encontrar em Deus no final dos tempos. (DUPUIS, 1993, p. 85).

Quanto à mensagem salvadora das demais tradições religiosas, além do Reino, Teixeira (2010) aduz que para Haight as demais tradições religiosas não somente são verdadeiras, como são desejadas de maneira positiva por Deus por serem um canal de sua presença amorosa e gratuita no mundo. Assim, a presença salvífica de Deus nas outras religiões não precisa ser compreendida em termos da revelação de Jesus Cristo. Para Haight - “o fundamento universal da salvação é ‘Deus como Espírito’, que vem revelado normativamente em Jesus, mas, também nas outras tradições religiosas, nas quais encontra-se presente e ativo”.(TEIXEIRA, 2010, p.21). Nesse norte Haight afirma ainda que - “a presença fundamental salvífica de Deus nas outras religiões não precisa ser uma pessoa: pode ser um evento, um livro, um ensinamento, uma práxis”. (HAIGHT, 2003, 477).

Sob essa ótica, Haight propõe a hipótese de uma “*crisologia do Espírito*”. Nos dizeres de Teixeira (2010), nesta perspectiva cristológica “a divindade de Jesus vem sublinhada não a partir do símbolo Logos, mas a partir da presença de Deus como Espírito”. (TEIXEIRA, 2010, p. 15). Dentro da *crisologia do Espírito* Haight (2003), aponta que o símbolo do Espírito, mais diretamente Deus, atuava em Jesus e por meio dele. Sua hipótese de símbolo de Deus como Espírito, como esclarece Teixeira (2010), deixa muito claro que ninguém além de Deus agiu através de Jesus. A presença de Deus como Espírito não é simplesmente funcional ou “adverbial”, mas é “uma presença ontológica, porque onde Deus age, aí está Deus”. (HAIGHT, 2003, p. 522).

Knitter (2010) assinala que não se deve olhar para o Espírito apenas como o “Espírito de Cristo”, isso o relacionaria diretamente ao verbo encarnado Jesus Cristo. Mas, salienta;

devemos reconhecer o Espírito também como verdadeiramente diferente da Palavra – como o Espírito que enche a Terra – de fato, é o mesmo Reino, mas são dois caminhos genuinamente diferentes nas quais ele pode ser percebido e vivido pela humanidade. (KNITTER, 2010, p. 142).

Uma *crisologia do Espírito* é necessária quando se propõe pensar a salvação em termos plurais e nas demais tradições religiosas. Tal concepção como salienta Haight (2010), exige da comunidade cristã uma nova consciência no que tange as outras religiões, uma vez que;

Deus como Espírito está presente e atuante no mundo, em prol da salvação humana, desde os primórdios, sem nexos causal com a manifestação histórica de Jesus. [...] uma *crisologia do Espírito*, ao reconhecer que o Espírito é operativo externamente à esfera cristã, está aberta a outras mediações de Deus. O Espírito se expande, e não é necessário pensar que Deus como Espírito possa encarnar-se apenas uma vez na história. (HAIGHT, 2003, p. 523).

Sendo assim, Haight (2003), mostra ser coerente a *crisologia do Espírito*, mesmo não descartando a do Logos ou outras cristologias. O que reforça é ser essa a mais viável para os dias atuais, pois, não coloca Jesus como o único portador da salvação de Deus. O autor aduz ainda, ser a *crisologia do Espírito* mais inteligível, uma vez que, é mais coerente com a pessoa de Jesus Cristo e os outros meios que medeiam a salvação de Deus nas demais tradições religiosas.

2.2.2 A salvação como libertação

O tema salvação é complexo e delicado, pois, há diferentes posturas e pensamentos até mesmo no interior da teologia pluralista. Entretanto, a libertação aponta para a

compreensão da espiritualidade profundamente encarnada na vida humana. Dentro da perspectiva pluralista entende-se que todas as tradições religiosas são contextos de salvação e libertação.

Como será discutida ao longo deste tópico a salvação como libertação tanto pode ser compreendida no âmbito da espiritualidade como também como um processo de libertação para além do espiritual, ou seja, uma realidade que alcança várias instâncias da vida humana. É interessante entender inicialmente o que significa salvação/libertação a partir das tradições religiosas.

O teólogo Hick (2005), compreende que todas as tradições religiosas apontam para uma *Realidade última e inefável*. Quanto mais as expressões religiosas sintonizam-se com o *Real*, mais tornam-se contextos de *salvação/libertação*, neste sentido observa-se:

[...] Salvação/ libertação expressão pela qual se indica que buscam ser contextos da transformação humana que conduz ao autocentramento natural para um novo centramento no Real, no Último, assim como é diferentemente concebido e experimentado dentro delas. (HICK, 2005, p.144).

A salvação nestas religiões acontece segundo Hick, através de uma mudança de direção que conduz ao transcendente. Para Ribeiro “essa mudança, o recentramento no divino, e não em si mesmo, é o que se pode chamar de salvação/libertação na teologia de Hick. Assim, a mediação salvífica em Jesus Cristo é questionada”.(RIBEIRO, 2014, p. 90). *Salvação/libertação* é, portanto, para Hick “a transformação profunda do ser humano na busca e encontro com o Real (salvador Último) e identificada com os frutos (critérios éticos), sinal da encarnação divina na história” (RIBEIRO, 2014, p. 90). Logo, Ribeiro entende que há um importante critério nessa afirmação para compreender as tradições religiosas como possíveis caminhos de *salvação/libertação*.

Na perspectiva de Schillebeeckx (1994), a salvação se dá na libertação do indivíduo como um todo, não apenas na dimensão mais espiritual como afirma Hick. Sabe-se que o mal e o bem convivem no mundo e o ser humano relaciona-se com estas duas categorias em tempo real, e em sua grande maioria os povos ficam reféns deste mal. Daí a necessidade de libertação. Nessa perspectiva:

em nosso mundo existe, pois, uma mistura enigmática e permanente de bem e mal, de sentido e sem sentido. A história sequer nos ensina o que predominará nesta mistura e se haverá última palavra a se ouvir, visto o que está ocorrendo de fato. (SCHILLEBEECKX, 1994, p. 22).

No olhar de Schillebeeckx (1994), há uma recusa do humano em continuar a conviver nesse ambiente opressor do mal e sem perspectiva. Contudo, isso traz a ele uma abertura na busca de libertar-se, de encontrar um mundo melhor “outro mundo, que realmente não houve em nenhum lugar”. (SCHILLEBEECKX, 1994, p.22).

É neste cenário de busca pelo ser humano integral, que surge a necessidade de repensar a salvação como um ato de libertação. Neste foco, encontram-se na Teologia da Libertação (TL) conceitos relevantes que ampliam a ideia de salvação. Como salienta Haight: “o verdadeiro e pleno caráter da salvação significa que ela deve compreender a totalidade da vida. A salvação é um conceito abrangente que abarca sistematicamente todas as dimensões da existência humana”. (HAIGHT, 2003, p. 441).

Percebe-se que a Teologia da Libertação³³ compreende o humano em sua identidade social e, por isso, elabora um arcabouço social e entende a pessoa humana em termos de solidariedade. Nos dizeres de Haight:

todo indivíduo concreto tem uma identidade social que ajuda a definir sua individualidade. Todas as teologias da libertação elaboram um arcabouço social e entendem a pessoa humana em termos de solidariedade e de dinâmica, inter-relações aberta com os outros. (HAIGHT, 2003, p. 421).

Conforme expressa o autor, a Teologia da Libertação olha o ser humano de forma completa, não apenas a alma, mas; a alma, o espírito e o corpo e, claro, também as relações entre os indivíduos. Ainda sobre a Teologia da Libertação, Ribeiro³⁴ explicita:

Do seu legado [...] emergem especialmente a dimensão comunitária da fé cristã, as dimensões sociais e políticas do compromisso cristão com a defesa da vida, com a solidariedade humana, com a sustentabilidade do mundo, com as formas de inclusão e de cidadania, com o exercício dos direitos humanos e com a integridade da criação. (RIBEIRO, 2014, p. 111).

Neste olhar “Deus é sempre maior que qualquer compreensão ou realidade humana. Ele age livremente, em especial na ação salvífica” (RIBEIRO, 2014, p. 113). A fé aqui ultrapassa o processo institucional e serve a todos e é para todos, pois, Deus é sempre mais do que se percebe. Como afirma Schillebeeckx (1994), não se pode reduzir a presença salvífica de Deus à consciência humana, pois, o ser humano é limitado em sua compreensão divina. Nem mesmo pode-se restringir a salvação de Deus “aos lugares especiais de salvação, que chamamos religiões. História da salvação não se permite reduzir à história das religiões ou à

³³ Sobre a teologia da Libertação sugerem-se as seguintes obras: BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Da libertação**; GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**; LIBANIO, João Batista. **Teologia da Libertação**.

³⁴ A abordagem feita por Ribeiro é no contexto Latino-Americano.

história do judaísmo e do cristianismo”. (SCHILLEBEECKX, 2004, p. 29), mas, acha-se direcionada pelo *Deus Libertador da Criação*.

Nessa esteira, Schillebeeckx (1994), segue confirmando que a história da salvação é um acontecimento libertador do humano. Logo, o agir libertador de Deus é decisivo para a vida humana. Sem esse agir a denominação religiosa fica sem sentido e vazia. Ampliando sua reflexão o autor compreende que os seres humanos crentes contemplam na história da libertação humana o rosto de Deus. Observa-se que olhar para as necessidades básicas do ser humano, é encontrar o olhar de Deus e agir nas necessidades humanas é agir no querer de Deus.

Sobre a salvação e libertação Panikkar (2007), salienta que, quando o ser humano é alcançado e liberto de seu sofrimento sente-se salvo. Cabe observar segundo ele que o sofrimento tanto pode aproximar de Deus quanto afastar-se dele, somente quem passa pela experiência do sofrimento sabe a necessidade de libertação. Quando tomado pelo sofrimento o ser humano perde a lógica da vida e se vê dependente de Deus. Na reflexão do autor:

O sofrimento nos confronta com o irracional, com a maldade humana, com o mal, com a quebra de nossos esquemas e seguranças, nos descentra e desinstala, nos rouba toda auto-suficiência, nos despoja de tudo e nos põe diante do doloroso, do incompreensível, do que nos indigna e contra o qual, instintivamente, nos rebelamos. (PANIKKAR, 2007, p. 182).

A salvação é também um consolo diante do sofrimento. De fato, o sofrimento revela a condição humana e seu estado de criatura, condição dependente de uma experiência com o mistério para, assim experimentar o processo de libertação.

Para Barros (2006), é fundamental compreender a função do processo libertador do oprimido, do sofredor, dentro de um contexto pluralista e da Teologia da Libertação. A salvação e a libertação nesse contexto operam por movimentos que alcancem o ser humano, buscando projetá-lo para uma vida melhor. O autor assinala ainda, que o processo de libertação não esquece o céu, mas não abandona a vida terrena e suas mazelas. De fato, cabe observar que tal teologia visa resgatar e fomentar cidadania no indivíduo, salvando-o primeiro no seu viver social e sua dignidade. Trata-se de uma fé feita para o homem em sua totalidade num olhar crítico histórico e humanitário.

Barros (2006) esclarece que a prática de Jesus Cristo revelou um Deus libertador e de modo pluralista, revelando um Reino e uma fé, onde, o Espírito de Deus age em todas as culturas e religiões. Portando, uma visão salvadora/libertadora é possível:

se acolhermos o chamado de Deus para escutá-lo e para viver com ele uma intimidade de amor que oriente no testemunho do Reino de Deus neste mundo, precisaremos reconhecer sua presença e aprender algo das milhares formas como outras comunidades orantes captam a revelação do seu amor para o mundo. Ao mesmo tempo, essa interioridade espiritual [...] é espaço privilegiado [...] na construção da justiça e da paz, no mundo como na defesa do universo. (BARROS, 2006, p.240).

Logo, é possível encontrar o Reino de Deus em diversas instâncias quando existe uma abertura ao outro, à dor do outro, às necessidades daqueles a quem não se vê. Portanto, assim como Deus se revela em amor, é preciso experimentar esse amor, para então abrir olhos e ouvidos para ver e escutar a dor do próximo, daquele que inúmeras vezes não tem como se defender.

Francisco Júnior (2005) ao refletir sobre o Reino de Deus aqui na terra vai dizer que a formação deste reinado e do povo de Deus passa pelo cuidado com os pobres, oprimidos e consequentemente com sua libertação. Percebe-se na que a preocupação com os oprimidos, o acolhimento de Deus para com os que sofriam, sempre esteve presente ao longo da história da salvação. Knitter enfatiza que até o “o Deus de Moisés e o Deus de Jesus é um Deus que tem ouvido especial para os gritos dos oprimidos” (KNITTER, 2010, p.124), o que não significa dizer que Deus não se importa com suas outras criaturas. Porém está de ouvidos mais atentos aos gritos dos oprimidos, já que eles não são escutados, precisando assim, do cuidado divino.

O interessante e necessário no processo de salvação é entender de que maneira os pobres e oprimidos têm sido ouvidos no cenário mundial atualmente

Como destaca Vigil (2005), com o advento da mundialização o mundo assiste a um novo cenário: de um lado um imenso número de pobres e de outros uma pluralidade de religiões. Observa-se cada vez mais, classes dominadas e oprimidas em todas as esferas de suas vidas, inclusive religiosas. Entretanto, como leciona Vigil, a religião “pode ser fermento de libertação e até de revolução [...]”. (VIGIL, 2005, p.17-18). É grande o número de religiões no meio do imenso número de pobres.

Num mundo onde os pobres ainda não são sujeitos de sua própria história, em que estão cada vez mais oprimidos, dispersos, Vigil (2005), aponta a crescente presença das religiões nesses grupos como uma possível saída. Assim enfatiza:

de fato, [...], há uma crescente presença das religiões, não oficial ou institucionalmente, mas a cargo dos grupos mais conscientes sobre a contribuição insubstituível das religiões em face desse novo caminho de libertação mundial. (VIGIL, 2005, p. 19).

Na observação de Vigil, o povo, sobretudo, os pobres e os oprimidos, têm uma grande proximidade com a religião, por isso, mister se faz ressaltar que as religiões entendam mais do que nunca seu papel como fator de mudança e processo de libertação. No entanto, para que isso aconteça, o autor entende que há uma necessidade latente entre as tradições religiosas: “que resgatem o melhor de suas tradições espirituais, entre as quais figuram sempre, indefectivelmente, a misericórdia, a justiça, a esperança, para a transformação do mundo”. (VIGIL, 2005, p.19).

De fato as religiões ditas mundiais, que durante muito tempo tinham como objetivo a “conversão”, hoje precisam voltar-se para a responsabilidade mundial e ética. Como relata Francisco Júnior, diante do “destino da humanidade que se materializa no destino dos pobres [...] o pluralismo religioso e o diálogo inter-religioso cada vez mais ganham espaço nas diversas tradições ou grupos religiosos”. (FRANCISCO JÚNIOR, 2005, p.194). Assim, a Teologia Pluralista da Libertação que, procura articular a Teologia do Pluralismo Religioso com a Teologia da Libertação, deixa de ser um desafio teórico e passa para o campo do desafio prático que provoca, sobretudo, o diálogo inter-religioso. Nas palavras de Vigil, “aceitar sinceramente o pluralismo religioso leva reformular, reler, re-elaborar todo esse patrimônio. Isso quer dizer reformular a própria religião”. (VIGIL, 2005, p.22).

Para Garay (2006), o pluralismo religioso, em busca de uma *teologia da libertação* se vê diante da necessidade de pensar os fatos que cercam nosso mundo atual, como a pobreza, a miséria e as condições sub-humanas em que os empobrecidos e os oprimidos vivem hoje.

Diante disso, compreende-se que o processo de libertação no atual cenário mundial, está para além das bases religiosas, pois, os empobrecidos são sujeitos mundiais que buscam libertação. Mais que pensar em um diálogo inter-religioso é preciso pensar em uma libertação transreligiosa. Nesse sentido na perspectiva de uma pedagogia libertadora, Paulo Freire (1994) enfatiza que o ser humano precisa “brigar” pela liberdade, o que ele prefere chamar de *libertação*. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, é enfático em dizer que o oprimido deve buscar a libertação e essa a seu ver é a liberdade de estar sendo com os outros, de criar e recriar o mundo. E continua sua reflexão ao dizer que a busca pela liberdade é necessária, pois:

quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1994, p.17).

O processo de libertação do oprimido deve começar num desejo de transformação do sujeito aonde ele vai se descobrindo no mundo e se tornando autor de sua própria história. Desse modo a mudança passa a ser permanente. Como se observa nas palavras do autor:

a pedagogia do oprimido, [...] e libertadora, terá dois momentos distintos, O primeiro, em que os oprimidos [...] vão comprometendo-se,[...] com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia [...]passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1994, p.23).

O sujeito que toma consciência de sua autonomia, de sua capacidade de torna-se sujeito de sua história, deixa de ser oprimido permanentemente, não apenas na esfera do conhecimento, mas em todas as esferas de sua vida, inclusive religiosa e tudo isso, como diz Freire (1994) de maneira libertadora.

Tudo isso é possível na ótica de Vigil através do diálogo: “O diálogo urgente é o diálogo da vida, que produz e multiplica a vida, como corresponde às religiões que creem em Deus da vida”. (VIGIL, 2005, p. 23). Na mesma linha de pensamento, Freire aduz que, “não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de *ser mais*, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens”. (FREIRE, 2005, p. 46).

Em uma sociedade em que as religiões estão desafiadas a recriar a autocompreensão humana diante do empobrecido e do oprimido, surge o grande desafio de todas as faces do diálogo inter-religioso. Diálogo que será discutido com maior propriedade no próximo tópico.

2.3 O diálogo inter-religioso

Numa sociedade globalizada e cada vez plural, nota-se que uma abertura ao diálogo inter- religioso se faz cada vez mais necessária, o tema é recente tanto em nossa história quanto na história das religiões e têm suscitado grandes reflexões no meio religioso e acadêmico. Nas palavras de Panasiewicz:

O diálogo inter-religioso é um tema recente para a história da Humanidade e da Teologia. A consciência do pluralismo religioso, que emergiu sobretudo na segunda metade deste século, fez com que a igreja Católica reavaliasse sua forma discriminatória de julgar as tradições religiosas e aprendesse o dinamismo vivo de cada uma. O Concílio Vaticano II confirmou o reconhecimento oficial dessa transformação, ao afirmar que “a Igreja Católica nada rejeita do que há de verdadeiro e santo nessas religiões (NA 2)”.(PANASIEWICZ, 1999, p.17).

Observa-se que a igreja Católica assimilou as mudanças e reconheceu o pluralismo religioso existente, sem o qual, não é possível nem começar a conversa sobre diálogo. De fato, como afirma Geffré (2004), o Vaticano II foi um marco significativo para o fim do absolutismo católico e um início do *Diálogo* e reconhecimento às demais tradições religiosas.

Nota-se que o diálogo inter-religioso tem suas facetas e desafios. Quando as tradições se abrem realmente a um verdadeiro diálogo, estas podem desfrutar das contribuições que este as propõe. O diálogo inter-religioso, por exemplo, pode ser um facilitador na concepção da revelação divina dentro das tradições religiosas, bem como um ponto inicial para se discutir e entender a salvação nas mesmas. Entretanto, para que isso aconteça é necessário ter esclarecidas as condições para um verdadeiro e saudável diálogo inter-religioso.

Nos tópicos a seguir, será abordada com maior propriedade a contribuição do diálogo para a concepção de revelação e salvação, assim como, quais são as condições para o diálogo inter-religioso.

2.3.1 O diálogo inter-religioso e a concepção de revelação

A temática da revelação está voltada para conhecer como Deus se manifesta ou se dá a conhecer a cada tradição religiosa. Como já foi discutida neste capítulo, no meio cristão, essa revelação se dá somente por um mediador: Jesus Cristo. Entretanto, na proposta da Teologia Pluralista, Ele é mais um e não apenas o único revelador de Deus. Isso faz com que as demais tradições tenham voz e encontrem rosto no rosto de Deus.

A proposta agora é mostrar como o diálogo inter-religioso pode ser uma porta que medeia a valorização das demais tradições religiosas possibilitando um melhor entendimento da concepção da revelação neste ambiente pluralista. Segundo Haight (2003), a pessoa que quer dialogar precisa estar aberta ao diálogo e principalmente querer aprender. Dialogar implica algumas condições, tais como: “entendimento recíproco, avaliação mútua do outro, aprendizado e transformação recíproca com base em uma apropriação do que é verdadeiro em outras religiões”. (HAIGHT, 2003, p.482).

É no relacionamento com o outro e na abertura ao aprendizado e ao diálogo, que se encontra espaço para escutar, ver e entender as verdades contidas em cada tradição religiosa. Quando isso acontece é possível perceber a presença amorosa de Deus e sua manifestação em cada uma delas. É importante ressaltar que, nessa proposta, dialogar, não significa abrir mão da tradição ou da fé. Como bem afirma Panasiwicz:

O diálogo inter-religioso não tem por fim que uma tradição renuncie a uma experiência verdadeira da revelação de Deus, [...]. Positivamente, o diálogo inter-religioso quer ser uma partilha das apreensões da relação Deus-Homem na experiência histórica das tradições. [...]. O diálogo visa, assim, a que sejam descobertas novas experiências de auto comunicação divina na antiga história das tradições religiosas, à luz da partilha recíproca. (PANASIEWICZ, 1999, p.83).

Nessa ótica, abrir-se ao diálogo significa estar pronto para uma conversa, onde, haverá troca de experiências e não proselitismo. É nesse encontro com o outro que as religiões podem descobrir o grande mistério da revelação de Deus em cada tradição. Como afirma Knitter (2010), uma conversa boa e produtiva deve acontecer como parte de uma relação autêntica de igualdade e respeito. Para ele todos devem ir para o diálogo totalmente “*desarmados*” e abertos:

O diálogo deve acontecer em igualdade. Isto significa que ninguém deve sentar à mesa do diálogo com cartas escondidas ou armas carregadas, quer dizer, com declarações que serão lançadas de repente e usadas para anunciar uma verdade absoluta dada por Deus, cujo propósito é determinar a validade de todas as outras verdades e absorvê-las. (KNITTER, 2010, p. 44).

No diálogo inter-religioso, entender e aceitar que cada um possui sua verdade é fundamental, pois, é no encontro com as verdades do outro que se torna possível perceber a revelação de Deus em cada tradição e suas diversas manifestações. Panasiewicz (1999, p.75) afirma que “pensar na revelação de Deus é pensar no encontro de todas as tradições religiosas e pensar no diálogo inter-religioso é compreender a autocomunicação de Deus a todo coração e a toda cultura humana”. Ou seja, o diálogo inter-religioso é ponto fundamental para a manifestação de Deus às suas criaturas.

Segundo Queiruga, o diálogo inter-religioso entre as religiões requer verdade e integridade, porque:

parte da tentativa de descobrir melhor a presença de Deus, que é de todos e a todos se manifesta. Segundo, porque há de se tratar sempre de um “oferecimento maiêutico” apoiado [...] sobre o Deus que quer “dar à luz” na consciência da humanidade. Finalmente, porque assim todas têm algo a oferecer [...]. (QUEIRUGA, 2010, p.454).

Em sua concepção é no encontro das religiões, das culturas, e na história de cada tradição que Deus pode revelar-se. Sua presença viva e amorosa não se limita apenas à religião, mas, Ele pode e tem se revelado ao humano ao longo da história da humanidade. Como enfatiza Queiruga, para que essa presença seja percebida é necessário um mediador, um encontro com o outro, e em muitos grupos o diálogo ainda é uma ameaça à fé e não uma saída

para uma espiritualidade plena e um espaço de encontro com a própria fé. Porém, como afirma Ribeiro:

No espaço do diálogo, as tradições religiosas interpretam-se levando as suas vivências para caminhos mais profundos. Trata-se de uma abertura para a escuta, para a mudança e para a maior compreensão do próprio espaço de fé. Pois, no diálogo, há uma mudança e a criação de um lugar fértil para a espiritualidade. (RIBEIRO, 2014, p.72).

No diálogo com outra tradição, há uma descoberta e uma troca de saberes entre as religiões. Essa troca só acontece em um ambiente, onde, existe espaço para a escuta e para um diálogo autêntico. Nessa esfera, na abertura ao diferente, o transcendente, pode revelar-se àqueles participantes do diálogo, proporcionando-lhes uma experiência mais profunda de fé.

Diante do advento da globalização e da mundialização é possível falar em um diálogo que provoque mudanças não apenas no cenário religioso, mas, no cenário mundial. Ao Refletir sobre o *ecumenismo planetário*, Geffré não se refere a um ecumenismo inter-religioso entre as tradições cristãs, “aqui há ampliação de sentido ao considerar *ecumenismo (oikoumene)* em seu sentido etimológico, ‘ao mundo habitado’”. (PANASIEWICZ, 2007, p. 169), Geffré refere-se ao fato da família humana tomar consciência de estar habitando o mesmo espaço comum, a mesma casa, por isso, a expressão *ecumenismo planetário*.

A partir disso traça suas reflexões acerca do diálogo das religiões, não apenas para adquirirem riquezas espirituais e morais, mas percebe no diálogo inter-religioso o caminho para instaurar uma unidade entre as religiões capaz de produzir uma consciência planetária, onde cada tradição irá contribuir a seu modo para manter “nossa casa” o “planeta Terra” habitável.

Portanto, percebe-se diante do exposto que são inúmeras as contribuições do diálogo inter-religioso para a concepção de revelação. O humano sempre esteve em busca de um caminho para relaciona-se com o transcendente. Dentro do cristianismo essa resposta veio através de Jesus Cristo, porém, não foi percebido como o único. As demais tradições religiosas guardam um acervo religioso, que muitos desconhecem.

É somente nessa abertura ao diálogo inter-religioso, que cada tradição pode expor suas riquezas e verdades. Através desse contato com o outro há uma troca riquíssima de experiências. É nesse momento de diálogo que elas percebem que Deus em sua infinita bondade e amor se faz presente e se revela a cada uma delas. Isso possibilita o crescimento e não a discriminação, o descobrimento da face do outro. De um outro que também revela Deus, e que isso não impede nenhuma outra tradição de fazê-lo também.

2.3.2 O diálogo inter-religioso e a concepção de salvação

A concepção de salvação no contexto da Teologia Pluralista compreende todas as tradições religiosas como um espaço de encontro com o sagrado e consequentemente um ambiente de salvação e libertação. Entretanto, compreender e aceitar cada tradição com seu poder salvífico em seu espaço determinado é fácil. O desafio enfrentado hoje é colocar todas as tradições para dialogar e fazer do diálogo uma ferramenta no processo de busca pela compreensão de uma salvação libertadora.

Percebe-se que o ser humano está constantemente em busca de respostas para indagações às suas inquietações e necessidades interiores. Partindo da perspectiva da teologia cristã, Haight (2008), afirma que o humano ao encontrar Deus, se liberta da escravidão interna, uma vez que, ao ter contato com Deus revelado por Jesus Cristo, experimenta o amor autotranscendente, libertando assim, segundo o autor, seus corações fechados. No entanto, a presença salvadora e libertadora de Deus, não se limita apenas aos cristãos. A presença ativa de Deus está para todas as pessoas. Todas, inclusive, para as que buscam uma resposta à suas angústias.

Pode-se afirmar que, sob a ótica cristã, existe um pluralismo de religiões, isso significa que “na medida em que outras religiões sejam historicamente distintas do cristianismo, autônomas em sua mediação da revelação da realidade última, e verdadeiras, elas são relevantes para todos os seres humanos”. (HAIGHT, 2008, p. 137). Esse é um ponto fundamental para o diálogo inter-religioso. Deste ponto de vista, o diálogo não é ameaçador para os cristãos e nem menospreza o poder salvífico das demais tradições. Deus se revela e salva através das diversas tradições religiosas.

Aceitar o pluralismo de religiões e se dispor ao diálogo, significa para Vigil, buscar uma nova forma de pensar o acervo simbólico de cada tradição religiosa. Em sua compreensão o melhor caminho para o diálogo inter-religioso é “começar por tudo aquilo que nos une, não pelo que nos separa” (VIGIL, 2005, p. 24). Ampliando suas reflexões, ele afirma existir uma *regra de ouro* que perpassa por todas as tradições religiosas, a qual seria o ponto de partida para um verdadeiro diálogo. Nesse vértice afirma:

Não faça aos outros o que você não quer que lhe façam: isto é, não cometa injustiças que você não gostaria de sofrer. A *regra de ouro*, comum às religiões, lhes impõe olhar aos pobres como principal e mais urgente ponto de referência. (VIGIL, 2005, p. 24. grifo meu).

A opção pelos empobrecidos e injustiçados é o ponto de referência comum às religiões. Nas reflexões de Vigil (2005) é através dos serviços aos pobres da terra, que as religiões são chamadas a um diálogo, não de teólogos, mas ao diálogo da vida. Nessa proposta o diálogo traz uma nova concepção e um novo olhar para a salvação. Segundo Vigil a atual proposta da teologia das religiões é a do soteriocentrismo:

A “soteria” está no centro. Ou seja, as religiões procuram a salvação para os seres humanos. Por obra de alguma maneira de Deus – [...], caminhos de salvação contextualizados cada um em sua geografia, em sua história, em sua cultura, mas todas são ou devem ser “caminhos de salvação”, meios de realização em plenitude para os seres humanos. (VIGIL, 2005, p. 25).

Sob essa ótica o verdadeiro foco das religiões deve estar em transmitir, anunciar uma “soteria”³⁵ capaz de trazer transformação para a vida dos pobres. Tal salvação e transformação precisam ser acompanhadas pela consciência de um senso de justiça em favor de um mundo melhor, capaz de alcançar os pobres, oprimidos e injustiçados.

Apesar dos debates sobre os pobres estar no centro das discussões da teologia das religiões, essa temática já se fazia presente na teologia cristã. De acordo com Neutzling (1986), Jesus Cristo anunciou um Reino de Deus direcionado aos pobres, famintos, necessitados, aflitos e àqueles que choram. Nesse vértice Mette (1999) salienta que uma fé cristã que não se preocupa com o estado em que se encontra os seres humanos, pode ser considerada falsa. E continua: “como alguém que nunca soube o que é o amor, que está submetido a injustiças estruturais, pode compreender que Deus o ama sem considerar esta frase um consolo barato?” (METTE, 1999, p. 51).

Em sua compreensão anunciar a salvação em uma dimensão dialógica significa se preocupar verdadeiramente com o outro. Tal nível de preocupação deve ir além da teoria, passando pelo o campo prático capaz de mostrar um Deus realmente amoroso, que se preocupa com o sofrimento alheio, mostrando assim, o significado de uma salvação libertadora.

Salvação libertadora implica não está direcionado somente àqueles que passam por situações de aflição, sofrimento e aos empobrecidos. Para Mette, tal libertação acontece tanto para os necessitados quanto para aquele que se propõe escutar e se relacionar com o menos favorecido, ou seja, aquele que se abre ao diálogo inter-religioso.

O diálogo “implica em dar e receber, uma comunicação que requer não apenas testemunhar, anunciar e ensinar, mas também, escutar, ouvir e aprender”. (HAIGHT, 2008, p.

³⁵ Soteria= do grego: salvação.

118). Para que essa relação dialógica aconteça é preciso haver uma consciência de igualdade e uma atitude de respeito entre os participantes. No entanto, como ressalta Freire, não é possível ter diálogo sem um grande amor ao próximo e ao mundo. Em sua análise o diálogo e amor andam juntos. Como se pode observar:

Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação.[..]. Amor, não. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico. (FREIRE, 1994, p. 45).

A libertação acontece quando o diálogo inter-religioso é capaz de demonstrar amor ao próximo, ao mundo, ao humano. Neste caso, dialogar significa respeitar as diferenças, pois, quando não há espaço para se colocar no lugar do outro e aceitá-lo, não há espaço para experimentar a prática de uma salvação libertadora.

É possível observar a partir das reflexões acima, que a concepção de salvação neste mundo plural e globalizado ultrapassa a espiritualidade. Homens e mulheres de diversas crenças religiosas estão em busca de algum tipo de salvação. Salvação esta que seja capaz de trazer alívio para suas angústias, dores, medos e limitações. Portanto, estão em busca de uma salvação que lhes traga libertação em todos os níveis de seu ser.

O diálogo inter-religioso é um caminho para o ser humano, em contato com o próximo, compreender a ação salvadora e a presença amorosa de Deus. Quando o humano se abre ao diálogo, pode entender o plano de salvação de Deus para cada tradição religiosa, sua manifestação e sua ação libertadora a todos os humanos, não importando a qual religião este pertença.

Sabe-se que o diálogo inter-religioso é fundamental para a Teologia Pluralista, porém, dialogar requer abertura e algumas condições. Quais são elas?

2.3.3 Condições para dialogar

Quando se trata de diálogo inter-religioso, não existe uma única maneira de fazê-lo, mas, é necessário observar algumas condições para praticá-lo. Segundo Vigil (2006), é preciso ter uma disposição e um amadurecimento para o diálogo. Ampliando sua reflexão, “só será verdadeiro o diálogo, quando os participantes estiverem em atitude de busca, abertos à verdade que possa surgir e surpreendê-los no decurso do diálogo”. (VIGIL, 2006, p. 450).

Isso significa que abrir-se para dialogar requer algumas condições fundamentais de ambos os lados, para que tal diálogo seja pleno.

Para Geffré (2004), *o respeito do outro e sua identidade própria* é a primeira condição necessária para o diálogo entre as religiões. Trata-se de abandonar o “preconceito histórico” e pré-julgamentos das tradições religiosas. “Teoricamente- é a chance única de uma humanidade plural- todas as línguas são intraduzíveis umas nas outras”. (GEFFRÉ, 2004, p. 144-145), ele defende que não se deve buscar semelhanças de uma tradição em outra, pois, isso reduziria o outro à própria experiência. Deve-se escutar e ser escutado, por isso, essa condição traz um conceito de tolerância religiosa.

Para Panasiewicz (2007, p.171): “ser tolerante não significa ‘abrir mão’ da verdade, nem ficar neutro e sem se posicionar, mas sim escutar a diferença do outro que se manifesta”.e continua, tolerância é “afirmar o direito sagrado de divergir” (GEFFRÉ, 2001, apud PANASIEWICZ, 2007, p. 171), ou seja, respeitar o outro, suas diferenças e suas opiniões.

A segunda condição para o diálogo na perspectiva de Geffré *é a fidelidade no que diz respeito à própria identidade*. Dialogar não significa abrir mão da própria fé, pelo contrário, “é preciso, portanto manter a própria identidade, se quisermos que haja um verdadeiro diálogo”. (GEFFRÉ, 2004, p.145). Manter a própria identidade significa ter clareza naquilo que crer para dialogar, pois, como afirma Panasiewicz (2007) se houver um fechamento na própria tradição, haverá obstáculos para o diálogo, uma vez que, é preciso ter valores de referência de uma determinada religião para ‘julgar’ a outra. Portanto, clareza de identidade não significa identidade *fixa, fechada*.

Necessidade de uma certa igualdade entre os parceiros para que haja diálogo, é a terceira condição para o diálogo inter-religioso. Diálogo significa abertura. Nesse sentido Panasiewicz (2007) chama a atenção para o significado da terceira condição: ela é uma originada a partir das duas primeiras. É preciso ter clareza e abertura para dialogar. Quando uma determinada tradição se propõe ao diálogo, entende-se que esta acredita que do outro lado está outra tradição na mesma condição e capacidade para o diálogo que ela. É preciso que haja confiança entre os parceiros.

Quanto a essa condição, Geffré aponta a compreensão da verdade como necessidade básica para o diálogo. Panasiewicz vai dizer que é preciso ter uma “concepção de identidade e o entendimento de verdade”. A identidade é aquilo de específico de cada tradição, e continua; [...]. “Essa identidade não deixa de ser a ‘verdade’ que cada tradição tem construído historicamente”. (PANASIEWICZ, 2007, p. 171). Falar de diálogo é refletir sobre as

premissas de cada tradição, verdades que nem sempre são diferentes e nem necessariamente contraditórias.

Nessa condição Geffré compreende que uma pessoa pode ser mudada quando confrontada com a verdade do outro, uma vez que, este outro pode trilhar caminhos *idênticos* com sua tradição. Porém, isso não significa perder a fé, nem conversão, mas implica o despertar da uma necessidade de uma reinterpretação da *noção* de verdade.

Ao tratar da verdade Geffré diz “que é preciso ter um ‘Espírito de verdade’. Esse espírito permite que as pessoas não sejam totalitárias, nem acreditem possuir uma verdade que seja englobante de todas as demais”. (PANASIEWICZ, 2007, p. 176). Em suas reflexões, Geffré apresenta a *verdade da ordem do julgamento* e a *verdade da ordem da manifestação*. A primeira é baseada em proposições da verdade exterior, onde, a intenção é mostrar o que é verdadeiro e o falso. A segunda seria a verdade relacional, onde ninguém possui a verdade absoluta, por isso, essa última é a mais apropriada para o diálogo inter-religioso.

Percebe-se que dialogar exige um exercício entre todos os participantes do diálogo. Ser fiel à própria identidade, a própria fé e ao mesmo tempo ver o outro e admitir ter ele também sua verdade é um processo de construção que exige uma vontade relacional prática e verdadeira para que o diálogo inter-religioso de fato aconteça.

Existem várias formas³⁶ e lugares para desenvolver essa prática dialogal. A escola, por exemplo, pode ser um deles. Sabe-se que o ambiente escolar é um lugar de desenvolvimento de saberes e de construção da cidadania. Acredita-se que a partir da Teologia Pluralista é possível pensar o diálogo inter-religioso de forma ética capaz de promover a paz e uma convivência mais justa entre as tradições religiosas.

Acredita-se ainda, que a Teologia Pluralista tem muito a contribuir não somente para a paz entre as religiões, mas também em outros setores da sociedade. O mundo hodierno tem passado por um período, onde, a violência, a intolerância e a injustiça social tem feito parte do cotidiano das pessoas. No ambiente escolar não tem sido diferente.

Diante disso, o capítulo seguinte tem por objetivo analisar como se encontra a escola diante desse cenário. Tomar-se-á como amostra as escolas estaduais observadas e descritas no capítulo I desta pesquisa. A análise das escolas será feita em três momentos: análise da

³⁶Existe quatro formas de diálogo desenvolvidas pelos autores. São elas: O diálogo da vida; o diálogo a serviço das grandes causas; a troca na ordem espiritual e o diálogo na ordem doutrinal. Sobre o tema sugerem-se as seguintes obras: PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo: diálogo inter-religioso na teologia de Claude Geffré**. 2. ed. São Paulo: Paulinas/PUC Minas, 2010, p. 177-184; PANASIEWICZ, Roberlei. **Diálogo e revelação: rumo ao encontro inter-religioso**. Belo Horizonte: Com Arte/Fumec, 1999, p.53-64 ; TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Motta. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso**. Aparecida: Santuário, 2008, p. 151-153.

proposta do Projeto Político Pedagógico; análise do material proposto para as aulas de Ensino Religioso e análise da prática das aulas de ER.

Toda análise será feita usando como lente a Teologia Pluralista e suas possíveis contribuições para que a escola alcance os para a comunidade escolar em geral bem como para as aulas de Ensino Religioso.

3 ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR PROVOCADO PELA TEOLOGIA PLURALISTA

A escola de modo geral tem como princípio ajudar a preparar pessoas para o convívio em sociedade, para uma convivência harmônica, de paz e respeito. Neste sentido procura preparar seus alunos para o pleno exercício de sua cidadania. Sabe-se, porém que esta não tem sido uma tarefa fácil nas escolas brasileiras atuais. A educação tem se deparado com grandes desafios, tais como: o uso de drogas, violência contra seus educadores, violência entre os alunos, desrespeito às autoridades e outros.

É fato que a maioria dos envolvidos no processo educacional não tem medido esforços para reverter essa situação. Afinal, a escola deve ser um ambiente de produção de conhecimento e um lugar que promova um ensino-aprendizagem que prepare cidadãos para a vida. Entre tantas disciplinas que tentam desenvolver habilidades e competências nos alunos, está o Ensino Religioso. De acordo com a lei que rege o ER³⁷, a disciplina deve fazer parte da formação básica dos cidadãos, propiciando aos mesmos, a capacidade de aceitação à diversidade e respeito mútuo.

Dentro deste contexto, um dos objetivos deste capítulo é analisar quais têm sido as propostas das escolas estaduais para a disciplina ER. Como é a prática da disciplina no contexto escolar. Verificar se ela tem contribuído de alguma forma, para amenizar as situações problemas já mencionadas. Para isso, tomou-se como objeto de estudo a pesquisa de observação realizada em três escolas da rede estadual de Belo Horizonte.³⁸

Em um primeiro momento será feita uma análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas, verificando quais suas propostas para seus sistemas educacionais e para a disciplina ER. Avaliará também a prática e conteúdos das aulas de ER de cada instituição. Este trabalho será feito a partir das observações e análises feitas no capítulo I e usará como ponte de partida e como lente norteadora a Teologia Pluralista.

A proposta é perceber como o Ensino Religioso reage ao ser provocado pela TP. Qual reação positiva pode acontecer. Que ganhos a TP tem a oferecer para a disciplina, se esta aceitar bem a tal provocação. E por fim, mostrar a partir da Teologia Pluralista, perspectivas possíveis para o Ensino Religioso dentro do contexto escolar.

³⁷ Artigo 33 da Lei nº 9.475, de 22.7.1997-Citada na íntegra no capítulo I.

³⁸ Esta pesquisa está descrita no capítulo I.

É importante deixar claro que este capítulo nem esta pesquisa têm a pretensão de “criar” ou indicar um conteúdo programático para a disciplina ER. Apenas pretende-se mostrar se a Teologia Pluralista pode servir de parâmetro norteador e contribuidor para a disciplina e como essa contribuição pode ser feita.

3.1 O Projeto Político Pedagógico e a Teologia Pluralista

Toda escola tem metas e objetivos que deseja cumprir. Para isso conta com a elaboração de um documento chamado Projeto Político Pedagógico, o PPP³⁹. É um projeto porque possui metas a atingir durante um determinado tempo. É político, porque entende-se que a escola é um espaço para a formação de cidadãos críticos, capazes de pensar e exercerem sua cidadania; e por fim, pedagógico, pois, preocupa-se com o processo ensino-aprendizagem, seu projeto é voltado para os processos educativos.

O PPP deve contemplar as necessidades da comunidade escolar e propor ações que alcancem tais necessidades. Para isso, deve contar com a colaboração e participação de todas as disciplinas disponibilizadas nas escolas, inclusive, o Ensino Religioso.

Devido à relevância do PPP em uma instituição escolar, este tópico traz como meta analisar o PPP das três escolas⁴⁰ estaduais visitadas no início desta pesquisa e fazer uma análise dos mesmos à luz da Teologia Pluralista. Especificamente, pretende-se voltar o olhar para a disciplina ER. Verificar quais são as propostas para ela nos PPPs analisados e como a Teologia Pluralista poderia contribuir com tais propostas, ou, como proposta.

3.1.1 O PPP das escolas A, B e C em análise

O PPP da **escola A**, tem por objetivo desenvolver projetos que preparem os alunos para a vida. Preocupa-se em desenvolver competências que qualifiquem os alunos para o pleno exercício da cidadania.

Através do PPP é possível perceber a preocupação da escola em preparar os alunos para os enfrentamentos da vida buscando desenvolver o diálogo, à diminuição da violência e de qualquer tipo de intolerância, prezando pelo respeito à liberdade e boa convivência social. O documento apresenta projetos, onde há um compromisso com o desenvolvimento ético dos

³⁹ O PPP encontra o aporte legal nos princípios apontados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, em seus artigos 12, 13 e 14. Onde reforça que toda comunidade escolar, deve participar diretamente no processo da elaboração do mesmo.

⁴⁰ As observações feitas nas escolas A, B e C estão descritas no capítulo I.

discentes, aquisição de atitudes e valores que possam ser empregados em todas as áreas de suas vidas.

Atualmente a instituição tem enfrentado graves problemas de violência, indisciplina, falta de diálogo entre alunos e professores e entre os próprios alunos. A partir destas situações expostas teoricamente no documento e da situação prática como da violência, a **escola A** está desenvolvendo alguns projetos práticos⁴¹ para resolver tais dificuldades. Os projetos são executados através da interdisciplinaridade. Entretanto, chamou a atenção a disciplina Ensino Religioso não aparecer descrita no PPP como parte dos projetos, principalmente do maior: o *Projeto Cidadão*. Ela não aparece nem como facilitadora e nem como contribuidora na diminuição dos problemas citados anteriormente. E, neste caso, a disciplina poderia contribuir em vários aspectos. Como afirmam Junqueira e Ribeiro:

O projeto pedagógico atual para o Ensino Religioso na perspectiva da escola prevê a educação para a diversidade, ao direito de conhecer as diferentes formas de orientar o *éthos* dos indivíduos a partir de suas opções religiosas que interferiram na história, nas artes, *no comportamento* e tantas *formas da convivência humana*. Na base dessa proposta encontra-se o fato do “*conhecer para conviver*” como condição fundamental para a aprendizagem. (JUNQUEIRA; RIBEIRO, 2013, p.35; grifo meu).

O ER pode contribuir para o autoconhecimento dos discentes, e se, desenvolvida a partir da proposta acima, irá desenvolver competências que estará além da espiritualidade. Contribuirá com a formação do ser humano como um todo.

Assim como para a escola **A**, o PPP da escola **B** tem como uma das principais metas, projetos que contribuam na construção de valores éticos e críticos da comunidade discente. Há uma preocupação explícita no documento em atuar na sociedade, indo além, dos limites da escola, valorizando o diálogo entre a comunidade escolar e sociedade. O tema diálogo se faz presente, não apenas neste vértice, mas, como necessidade básica entre os discentes, docentes e demais participantes do processo educativo.

Outro objetivo presente no PPP da escola é o de desenvolver nos discentes a consciência de cidadania, fazendo desses, sujeitos capazes de escrever sua própria história de maneira crítica e consciente. Também enfatiza como meta instrumentalizar seus alunos para terem condições de atuar na área política, social e cultural do país de maneira crítica e construtiva.

⁴¹ Como foi citado no capítulo I, o maior projeto desenvolvido atualmente é o *Projeto Cidadão*.

A escola **B**, por receber alunos de diversas classes sociais⁴² e variados níveis de renda, deixa claro em seu projeto, a preocupação em desenvolver com os seus alunos temas que abordem o respeito às diferenças, a tolerância e principalmente a diminuição da violência e da indisciplina na escola.

O documento da escola **B** é bem elaborado, com metas e objetivos coerentes com a comunidade escolar. Entretanto, não apresenta nenhum projeto de intervenção pedagógica anexo ao documento. Cada disciplina possui suas diretrizes a seguir e tem a liberdade de desenvolver projetos que alcancem as metas propostas no PPP.

A disciplina ER aparece de maneira muito discreta no documento da escola **B**. Sua atuação está vinculada às disciplinas de Língua Portuguesa e História, em que o documento esclarece que, a temática dos direitos e deveres das crianças e adolescentes estarão vinculadas diretamente à essas disciplinas. Porém, como observado durante a pesquisa, essa disciplina é lecionada de maneira diferenciada⁴³, com temas e projetos bem coerentes com o PPP.

Já o Projeto Político Pedagógico da escola **C**, está voltado inicialmente para preparar seus alunos para atuarem na vida política, social e cultural de forma bem prática. Preocupa-se com o meio em que os alunos vivem, e por isso, tem como grande missão a aquisição de valores e práticas para atuarem na vida em sociedade.

O documento explicita a necessidade de desenvolver em seus discentes a capacidade crítica e sabedoria diante das situações e dificuldades da vida cotidiana. Ter habilidades de dialogar para amenizar e ou resolver situações de conflitos.

Os projetos relatados no PPP da escola **C** são executados através de todas as disciplinas. O ponto de partida desses é estimular o prazer pelo conhecimento. Posteriormente, de acordo com o perfil de cada turma, os projetos são desenvolvidos tendo como um dos principais focos a diminuição da violência na escola e na sociedade, o respeito ao próximo, e valores que servirão como ferramentas para os alunos conviverem em uma *sociedade violenta*. Vale ressaltar que o documento mostra uma grande preocupação com a violência vivenciada pelos alunos em suas comunidades.

Para a escola, mais importante que os conhecimentos dos livros, seus alunos devem ser capazes de ter uma relação dialógica, crítica e de paz na sociedade em que vivem, pois isso é uma questão vital para eles. Nessa linha de pensamento, o educador Paulo Freire acreditava que a escola é um espaço para discutir sobre todas as áreas que envolvem a vida de um educando. Em suas palavras:

⁴² Essa informação está explícita no PPP, conforme apresentado no capítulo I.

⁴³ Sobre a prática da disciplina falaremos mais detalhadamente no próximo tópico.

porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma necessária "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Porque não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso?[...] (FREIRE, 1996, p.17).

Assim, como Freire, a escola C, acredita que a melhor maneira de preparar seus alunos, com uma educação de qualidade, é tendo uma relação dialógica a partir da realidade de cada um. Ouvindo e dialogando sobre sua realidade e assim, apontando caminhos e alternativas para uma vida mais digna.

Analisando os PPPs das escolas visitadas, é possível encontrar objetivos em comum e desafios a serem superados nas três escolas. Tais pontos serão discutidos a seguir e analisados a partir da Teologia Pluralista.

3.1.2 O PPP das escolas A, B e C e a Teologia Pluralista

A Teologia Pluralista (TP) e a Teologia da Libertação (TdL) também se preocupam com a formação e o desenvolvimento pleno do cidadão, por isso, o surgimento da Teologia Pluralista da Libertação. A Teologia da Libertação ocupa-se dos marginalizados, oprimidos e dos empobrecidos. A Teologia Pluralista, não se ocupa apenas do que chamamos de *espiritualidade do sujeito*, mas, entende a salvação e a revelação divina como processos de libertação do humano perante os desafios da vida.

Durante a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas visitadas, foi possível detectar alguns desafios que estão presentes não apenas no nosso cotidiano, mas tem sido uma luta constante na comunidade escolar. Alguns merecem destaque por serem comuns às três escolas.

3.1.3 Violência na escola

A violência tem sido alvo de projetos educacionais e de vários setores da sociedade como, por exemplo, as instituições religiosas. Todos estão à procura de soluções para esse mal que atinge não somente as escolas, mas, a sociedade como um todo. A solução para tamanha violência estaria na busca pelo caminho que leve à paz. E ao falar de paz, tem-se a impressão de uma mensagem religiosa ou algo inalcançável. Contudo, a Teologia Pluralista ao tratar da visão de *Reino de Deus*, por exemplo, aponta um dos caminhos pelo qual o ser humano poderia e pode encontrar paz, justiça, amor.

A ideia de Reino tratada aqui vai além do conceito cristão. Trata-se de um conceito mais moderno, onde, Reino de Deus é: “o espaço inteiro do mundo: a ecumene ou mundo habitado pelos homens, onde o ‘reinar de Deus’, criador deste universo, significa paz, justiça e amor que vigoram entre os homens [...]”. (SCHILLEBEECKX, 1994, p. 150). Para o autor, é no mundo cheio de desafios e angústias, onde o ser humano vive cada dia cercado pelo mal, que ele pode encontrar um Deus amoroso, capaz de trazer-lhe a paz e fazer-lhe experimentar o amor que Ele pode oferecer-lhe.

Falar do Reino de Deus, não é apenas informar às pessoas que existe um ser maior, amoroso, capaz de revelar-se ao humano e ajuda-lhe, mas é mostra-lhes que existem valores deixados por Deus a serem seguidos para tornar o humano um ser melhor, capaz de amar e provocar mudanças boas na sociedade. Neste aspecto Haight afirma que:

o reino de Deus e a práxis voltada para a plenitude do ser, especialmente dos outros, estão intimamente relacionados. Os seres humanos vivendo em conformidade com os valores do reino de Deus, esse é o amor soberano de Deus manifestado na história; o serviço ao próximo é a norma de Deus inscrita na vida humana. (HAIGHT, 2003, p.108).

Um dos valores fundamentais encontrados no reino de Deus é o amor dos seres humanos uns para com os outros. Valor que deve ser aprendido e praticado à medida que o amor de Deus é revelado aos humanos. Como observa o autor, apesar de ter sido Jesus Cristo, um dos exemplos mais expressivos quanto aos valores do reino, ele deixou seu legado para a humanidade mostrando que o Reino de Deus é algo muito maior. Não pertence a uma única religião e tampouco foi pregado por apenas um humano.

Nesta perspectiva, ao trazer as reflexões a partir da dimensão do Reino de Deus, para a comunidade escolar, a Teologia Pluralista tem a oportunidade de mostrar que existem meios e valores a serem seguidos pelo ser humano em prol de uma sociedade e de um mundo melhor. Princípios não necessariamente religiosos, ou seja, não precisa estar ligado a uma tradição religiosa para praticar valores como: o amor ao próximo, respeito mútuo, respeito à natureza, nem ser a favor da justiça.

Percebe-se que o amor revelado por Deus não tem sido captado profundamente pela sociedade e que os valores do Reino não estão sendo implementados como proposto, por exemplo, no testemunho de Jesus Cristo, como aponta Haight (2003), por isso as injustiças, opressões e violências sociais. A escola não fica fora dessa estatística e reproduz altos índices de violência. Um dos grandes desafios em busca pela paz é justamente olhar o mundo habitado como uma responsabilidade de todos, em que tais valores, podem despertar no humano o zelo pela harmonia e pela paz.

Para Barros (2006), Deus se revela em amor em diversas dimensões e ao abrir-se para essa experiência o humano experimenta uma abertura ao outro, à sua dor e às suas necessidades. Quando essa abertura acontece o ser humano encontra, na visão do autor, o Reino de Deus. Como a Teologia Pluralista da Libertação tem uma maneira mais real, humanitária e libertadora, tem grande contribuição para pensar o tema da violência na escola. Ela suscita, por exemplo, que a temática do Reino seja pensada a partir de cada realidade e, mais do que cada religião fazer a sua parte, é necessário agregar com a comunidade escolar, e pensar estratégias para combater a violência. Ela não tem respostas, mas tem uma nova maneira de pensar os problemas e juntos: escolas e religiões, pensar em novos resultados.

Knitter ao falar sobre o Reino de Deus, apresentado por Jesus Cristo, por exemplo, traz a reflexão de que todos devem ser agentes de transformação na história, tendo um desejo ardente de querer mudar o mundo e não apenas ser um mero expectador deste. Ampliando suas reflexões afirma: “a verdade de Deus, como revelado por Jesus, chama-nos a lutar pelo melhoramento de seres humanos neste mundo e, como percebemos hoje, está entrelaçado com o melhoramento ecológico”. (KNITTER, 2010, p. 124). Nessa esteira, aquele que entende os valores do Reino de Deus, apresentados por Jesus Cristo, busca transformar um mundo de injustiças em um mundo de *amor e mutualidade*, capaz de provocar na humanidade senso de justiça, gerando assim, paz entre os humanos.

Pensar no ambiente escolar a partir de tais reflexões como: o amor ao próximo, injustiça e o melhoramento ecológico, pode ser um eixo norteador prático pelo qual a Teologia Pluralista pode começar a pensar a violência na escola, utilizando como contribuições iniciais os valores e conceitos do Reino de Deus.

Neste processo de pensar saídas contra a violência, a escola depara-se também com alunos aprisionados pelo medo, pela condição social, familiar. Pessoas em busca de salvação. Na visão de Schillebeeckx (1994), a salvação é um processo de libertação do indivíduo como um todo, não apenas espiritual. Neste aspecto as discussões sobre salvação dentro do contexto da Teologia Pluralista da Libertação constitui-se outro caminho para pensar a violência na escola.

Nessa esteira, Schillebeeckx (1994, p.24) vai dizer que, “numa história humana, na qual homens são libertos para verdadeira humanidade, é que Deus pode revelar o seu ser”. Isso significa que o agir de Deus é decisivo no processo libertador do ser humano, na medida em que “encontram” um Ser maior, amoroso, que se importa com suas mazelas, seus problemas, suas infinitas e diversificadas dificuldades. Isso na TPDL é preocupar-se com os empobrecidos e oprimidos.

No olhar de Vigil (2005), o mundo está diante do desafio de se inventar e reinventar, política, cultural, social e religiosamente. As coisas mudaram. O cenário mundial é outro. Existe um grande número de pessoas pobres, carentes em todos os sentidos, que até mesmo a religião não tem dado conta de dar uma resposta a elas. Contudo, ele esclarece que a TPdL ocupa-se dos empobrecidos, dos fracos, oprimidos. Isso vai além do mundo físico, passa pelo espiritual, físico, moral e social.

Trazendo tudo isso para o contexto escolar, é possível fazer um “raio x” da situação socioeconômica, familiar, e das diversas dificuldades enfrentadas dia-a-dia pelos alunos das escolas observadas. A Teologia Pluralista da Libertação pode não ter as respostas prontas, mais uma vez, mas, tem elementos significativos para pensar a situação desses alunos através de uma nova lente que pode trazer novas ideias e possibilidades numa parceria escolar, através, inclusive, das aulas de Ensino Religioso, e a Teologia Pluralista da Libertação.

Tratar de salvação é sempre uma temática delicada, pois, durante muito tempo esteve ligada às religiões, ao que acontece depois da morte, a quem tem o poder salvífico. Mas recentemente o tema salvação tem ganhado novos olhares. Alguém pode sentir-se livre, salvo de algo que o prende, o oprime, que lhe faz mal e não necessariamente, busca a salvação no âmbito espiritual. De acordo com Vigil (2005) os empobrecidos, os oprimidos deste mundo, são alvo do amor de Deus e de sua salvação libertadora. Segundo Tracy a salvação tem três dimensões; duas merecem destaque para esse ponto da discussão, segue:

primeiro, a salvação é uma libertação da pessoa humana da servidão para a liberdade. [...]. Em um contexto pós-moderno, no entanto, a libertação do espírito humano para a liberdade adquire maior importância. Segundo, a libertação é experienciada como dom e tarefa de Deus. O dom da libertação expande o espírito humano na direção da autotranscendência, capacitando-o a aceitar a responsabilidade da liberdade para enfrentar as várias situações negadoras da vida que nos privam de sentido. O dom, portanto, capacita a liberdade para aceitar a tarefa de criar sentido. (TRACY 1998, apud HAIGHT, 2010, p. 441).

A salvação num âmbito libertador dá sentido não somente espiritual ao humano, mas, segundo o autor, traz a capacidade de dar sentido à vida. De acordo com Vigil (2006), o que os humanos mais buscam atualmente é uma vida com sentido. Em meio a tanta pobreza, opressão, falta de perspectivas, homens e mulheres da humanidade lutam por um olhar mais sensível às injustiças e pobreza sofridas. Como afirma Haight (2003), a salvação libertadora é aquela que em meio à opressão social, faz a liberdade acontecer e dando sentido à história. E quanto a esse sentido o autor esclarece: “o possível sentido da história consiste precisamente em assumir os valores do reino de Deus na própria vida e colocá-los em prática na própria história”. (HAIGHT, 2003, p.447).

A história do ser humano passa a ter sentido quando este percebe o amor salvífico de Deus presente na humanidade e sua ação libertadora, capaz de transformar sua vida em vários aspectos. Tal ação libertadora acontece para Haight, quando o humano entende os valores do reino de Deus e os coloca em prática. Acontece, então, a salvação que o liberta de tudo que lhe oprime, permitindo-lhe fazer escolhas.

Ao analisar os PPPs das escolas observadas, nota-se que além da preocupação em diminuir o grau de violência na escola, há nos documentos também uma preocupação em preparar cidadãos com capacidade crítica para enfrentar o mundo para além dos muros da escola. Nesta perspectiva, os pensamentos de Haight e da TPdL acerca da Salvação/libertação traria ganhos para a comunidade escolar e conseqüentemente grandes apontamentos para serem feitos nas aulas de ER.

Desta maneira, os alunos seriam provocados a refletir a partir da ótica da salvação/libertação, os possíveis caminhos que o ser humano tem diante de si, mesmo vivendo em condições sociais⁴⁴ desfavoráveis ou em meios, onde, a violência está presente. Falando de maneira prática, as aulas de ER, nessa temática pode ser um veículo para discutir os valores do reino de Deus e seu amor libertador. Quando essa temática é discutida, abre-se diante do humano a revelação de que ele também pode fazer escolhas. Escolhas essas, em todos os níveis da sua história, não importando seu meio social, sua condição espiritual ou física; importa apenas seu direito de aprender a ter uma opinião crítica e então escolher.

Para Freire (1994), outro caminho em busca de libertação do oprimido e de uma consciência crítica é o diálogo. O diálogo pode gerar o amor ao próximo, ao mundo, diminuindo, assim, a motivação à violência. Nas palavras do autor:

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a *pronúncia* do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda.[...]. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. (FREIRE, 1994, p. 45)

O diálogo é um caminho capaz de despertar no ser humano a capacidade de ver o outro. Ao conseguir ver o outro e ter uma verdadeira escuta, é possível desenvolver uma relação dialógica de respeito mútuo. Já nas Vigil (2006) o diálogo entre as religiões é um exercício em busca pela paz, pela justiça e libertação dos pobres e oprimidos. Em sua concepção, o exercício do diálogo inter-religioso provoca nos líderes e nos envolvidos a prática da tolerância, da escuta e do respeito ao próximo.

⁴⁴ Lembrando que, como relatado no capítulo I, as três escolas apesar de localizarem-se em regiões diferentes, atendem alunos da periferia de Belo Horizonte e região metropolitana, com condição social desfavorável.

Portanto, explorar o diálogo na concepção de Freire, como uma proposta de escuta entre as religiões, também é mais uma das formas apontadas pela TP como proposta para que o ER conscientize seus discentes na luta pela paz.

3.1.4 Em busca do diálogo

O diálogo foi outro destaque percebido como um alvo a ser alcançado pelas escolas observadas. A falta dele também foi apontado como gerador de várias situações problemas enfrentado pelas escolas. Sabe-se que o diálogo é um fator de compreensão e conhecimento do outro. Quando isso não é possível há uma perda significativa para toda a comunidade, não apenas escolar, mas, para a sociedade na qual está inserida. Diante disto a primeira proposta para da Teologia Pluralista para o diálogo surge a partir das reflexões acerca do Reino de Deus.

Conforme Knitter Jesus Cristo pregou um Reino de Deus para ser vivido neste mundo, “a visão do Reino de Deus que acontece neste mundo e transforma seres humanos e sociedades” (KNITTER, 2010, p. 118). Com essa visão mostrava um Reino que ao ser experimentado pelos humanos, era capaz de transformar vidas, proporcionar bem estar. No entanto, assim como o Reino foi mostrado pela figura de Jesus Cristo, a TP mostra que existem outras religiões além do cristianismo que vivem os valores do Reino de Deus. Essa troca e conhecimento de valores só são possíveis quando as tradições religiosas começam a se abrir para o diálogo inter-religioso. Na concepção do autor é no diálogo com os cristãos e outras tradições que Deus hoje tem revelado suas verdades, fazendo com que os envolvidos ajam em favor de mudanças em um mundo de divisão e injustiças. Semelhantemente Haight (2003) afirma:

essa é a causa de Deus, o projeto de Deus no mundo, o plano de Deus para a história. [...]. O reino de Deus e a práxis voltada para a plenitude do ser [...]. Os seres humanos vivendo em conformidade com os valores do reino de Deus [...]”. (HAIGHT, 2003, p. 108).

O maior valor para Deus está em seres humanos preocupados uns com ou outros. Procurando viver de forma plena os valores do seu reino. Percebe-se, que os valores do Reino, os planos de Deus para a humanidade são muitos e estão além de um ser humano ou de uma determinada religião. Segundo Haight (2003) o diálogo entre as religiões, através da Teologia Pluralista, deixa claro a plena realidade do amor de Deus presente na humanidade e os valores de seu Reino. Dentro do contexto escolar, esse tipo de diálogo pode ser usado como exemplo nas aulas de ER e em outros projetos pedagógicos, para mostrar que o diálogos

de *várias vozes* em um ambiente de respeito é plenamente possível. Se for possível dialogar com pessoas ou grupos de crenças religiosas diferentes, então é possível dialogar com pessoas que têm opiniões diferentes.

Outro exemplo possível de ser seguido para gerar o diálogo entre a comunidade escolar é o da **salvação/ libertação**. Para Knitter, vivemos num mundo cheio de injustiça social, onde pessoas são oprimidas pela pobreza. Em meio a este cenário “amar ao próximo é querer libertar a ele ou a ela do seu sofrimento”. (KNITTER, 2010, p.125). Isso significa oferta-lhe um diálogo, em que, se sinta amado e entenda que a salvação significa liberta-se de tudo que lhe causa dor e sofrimento. Para Haight, a “salvação pode ser interpretada como libertação da liberdade da escravidão interna de várias formas de egoísmo e como libertação da liberdade para valores altruístas”. (HAIGHT, 2008, p. 62). Quando o ser humano está mergulhado em seus conflitos internos e voltado para seu egoísmo, é impossível ver o outro, e consequentemente, não vendo o outro, não há espaço para o diálogo.

Ampliando suas reflexões, Haight afirma que a salvação não é algo que acontece uma única vez na vida do ser humano, mas, é um processo que vai acontecendo ao longo da vida humana, na relação dialógica entre o humano e o amor revelado de Deus. Amor libertador. O mesmo acontece com o diálogo entre as religiões; é um processo de aprendizagem, onde cada vez mais, as vozes do diálogo vão ganhando forças. Da mesma forma, a salvação pode ser um tema gerador para entender o processo de transformação do humano e um ser melhor. Tal entendimento trará também a consciência da necessidade de um verdadeiro diálogo entre os participantes de uma conversa de iguais ou daqueles que pensem de forma diferente. Porém, assim como Knitter expõe, o diálogo só acontece quando se entende que a salvação/libertação acontece num ambiente de justiça de paz e principalmente amor.

Num ambiente de salvação como fonte de libertação é preciso que deixe de lado as diferenças. Conforme afirmam Vigil (2005), é preciso repensar a prática de cada tradição religiosa, deixando de lado as diferenças para dialogar. O autor propõe que esse diálogo comece pelas semelhanças entre as tradições, para ele é mais fácil começar uma união pelas afinidades e não pelas diversidades. Essa regra básica pode se tornar a grande “regra de ouro” não somente para a disciplina ER, mas como para a comunidade escolar em geral. Descobrir no outro uma semelhança ou um ponto de afinidade pode ser o início de um longo diálogo.

Por falar em diálogo, agora sim, trataremos do diálogo usando como ponto de partida o diálogo, porém, usando a lente da Teologia Pluralista.

O diálogo entre as pessoas é um dos grandes desafios de aprendizado do ser humano. As escolas visitadas, por exemplo, deixam claro em seus documentos o diálogo como solução

para parte de seus problemas e também aponta a falta dele, como o um dos fatores facilitadores de tais problemas. Na visão de Panasiewicz (1999, p.80) “o diálogo é condição *sine qua non* de evolução cultural e religiosa das pessoas e dos povos”, pois é nessa relação dialógica com o outro que o ser humano se torna uma pessoa melhor. Ampliando suas reflexões, Panasiewicz vai dizer que no diálogo interpessoal surge a alteridade.

O autor afirma ainda que, quando se ama o próximo, ama a si mesmo, e isso faz parte da condição dialógica. É nesse processo do verdadeiro diálogo que o ser humano experimenta seus limites, pois “dialogar é sempre se expor ao risco de se ver colocado em questão e de ter que mudar a sua maneira de ver ou de viver”. (BASSET, 1996, apud, Panasiewicz, 1999, p.80). Nessa esteira é possível vencer a falta de diálogo no ambiente escolar, desafiando os envolvidos com o próprio diálogo proposto pela Teologia Pluralista.

Nesta perspectiva, todos que são chamados ao diálogo são provocados a olhar para si e para o outro. São desafiados a se expor, a entender a maneira do outro pensar e colocar sua maneira de pensar, onde, o que está em jogo não é quem está com a verdade; assim como acontece no diálogo inter-religioso. Deste modo, as aulas de ER também podem se tornar um ambiente provocador do diálogo, proporcionando aos alunos momentos de reflexões, onde, alunos e professores busquem uma relação dialógica interpessoal, o crescimento cultural e pessoal. Neste aspecto os caminhos que a TP apontam quanto à maneira de dialogar com o próximo que pensa e crer diferente, a forma de aceitar a verdade do outro, são pontos referencias para essa conversa.

3.2 A prática escolar em análise

O Ensino Religioso foi objeto de pesquisa e observação no capítulo I desta pesquisa. Durante a observação da parte prática da disciplina ER e análise dos materiais didáticos adotados pelas escolas, procurou-se perceber qual ou quais paradigmas da Teologia do Pluralismo Religioso⁴⁵ estavam mais presentes nas práticas observadas. No entanto, agora, será feita uma análise destas práticas usando como referência apenas o terceiro paradigma da TPR: a Teologia Pluralista.

Pretende-se analisar as aulas de ER observadas nas três escolas visitadas, bem como a proposta de cada material didático. Analisar até que ponto as aulas e tais materiais atendem a proposta pedagógica de cada instituição. Em sequência fazer apontamentos a partir da TP, que possam contribuir com o crescimento e a prática da disciplina.

⁴⁵ Sobre paradigmas da TPR ver: tópico 1.1: seção 1.1.1 do capítulo I

3.2.1 Uma análise da prática das escolas A, B e C

As aulas da escola **A**⁴⁶ são baseadas em apenas uma tradição religiosa. Toda a reflexão trazida pela professora seja por meio de dinâmicas ou por outros tipos registros são baseadas em textos bíblicos. A maneira de expor o conteúdo alterna semanalmente, entre, dinâmicas reflexivas e aulas expositivas com histórias bíblicas.

A partir das observações, percebeu-se que o objetivo maior das aulas de ER da professora é o de apresentar aos alunos o caminho da salvação. Foi possível perceber ainda, que o caminho proposto pela docente em suas aulas é Jesus Cristo como o único salvador. Ela utiliza muitos textos e histórias bíblicas para exemplificar as temáticas apresentadas. Em sua fala em sala o melhor caminho alternativo contra o mundo das drogas e da marginalidade para seus alunos é o da conversão a Jesus Cristo.

Durante as observações foram desenvolvidos temas como: perdão, tempo de milagre; Jesus: o modelo a ser seguido; motivação para crescer, para onde devemos olhar. Todos os temas ministrados sob a ótica do cristianismo, usando textos bíblicos e histórias bíblicas para embasar e exemplificar o que estava sendo ensinado.

A esse respeito Haight (2003) afirma que Jesus Cristo é o salvador no interior na teologia cristã, dentro deste contexto é preciso haver respeito aos que participam dessa fé, no entanto, ele não pode ser considerado o único, uma vez que Deus não se revela ao humano somente através dele. Nessa esteira a salvação acontece por meio dele e para além dele. Por isso, definir através de uma disciplina escolar, uma pessoa salvadora, quando há uma pluralidade de opções religiosas, apesar de a maioria ser cristã, torna-se um processo complicado e invasivo. Coloca em xeque a capacidade do ser humano de fazer suas escolhas. Principalmente quando se trata de um ambiente escolar, que é um ambiente de produção de conhecimentos e formador de opinião.

Quanto ao material, a escola A não adota livro didático ou tem um material pré estabelecido a ser utilizado por todos os alunos. A professora utiliza um livro didático⁴⁷, com tema “ser cristão é..”, e outros materiais impressos, que ela aproveita do trabalho que faz com as crianças de sua igreja⁴⁸. Todo o material tem um conteúdo protestante. Não possui temas diversificados quanto a outras tradições religiosas. Os temas mais transversais tais como ética, respeito, solidariedade são propostos e discutidos dentro de um contexto cristão.

⁴⁶ A descrição detalhada das aulas está no capítulo I. seção 1.2.1

⁴⁷ Livro: “De mãos dadas” para o 5º ano da editora Scipione. Uma versão de 2009.

⁴⁸ A professora é membro da Igreja Batista da lagoinha em Belo Horizonte. Ela é líder de um grupo de crianças em um dos trabalhos de cultos domésticos realizados pela igreja.

Pelo o que foi observado, a escola dá liberdade a todos os seus professores para desenvolver seus conteúdos em sala de aula, o que não pareceu uma isenção de responsabilidades. No caso do ER, por exemplo, a escola comprou outras coleções de livros didáticos como alternativa, inclusive a versão atualizada da qual a professora utiliza, no entanto, a docente prefere desenvolver suas aulas a partir de materiais pré selecionados por ela.

Na escola **B** a situação encontrada na sala de aula foi um pouco diferente. Se na escola **A** o ensino é totalmente catequético, voltado para uma determinada tradição religiosa, na escola **B**, as aulas de ER, não há nada explícito sobre as religiões ou temas religiosos, pelo menos, não explicitamente nas aulas observadas. No início do ano, a docente faz um levantamento sobre a confissão religiosa de cada aluno do 6º e 7º ano. Em seguida pede a cada um para pesquisar sobre a tradição religiosa do colega. De acordo com o planejamento esse é o único momento da disciplina que se fala diretamente de religião.

A escola **B** conta apenas com uma professora de ER, assim como a escola **A**. As aulas de ER são muito esperadas pelas 32 (trinta e duas) turmas do 6º ao 9º ano. Isso pode ser notado, pelo comportamento e pela fala dos alunos durante as aulas. Assim como na escola **A**, a docente também utiliza o revezamento de técnicas para discutir os temas propostos. Uma semana com dinâmicas e outra utiliza o material didático. Suas aulas são bem dinâmicas e participativas. Os alunos de todas as idades conversam com a professora sobre todos os assuntos propostos e até mesmo sobre seus problemas pessoais.

Assim como a proposta do PPP da escola é formar cidadãos críticos que saibam enfrentar a vida, dialogar e viverem em busca da paz, as aulas de ER seguem a mesma proposta. Por isso, temas como bullying na escola, a adolescência, abuso sexual (o que é, como fazer), ajuda ao próximo estão presentes em suas aulas. Os alunos aceitam bem as temáticas propostas.

O material utilizado nesta escola é uma apostila elaborada pela própria professora. A cada ano ela faz uma nova edição, com temas selecionados por ela. Apesar de o material ser o mesmo para todas as séries, a professora procura desenvolver os temas de acordo com a maturidade de cada uma. O material deste ano tem dicas sobre estudo, temas voltados para os problemas da adolescência e outros como já citados anteriormente. Apesar de ser uma aula de ER a temática está bem voltada para valores morais e éticos a serem aprendidos e seguidos

por todo ser humano. O que nos leva a questionar se o papel desta disciplina na escola se resume apenas a passar esses valores⁴⁹.

Passando para a escola C, esta também conta com apenas uma professora de ER do 6º ao 9º ano. Ela preocupa-se em trabalhar de maneira diferenciada com as turmas de 6º e 7º ano, onde o conteúdo das aulas são mais voltados para os valores éticos e morais. E com os alunos de 8º e 9º ano, além de desenvolver os valores éticos, os alunos estudam sobre diversas tradições religiosas.

A dinâmica utilizada nas aulas é a mesma para todas as séries: leitura e produção de texto. A professora não tem muito tempo para conversar com os alunos sobre a temática proposta no dia, visto que, seu tempo fica muito corrido, pela dinâmica proposta e pela indisciplina dos alunos em todas as salas. A docente mal consegue falar, então ela entrega a folha com o conteúdo do dia e solicita logo a produção de um texto a respeito do assunto.

Nas séries iniciais os temas mais tratados foram: como seria um mundo ideal, família, somos incompletos (trabalhando a necessidade do outro), já no 8º e 9º ano nas aulas observadas tratou-se tradição Islã, liberdade religiosa, tolerância e quase tudo sobre a tradição judaica. Nota-se que as aulas de ER da escola C, é a que mais aproxima de proposta de um ensino não proselitista e mais pluralista.

Quanto ao material, a professora tem a liberdade de selecionar o que vai utilizar na disciplina. Ela baseia suas aulas em conteúdos tirados da coleção “todos os jeitos de crer” (ática), artigos da internet, blogs e revistas. A seleção do conteúdo é feita dentro dos critérios estabelecidos por ela quanto às idades e séries dos alunos.

3.2.2 A prática escolar e a Teologia Pluralista

Para Aragão e Panasiewicz (2015), a escola não é lugar para ensinar religião, mas pode ser um ambiente para discutir o fenômeno humano, onde, o que é sagrado em cada cultura pode ser discutido e ganhar significado. Nesse pensamento Junqueira e Ribeiro (2013) acreditam que o ER deve ser trabalhado não apenas no âmbito da espiritualidade, mas, de forma mais prática, buscando alcançar vários níveis e aspectos da dimensão humana. Já Nasser (2013) acredita que o ER deveria trabalhar conteúdos como a espiritualidade e a relação com o transcendente, que são as duas dimensões mais intensas da alma humana. Fato

⁴⁹ Acerca de pesquisas sobre o Ensino Religioso: indica-se o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER)- Disponível em: <http://www.fonaper.com.br/> Anais dos Congressos da Sociedade Teologia e Religião (SOTER)- Disponível em: <http://www.soter.org.br/> e o as publicações do grupo de pesquisa sobre o tema, da revista Anptecre- Disponível em <http://www.anptecre.org.br/>.

é que essa disciplina tem sido pensada e ainda tem muito a ser refletida a cada ano que passa. Seu papel na escola, sua importância e contribuição para a vida dos alunos, da comunidade escolar e para a sociedade.

No tópico anterior foi descrito e analisado a realidade da disciplina em três escolas estaduais de Belo Horizonte. A amostra é pequena, de fato, mas através dela foi possível ter uma noção de como anda o Ensino Religioso. A partir dessa pequena amostra e das análises feitas, a proposta agora é rever o que foi analisado usando como referência a Teologia Pluralista.

A prática do Ensino Religioso escolar será analisada a partir de três aspectos da TP: Reino de Deus, Salvação/Libertação e Diálogo.

3.2.3 O Ensino Religioso sob a perspectiva do Reino de Deus

A professora A, afirma aos seus alunos que Jesus Cristo é o único Salvador. Em todos os valores transmitidos aos seus mesmos ela procura usar como exemplo a própria vida de Jesus através de passagens bíblicas. Haight (2003) salienta que no Novo Testamento encontram-se várias passagens, onde Jesus Cristo prega sobre valores que os seres humanos deveriam seguir. No entanto, segundo o autor, ao analisar melhor suas pregações, percebe-se que sua pregação tinha como foco uma dimensão maior: ele anunciava valores que se referiam ao Reino de Deus. Ele não anunciava a si mesmo como salvador. Para Haight é a interpretação literal dos textos bíblicos, que dificulta aos cristãos perceberem outra figura salvadora além de Jesus Cristo.

Semelhantemente Knitter (2010) diz que toda a pregação de Jesus, seu ministério e sua missão aqui na terra estavam voltadas para anunciar o Reino de Deus. Ampliando suas reflexões, afirma que este é um consenso entre os estudiosos da Escritura, como os da linha evangelical, por exemplo. Dentro deste contexto, o autor assevera que ao anunciar o Reino de Deus, Jesus Cristo também viveu intensamente seus valores, por isso, para a comunidade cristã acabou se tornando o salvador. Contudo, ele não pode ser considerado a única figura salvadora para todas as tradições religiosas.

Diante disso, a grande questão no tema das aulas da professora A, não é falar de Jesus Cristo, pois, ao analisar a sua vida, os valores do Reino pregados e vividos por ele, há muito a aprender e a ensinar. A grande questão é mostra-lhe como único caminho salvífico. Diferente da professora C, ainda que, de maneira discreta mostra outros caminhos. Neste aspecto, a

Teologia Pluralista tem muito a contribuir para as aulas de Ensino Religioso a partir da reflexão que propõe sobre o Reino de Deus.

Tratar do Reino de Deus no ER é uma oportunidade de mostrar como Deus revelou seu amor para a humanidade e como sua ação salvífica está para além das teorias e práticas cristãs. Refletir em como os valores do Reino de Deus tão difundidos por Jesus Cristo, estão presentes também em outras tradições religiosas e foram transmitidas por outros personagens importantes e até mesmo figuras salvíficas destas tradições. Tais reflexões representam no meio escolar uma oportunidade de crescimento e exercício de respeito ao diferente. Esse agregar de valores vai acontecendo na medida em que os alunos vão entendendo o que são os valores do Reino, e onde podem ser encontrados. Que tais valores e processo de salvação não são exclusividade do cristianismo. Nessa esteira Haight aduz:

As religiões são verdadeiras, e as tradições válidas e positivamente desejadas por Deus. Isso requer que promovam a abertura do espírito humano e o conduzam a autotranscendência. Não é necessário que o poder de Deus como Espírito seja compreendido nos mesmos termos que a revelação de Jesus Cristo. [...] a mediação fundamental da presença salvífica de Deus nas outras religiões não precisa ser uma pessoa. [...]. Dizer que as outras religiões só são verdadeiras na medida em que correspondam aos conceitos cristãos de Deus é fazer de Jesus uma norma positiva e cair no inclusivismo. (HAIGHT, 2003, 477).

Não é necessário discutir apenas sobre uma visão da ação salvadora de Deus ou se a religião A, B ou C é a verdadeira. O interessante é que os alunos tenham a oportunidade de entender a dimensão da ação salvífica de Deus. E como afirma o autor, fora do cristianismo, essa ação não precisa ser necessariamente através da figura de uma pessoa.

Ao debaterem sobre os valores das religiões e suas figuras salvadoras a partir da perspectiva pluralista, as escolas A, B e C estarão inovando a maneira de pensar o diferente. Discutindo sobre as diferentes formas de crer e os valores do Reino e sua aplicabilidade em no dia-a-dia do ser humano, as instituições estarão no caminho para alcançar objetivos propostos em seus documentos como a diminuição da violência, a promoção do diálogo e o respeito mútuo. Isso porque os temas propostos para a disciplina de ER visam atuar na formação do cidadão como um todo.

3.2.4 O Ensino Religioso sob a perspectiva da Salvação/Libertação

Na Teologia Pluralista pode-se falar da salvação/libertação na esfera apenas da espiritualidade ou em uma perspectiva que vai além da espiritualidade, onde a libertação abrange a totalidade das esferas da vida do humano. Segundo Haight (2003) o conceito de salvação é amplo e envolve todas as instâncias da existência humana, devendo compreender o

ser humano como um todo. A salvação libertadora, que se preocupa com o humano para além da espiritualidade, é a proposta da Teologia Pluralista para o Ensino Religioso Escolar.

Falar sobre salvação em qualquer ambiente exige muito cuidado, pois, trata-se de um tema que envolve crença, vivência e experiência individual na relação com o transcendente. Falar sobre tema dentro do contexto escolar então, parece mais desafiador, polêmico e até mesmo impróprio. Porém, quando se leva em conta a salvação em uma perspectiva libertadora, centrada no indivíduo como um todo, este pode se revelar um tema facilitador para vencer desafios enfrentados no dia-a-dia escolar. Vale lembrar que para a TP todas as religiões constituem-se espaços e oportunidades de experiência com o sagrado e consequentemente, são ambientes de salvação e libertação.

Na escola A, em uma das aulas o tema proposto foi: *valores*. A partir da reflexão que homem e mulher são criados à imagem e semelhança de Deus, a docente colocou a dependência que temos uns dos outros para viver. Através das coisas, alimentos, roupas e tudo que mais o ser humano produz, ele precisa compartilhar para viver. No entanto, ela continuou: “o ser humano, homem e mulher, não precisa só das coisas, precisa também de carinho, amor, afeto. As pessoas são valiosas. Só aprendemos isso, quando aprendemos nos relacionar, e amar o próximo, os valores deixados por Deus”. Os valores citados nessa aula foram muitos, como justiça, limite, respeito, responsabilidade para com a comunidade, honestidade. Refletiu-se também que em cada classe social os tipos de valores podem variar.⁵⁰

A partir do início da discussão proposta pela professora: “somos imagem e semelhança de Deus”, a Teologia da Criação traz uma nova proposta a esse respeito. Proposta, que pode contribuir para discutir não apenas os valores propostos pela docente A, mas também para agregar outros valores. Para a Teologia da Criação, ser humano é cocriador com Deus. Nesse aspecto ele tem uma atenção *especial* de Deus diante das demais criaturas e isso exige responsabilidades também. Panasiewicz (2009), explica que o termo *semelhança* significa atrair para si algumas responsabilidades perante os outros seres, como o Cuidar.

A partir das reflexões da Teologia da Criação, Panasiewicz (2009), afirma que o ser humano enquanto cocriador se desperta para agir de maneira mais amorosa, tanto mais zelo, mais dedicação, solidariedade e escuta para com o próximo. E isso vai além do cuidado com o próximo. Ser cocriador significa:

ser corresponsável com Deus por toda criação. Etimologicamente, responsabilidade significa “comprometer-se (*spondere*) perante alguém em retorno (re)”. Ou seja:

⁵⁰ Essa parte da aula foi desenvolvida a partir da leitura do texto: Valores de Francisco do N. Goldinho e Silvana P. da Fonseca. Foi entregue uma cópia para cada aluno.

como Deus, ao criar, cuida de sua criação e estabelece o ser humano, através da consciência e liberdade, cocriador, agora ele está compromissado com o cuidado planetário. A grande “Mãe Terra” está sob o olhar cuidadoso do ser humano. (PANASIEWICZ, 2009, p.175)

Ao trazer essa temática para o ambiente escolar os valores como amor ao próximo, respeito, solidariedade estarão sendo resgatados, mas outros estarão sendo trazidos à vida dos alunos. Como já foi visto na perspectiva da salvação libertadora, a preocupação não está apenas com a espiritualidade do indivíduo, mas no humano com um ser completo. Ao refletir sobre a Teologia da Criação, essas perspectivas e valores se ampliam, pois, agora, o humano tem a responsabilidade não apenas de cuidar do outro, mas da casa em que vive: seu planeta.

Nessa mesma ótica, aparece o tema da escola C: *como seria um mundo Ideal*. Após uma conversa sobre como anda a situação política, econômica e social do nosso país, a professora, leu um texto com o referido tema. Em seguida solicitou que todos fizessem uma redação com o tema proposto. Ao ler algumas redações para a turma, ela comentou que alguns querem um mundo de fantasia, sem responsabilidades, outros até que tentaram sugerindo algumas ideias boas. Mas, no final, um mundo ideal está muito longe de existir, muito menos os propostos pelos alunos.

Alguns alunos sugeriram acabar com a poluição, diminuir o uso de produtos industrializados que afetam a natureza, outros já disseram que seu mundo seria todos de coca-cola, chocolate e não haveria regras para nada. Diante das respostas é possível perceber que as reflexões sobre a consciência planetária propostas por Panasiewicz, discutidas acima, seria um bom tema para pensar o conteúdo proposto naquela aula. Para Knitter (2010) seria a necessidade de se pensar em uma consciência cosmológica. Ele denomina de consciência cosmológica o querer humano de cuidar bem do planeta Terra, em busca do melhor para a humanidade, como se fosse ele um cooperador direto de Deus.

Na escola B um dos temas tratados pela professora B foi: *bullying na escola*. O tema foi desenvolvido a partir de um texto de alguns exemplos dados pela docente de casos trazidos a ela por alunos de outras escolas. Explicou que o *bullying* é ilegal e que pode até dar processo. Em seguida, os alunos fizeram uma atividade proposta na apostila. Apesar de o tema ser polêmico e ter gerado grande participação dos alunos em todas as salas, ela não fez nenhum outro tipo de abordagem mais específica como valores éticos, respeito ao próximo, como proposto no cronograma.

Segundo Comblim (2005), é preciso resgatar o Deus libertador dos oprimidos nos dias atuais. Em sua visão os oprimidos dos tempos hodiernos não são mais somente os pobres, os que passam fome, mas, são aqueles que sofrem com um sistema desigual, sofrem injustiças

em outros setores da sociedade. Os que precisam de libertação são aqueles que não têm rosto, sofrem na maioria das vezes anonimamente, estão perdendo sua dignidade. Nessa esteira, aqueles que estão dentro do contexto escolar sofrendo o *bullying* e outros tipos de discriminações e sofrimentos precisam saber que existe outra forma de repensar esse contexto.

Tal contextualização pode ser feita de forma prática, levando os alunos a repensarem a posição dos opressores e dos oprimidos. Knitter (2005), afirma que o ser humano ao contemplar o sofrimento alheio, é tocado. Mas, não apenas tocado, ao ver o sofrimento do outro o ser humano se sente impulsionado, por uma força silenciosa, uma voz que não necessariamente sabe quem é ou de onde vem, a agir em favor daquele que sofre. Esse é mais um tipo de debate presente na aula de ER que pode ter como consequência uma ação reflexiva e prática por parte dos alunos. Tal prática nesta aula estaria por começar a pensar no sentimento daqueles sofrem o *bullying*. Ou ainda, de que lado cada um está? Opressor? Ou oprimido? Quais práticas libertadoras seriam propostas neste caso?

3.2.5 O Ensino Religioso sob a perspectiva do diálogo

O mundo hodierno necessita de “um diálogo entre pessoas reais que vivam uma vida real neste mundo real e colaboram com outros seres reais e uma história real.” (COMBLIN, 2005, p.51). Para Comblin o verdadeiro diálogo só acontece quando há uma convivência entre os povos o suficiente para se influenciarem mutuamente, uma convivência tamanha que a influência se torne inevitável. Para ele, o diálogo tem por finalidade a busca comum pela verdade sobre a realidade da vida e sobre o humano.

Falando sob o aspecto do diálogo inter-religioso, Ribeiro (2013), afirma que na abertura para o diálogo com outras tradições, há um grande aprendizado quanto à escuta ao outro, a compreensão do espaço de fé do próximo e conseqüentemente uma mudança no olhar. Semelhantemente ao pensamento de Ribeiro, Haight (2008) concorda que é na abertura para conhecer a fé do outro, como se dá o processo de salvação em cada tradição religiosa, que se aperfeiçoa o diálogo. E ao aperfeiçoar o diálogo, aprende-se a ouvir e a aprender com o outro.

A professora C, propõe apresentar e discutir com aos alunos do 8º e 9º anos apenas as religiões monoteístas⁵¹. A proposta é explorar cada um bimestre e só depois introduzir outra. Já a professora B, propõe uma apresentação das tradições a partir da confissão de fé de cada aluno. Lembrando que este trabalho é feito apenas com os alunos do 6º e 7º ano. A professora

⁵¹ Como foi dito no capítulo I a docente não discute a temática: religião com as turmas do 6º e 7º anos.

A, não traz nenhuma proposta de diálogo inter-religioso. Como afirma Comblin, o diálogo entre as religiões precisa existir, é um meio de aprendizado e escuta. No entanto, a proposta de diálogo percebida nas aulas de ER das escolas é superficial. Percebe-se que ainda não uma consciência acerca dos benefícios do diálogo nessa dimensão.

Em um país onde a intolerância, a violência tem se espalhado a ponto de um ambiente educacional não ser mais um local seguro para frequentar, o diálogo é fundamental. Nesta esteira, Aragão e Panasiewicz (2015) afirmam que sendo o país brasileiro laico e plural, é necessário acolher todas as religiões e não escolher nenhuma. Porém é lícito discutir sobre religião no espaço escolar. E quanto a isso afirmam:

o docente de Ensino Religioso precisa interagir criticamente com o contexto concreto das igrejas na vida dos estudantes, também em seus aspectos desumanizadores e opressivos, promovendo uma tomada de consciência desmistificadora das religiões. Com isso, deve promover uma ação educativa esperançosa, em que a utopia desempenhe um papel reconstrutivo e transformador das próprias religiões. (ARAGÃO; PANASIEWICZ, 2015, p.1865).

Os docentes não devem ensinar religião. Mas, precisam conhecê-las e ter a consciência do papel que cada uma desempenha na vida de seus alunos, bem como na sociedade. Essa influência não acontece apenas em uma determinada idade. Pensando nisso, as professoras B e C, precisariam rever suas posturas quanto à restrição de turmas para discutir sobre as tradições religiosas e a professora A, deveria rever sua postura enquanto docente de Ensino Religioso, uma vez que desenvolve suas aulas a partir de uma única tradição. A proposta inicial das professoras B e C podem ser aprofundadas, gerando assim uma maior possibilidade de diálogo.

Ao discernir e entender a crença do outro, pode surgir um diálogo não apenas na esfera religiosa, pois, “os estudos da religião têm um papel fundamental no exercício desses discernimentos e na promoção do respeito à diversidade e do diálogo entre as tradições espirituais do nosso país.” (ARAGÃO; PANASIEWICZ, 2015, p.1865). Assim, tais estudos podem promover um diálogo que gere tolerância, respeito mútuo, não apenas na dimensão religiosa, mas, um diálogo para a vida. Capaz de fazer o outro perceber o amor de Deus presente não apenas em sua tradição, mas, em diversas manifestações religiosas.

O verdadeiro diálogo é capaz de causar no ser humano uma libertação contínua, pois, segundo Freire (1994), é na relação dialógica de uns com os outros que os homens se resignificam. Provocar o diálogo nas aulas de ER é uma questão de libertação do humano enquanto ser pensante. Para Freire:

o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e

humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.[...]A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens. (FREIRE, 1994, p.45).

O diálogo autêntico na vida do ser humano pode ter gerar grandes transformações na sua maneira de pensar, ver o mundo e agir no mundo. Consequentemente como afirma o autor, ao envolver-se numa relação dialógica, em que todos têm vozes no diálogo, o humano aprenderá a ser sujeito de sua própria história. Descobria o poder da palavra e do diálogo em todas as modalidades da vida, não apenas entre o diálogo inter-religioso.

Essa é uma das belezas e mais uma das possíveis contribuições da Teologia Pluralista para a disciplina Ensino Religioso Escolar. O tema do diálogo também desafia a Teologia Pluralista e, estes juntos, desafiam o Ensino Religioso Escolar. Sobre isso, o tópico seguinte se dedicará com maior propriedade.

3.3 Perspectivas para o Ensino Religioso à luz da Teologia Pluralista

O Ensino Religioso passou por uma longa trajetória⁵², até se estabelecer enquanto disciplina escolar garantida por lei no formato em que se encontra atualmente. Apesar de garantida por lei, vários estudiosos do ER, lutam para garantir um projeto pedagógico que atenda às demandas da disciplina. Quanto ao conteúdo programático, são inúmeros ensaios na tentativa de acertar e atingir não somente o objetivo proposto por lei, mas, também um conteúdo que proporcione um maior crescimento do aluno enquanto pessoa em todos os níveis e sentidos da palavra.

A partir deste contexto, Nasser (2013), afirma que é na relação com o outro que o ser humano é capaz de estabelecer uma linguagem. O aprimoramento desta linguagem atinge uma esfera mais profunda chamada: diálogo. De acordo com Vaz (1998) citado por Nasser (2013), o ser humano possui três estruturas que se relacionam entre si, são elas: o corpo físico, psíquico e espiritual. Essas relações são exploradas através do simbólico. Partindo desse pressuposto, Nasser, propõe: “a linguagem simbólica talvez seja a melhor forma de expressar a experiência da transcendência, é a ponte que faz o ser humano ir além de si, do mundo, da história. Como trabalhar com conteúdo tão profundo? Conte uma história”. (NASSER, 2013,

⁵² No império brasileiro, a orientação para a aula de religião estava garantida pela legislação de 1827 (BONAVIDES; AMARAL, 1996, 142). Com a proclamação da República, a disciplina foi retirada do currículo e retornou em 1931 nas instituições públicas de “instituição primária, secundária e normal” (BRASIL, 1931, 703). No final do século XX, com a revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), mais precisamente no ano de 1997, pela Lei n. 9.475, foi orientado um novo perfil para que o Ensino Religioso assumisse uma perspectiva que valorizasse a diversidade religiosa na qual a sociedade se apresenta, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo. (JUNQUEIRA; RIBEIRO, 2013, p. 36)

p. 15). Em sua proposta, contar histórias em sala de aula é uma excelente dica para o Ensino Religioso.

Soares, com suas devidas ressalvas, tem levantado como hipótese a articulação entre literatura, religião e educação. Usando a literatura como fonte de consulta e reflexão na busca pela relação com o transcendente. Desse modo, ele afirma:

tenho trabalhado com a hipótese de que seja possível e pertinente uma retomada de textos paradigmáticos da história da humanidade (Bíblia hebraica, Odisseia, tragédias gregas, evangelhos cristãos, comédia dantesca, EL Quijote etc.), buscando neles uma sabedoria que transborda fronteiras estritamente confessionais em benefício de uma educação infantojuvenil que agregue valores, tais como o do cultivo do diálogo, da defesa da vida humana, do respeito a uma ecologia planetária. [...] (SOARES, 2013, p.75).

Não há pretensão de excluir culturas e religiões individualizadas, mas, vislumbra um caminho mais atraente para aprofundar nesse mundo simbólico, que é o das religiões, através da literatura. Ainda neste contexto de sugestões para o Ensino Religioso, Junqueira e Ribeiro (2013), afirmam que a atual proposta pedagógica para a disciplina no âmbito escolar está pautada em uma educação que contemple a diversidade, valorize o direito de conhecer “as diferentes formas de orientar o *éthos* dos indivíduos a partir de suas opções religiosas que interferiram na história, nas artes, no comportamento e tantas formas da convivência humana”. (JUNQUEIRA; RIBEIRO, 2013, p.35). A base fundamental desta proposta é *conhecer para conviver*.

Para os autores é conhecendo o diferente que se supera os obstáculos para uma boa convivência. Nessa esteira encontra-se mais uma proposta para o ER. Neste caso as sugestões estão baseadas em três pilares: superar o ensino prosélito, conhecer o espaço sagrado como um fator de importância pedagógica para o ER e o *turismo pedagógico como possibilidade para a educação*.

Assim, o ER torna-se um espaço, para falar do diferente, por isso, há espaço para um pluralismo religioso e inova-se através do “*turismo Cultural*”. Nesta perspectiva os alunos têm contato com outras culturas religiosas na esfera teórica e também na prática. Propõe-se a visita a espaços sagrados como templos, cemitérios, capelas, igrejas, terreiros, centros dentre outros, para uma maior interação e visão da tradição religiosa que esta sendo estudada.

São algumas dentre outras propostas para a prática da disciplina Ensino Religioso Escolar. Nota-se que em todos os casos citados, existe uma preocupação com uma prática pedagógica eficiente sem abandonar a proposta de um ER autêntico. Observou-se também o diálogo presente em todas as propostas como um facilitador para estreitar laços, diminuir a

diferença, a intolerância. Esse diálogo está além de uma conversa ou de uma linguagem mais *aprofundada*. Trata-se da necessidade de um diálogo inter-religioso.

Acredita-se que o diálogo pode ser um bom caminho para se pensar o ER. Falar do diálogo inter-religioso pode parecer uma possibilidade ou uma ameaça. Aquilo que se desconhece provoca desequilíbrio e gera certo desconforto. Por isso, é necessário aprofundar-se mais nessa temática. Acredita-se no diálogo como primeiro tema gerador para criar novas perspectivas para a disciplina ER. No entanto, dialogar não é algo simples. Dialogar exige pré-disposições. Quem sai em busca do verdadeiro diálogo deve ter em mente: existem níveis ou formas para dialogar.

Diante disso, este tópico tem por objetivo, mostrar como os níveis ou as formas de diálogo podem pensar a prática do ER, trazendo novas perspectivas para a disciplina. É importante ressaltar que não se tem a pretensão de indicar um roteiro pedagógico para a disciplina ou construir um conteúdo programático. Pretende-se apontar caminhos, que sirvam de inspiração para pensar a disciplina e seu papel no ambiente escolar.

3.3.1 Os níveis ou formas de diálogo

O diálogo na Teologia Pluralista apresenta-se como um caminho de possibilidades na busca pela paz, justiça, igualdade em uma sociedade plural. De acordo com Vigil (2005), estamos vivendo a era da pluralidade de religiões e juntamente com essa pluralidade um desconhecimento mútuo, que gera violência, terrorismos e falta de diálogo. O diálogo inter-religioso nunca se fez tão necessário. No entanto, para Panasiewicz (2003), hoje o diálogo inter-religioso pode ser um *desafio* ou uma *possibilidade* para as tradições religiosas. Quanto a isso, esclarece:

Desafio, pois, o diferente sempre interpela, atrai, questiona as certezas, coloca medo, “desequilibra”. Possibilidade, pois, esses desafios podem ser percebidos de forma a propiciar que cada tradição religiosa reavalie suas verdades estabelecidas podendo estar constantemente reafirmando e ampliando sua identidade, entendida também como processo contínuo de construção. (PANASIEWICZ, 2003, p. 39).

Lidar com o diferente geralmente é um grande desafio em todos os setores da vida. A diferença está em como se lida com esse diferente. Nesse aspecto o diálogo inter-religioso propõe novos desafios para essas tradições. Ao aceitar o diálogo, cada tradição precisa desarmar-se, pois, somente desta forma é possível ver o outro e aprender com a diferença.

Ampliando suas reflexões, Panasiewicz salienta existir também objetivos para os participantes do diálogo inter-religioso. O primeiro diz respeito à particularidade das religiões (*ad intra*). Refere-se ao relacionamento que cada tradição tem com Deus e com sua concepção

sobre ele. “A maneira com que um apresenta sua experiência do transcendente pode possibilitar ao outro despertar uma presença real, mas adormecida, do Mistério Divino”. (PANASIEWICZ, 2003, p.40). O segundo objetivo destacado pelo autor refere-se à sociedade (*ad extra*). O encontro inter-religioso requer uma atitude ética que promove paz em favor da vida, para as comunidades e aqueles envolvidos no diálogo.

É de extrema importância ter a clareza de que o diálogo inter-religioso não tem por objetivo a conversão do outro, ou seja, a troca de religião, mas sim, um conhecimento maior por parte dos participantes, sobre Deus, atuante em suas histórias. Mas, como salienta Panasiewicz (2003), o diálogo abre as possibilidades entre as tradições, tais como: acolhida mútua, respeito, pois, à medida que o diferente passa a ser conhecido, deixa de ser uma ameaça e as “amarras” que impedem o diálogo são desfeitas.

Para Knitter (2010), no âmbito católico, o diálogo com pessoas de outras tradições religiosas ganhou apoio e expressão a partir do Concílio Vaticano II. Dupuis (1993) vai dizer que esse foi o primeiro concílio a falar de modo positivo das outras religiões. Ele reconhece elementos positivos não apenas nos indivíduos das demais tradições como reconhece as próprias tradições.

De acordo com Knitter (2010), a igreja reconhece a mudança da sociedade e aceita a existência do pluralismo religioso. “Em 1984 foi dado um claro passo além [...] quando o Secretariado do Vaticano para as Religiões Não Cristãs publicou o documento ‘A igreja e as outras religiões. Diálogo e missão’. (DM)”. (KNITTER, 2010, p.170), um documento que contemplava pela primeira vez o diálogo com pessoas de outras religiões. O segundo documento publicado pelo conselho (1991) denominou-se Diálogo e Anúncio (DA).

Segundo Dupuis “o diálogo inter-religioso como tarefa específica da evangelização – que ‘se insere [...] no grande dinamismo da missão eclesial’(n.30) – pode assumir várias formas”. (DUPUIS, 1999, p.496). Quanto às formas, baseado no documento Diálogo e Missão, prossegue:

há o diálogo da vida, e acessível a todos (nn. 29-30). Há o diálogo de um compromisso comum nas obras da justiça e da libertação humana (nn. 31-32). Há o diálogo intelectual, em que os estudiosos encetam um intercâmbio no nível das respectivas heranças religiosas, com o objetivo de promover a comunhão e a fraternidade (nn. 33-34). Há, enfim, num plano mais profundo, a partilha da experiência religiosa de oração e contemplação, numa busca conjunta do Absoluto (n.53). (DUPUIS, 1999, p.496).

Panasiewicz observa que essas formas podem “ser vividas separadamente ou em conjunto. Isso dependerá do momento histórico específico, das tradições em diálogo e do objetivo pelo qual estão se encontrando”. (PANASIEWICZ, 2003, p.41). É importante saber

também como se dá cada forma desses diálogos e em que ou como cada um deles pode contribuir para o Ensino Religioso.

Diante da multiplicidade e maneiras que se tem refletido sobre os níveis do diálogo, optou-se por discutir a partir das seguintes nomenclaturas:

- a) Nível existencial: presença e testemunho;
- b) Nível místico: oração e contemplação;
- c) Nível ético: libertação e promoção do ser humano;
- d) Nível teológico: enriquecimento e aplicação dos patrimônios religiosos.

3.3.2 Nível Existencial

Este é o nível do diálogo que se dá na relação interpessoal. Geffré o denomina de o *diálogo da vida*, pois, o diálogo inter-religioso efetiva-se no percurso da vida. Trata-se para ele, do encontro e da troca que acontece entre as das pessoas no dia-a-dia. Semelhantemente, Panasiewicz (2003), vai dizer que é o diálogo da vida cotidiana. Um diálogo que requer um exercício de reconhecimento do outro, respeito à identidade pessoal, acolhimento e aos valores que cada um traz consigo. Para ele, em grande parte do tempo, antes que ocorra um diálogo, ocorre primeiro, a observação do outro, do seu jeito de ser, agir, sua maneira de se posicionar perante determinadas situações. A isso, denomina de testemunho.

É através do testemunho que as pessoas têm a oportunidade de expressar e viver os valores aprendidos e apreendidos por elas dentro de cada tradição religiosa. Como enfatiza o autor, esse testemunho pode gerar uma boa ou má impressão. Aquele que consegue viver de maneira plena e feliz o que é “pregado” em sua tradição consegue transmitir para o outro, com alegria, a presença de Deus experimentada por ele em sua vida. Isso pode fazer com que o outro participante do diálogo queira viver a mesma experiência.

Portanto, ser fiel à tradição e viver a fé de maneira prática poder ser um estímulo aos membros de outras tradições, ou também, motivo de críticas. O fiel que não vive o que anuncia, ou seja, que tem um testemunho oposto aos valores de sua tradição pode ter suas convicções de fé questionadas, e até mesmo ridicularizar sua tradição perante o outro. Portanto é importante saber, no nível existencial, que “o testemunho mútuo é algo inerente ao diálogo entre pessoas de religiões distintas” (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, 1997 apud PANASIEWICZ, 2003, p. 42).

Na observação de Dupuis (1999), a respeito do documento Diálogo e Missão (DM) ele afirma que a primeira forma de se evangelizar alguém é o testemunho. Ao falar desse nível

sob a ótica de Geffré, Panasiewicz (2007) salienta que na verdade, não são as religiões que dialogam, mas, sim seus membros. São as pessoas que se encontram e compartilham umas com as outras sobre suas crenças, sobre os acontecimentos do seu cotidiano. Em muitos momentos, esforçam-se em dividir suas alegrias, momentos de tristeza e dores, independentemente de suas crenças.

Cada ser humano reage de uma forma diante da dor e do sofrimento do outro. O nível de preocupação e de envolvimento depende do momento e da forma com que cada um vive sua fé e pratica os valores de sua tradição. Em alguns casos a solidariedade está mais presente, em outros independe da confissão religiosa. O que se faz necessário é uma abertura interna para o diálogo da vida. “Esse diálogo da vida é um bom exercício para desenvolver a arte de relacionar-se, de aprender a conviver com pensamentos, crenças e atitudes diferentes da que se tinham como naturais e óbvias”. (PANASIEWICZ, 2007, p.179).

Dessa forma, a partir das reflexões de Geffré, o autor reforça a importância da experiência de *sair de si* e ir à busca de experiências práticas. Por mais que se ouça falar ou que se estude uma determinada tradição religiosa, é na convivência membros desta tradição, no encontro com o diferente, que o crescimento cultural, espiritual, bem como as mudanças internas, verdadeiramente ocorrerão. Pois, na medida em que o humano tem contato com outras culturas, ele se abre para ver um mundo além do seu, nessa trilha, está dando passos para uma abertura dialógica, que o levará ao encontro com a verdade.

Esta primeira forma de dialogar apresentada, desafia o Ensino Religioso a sair da esfera teórica e ir para a prática. Na escola de modo geral presencia-se a discriminação racial, de classes, de gênero. Na aula de Ensino Religioso a situação não é diferente. Grande parte dos alunos sofre com a discriminação e a intolerância religiosa, mesmo não sendo esta a temática da disciplina. Sabe-se que o pré-conceito surge por desconhecer o diferente. E como visto no *Nível Existencial*, o diferente na maioria das vezes, causa medo, desconforto, intolerância e discriminação.

Diante desta forma de diálogo, o Ensino Religioso pode ser pensado como uma disciplina de trocas de experiências culturais. Sugere-se que o docente faça um levantamento das tradições religiosas representadas em cada turma. A partir disso, crie ambientes e momentos em que todos possam estar falando de maneira criativa⁵³ no que creem e porque creem. Uma conversa de “leigos”. Daqueles que praticam a fé no cotidiano.

⁵³ Aqui a intenção é que o aluno apresente sua religião com sua linguagem, mostre fotos, curiosidades, objetos. Tudo que for possível trazer para a sala de aula.

E por fim, trazendo para a prática escolar de um modo geral, essa forma de dialogar, desafia a todos aqueles que querem respeito à sua crença, a dar um verdadeiro testemunho no ambiente escolar. E testemunhar neste caso, significa colocar em prática valores como: solidariedade, respeito mútuo, justiça, boa convivência, uma vez que, espera-se que esses valores sejam comuns a todas as tradições religiosas.

3.3.3 *Nível Místico*

Trata-se da introspecção da fé. Neste nível, segundo Panasiewicz (2003), homens e mulheres buscam compartilhar as suas experiências vividas através de momentos de contemplação e prece, por acreditarem que estes são caminhos que lhes proporcionam um encontro com o Absoluto. Nesta trilha “o místico é aquele que fez uma peregrinação ao seu interior e possui agora uma nova maneira de perceber o mundo: contempla-o com os ‘olhos de Deus’. Quem percebe o Eu divino dentro de si vê o mesmo Eu em todas as coisas”. (PAINADATH, 1994 apud PANASIEWICZ, 2003, p.43).

Nesta perspectiva, o ser humano é capaz de ter uma experiência que lhe permita olhar o mundo sob uma nova ótica. Isso é possível através da ótica do amor. Nesta forma de diálogo o humano crê em um Deus pessoal, e está em busca de experiências com Ele. Barros (2006), afirma que a oração é um dos meios mais antigos de se ter intimidade com Deus. “Como em todo relacionamento amoroso, a intimidade com Deus tem seus ritos. [...]. O modo de orar revela o que se crê”. (BARROS, 2006, p. 249). É através da oração, contemplação que o humano expressa suas primeiras atitudes de fé.

No entanto, como nos aponta Panasiewicz (2007) sob a perspectiva de Geffré, Deus é único, mas existem várias maneiras de se entrar em contato com Ele. Mesmo que os participantes de um encontro rezem ou orem juntos, a prece não será a mesma. Cada um tem sua maneira de relacionar e experimentar o transcendente, cada tradição desenvolve seu rito.

Em uma perspectiva mais Libertadora, Barros (2006), traz a reinterpretação de Gutiérrez⁵⁴ sobre a experiência mística. Sua interpretação tem como foco o empobrecido. Defende que todos têm o direito à acolhida e a experiência com Deus. Individualmente todos precisam ter acesso a uma espiritualidade que lhes tragam vida, e uma vida pautada em solidariedade, gratuidade, alegria.

A busca pela experiência com o transcendente, nesta forma de diálogo busca gerar frutos, individuais e conseqüentemente que atinjam a humanidade. Assim, “oração é, para

⁵⁴ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Beber do próprio poço**. Petrópolis, Vozes, 1984.

Geffré, entrar em transformação interior e ser contagiado por uma ‘educação para a paz’”. (PANASIEWICZ, 2007, p.182). Dessa forma, o espírito místico desperta no interior das pessoas uma busca pela vida pautada nos valores positivos que germinem bons frutos, principalmente a paz.

Desafiar a comunidade a praticar valores em prol da paz, da solidariedade, é outra forma de a TP provocar o ER. Desta vez, através do *Nível Místico*. Atualmente, em praticamente toda comunidade de Belo Horizonte, existe pelo menos um fator social problemático, que é a causa de violência, insegurança e do medo em meio à população. Já que a escola é um ambiente gerador de conhecimento que transforma, o Ensino Religioso pode ser um fator gerador de mudança.

Através desta forma de diálogo, a escola pode desafiar seus alunos a buscarem a paz, a serem solidários⁵⁵, a quererem o bem da comunidade onde vivem. Isso pode acontecer quando estimulados a buscar a própria paz interior, a viver valores que às vezes desconhecem. Enfim, através do ER podem ser desafiados a conhecerem a si mesmos, para depois conhecer e serem capazes de amar o próximo. Sem isso, a solidariedade e a paz, não estarão presentes em suas vidas.

3.3.4 Nível Ético

Essa forma de diálogo está centrada na cooperação, solidariedade do humano em favor da paz. Visa à união das tradições religiosas em busca de um mundo mais justo, mais humanitário, onde a colaboração humana atinja todos os níveis da sociedade: social, econômico e político. Tudo isso em prol da libertação e promoção do homem. Segundo Panasiewicz (2003, p.47) “a justiça é sem dúvida, a grande ponte para a paz entre as nações”.

Para Ribeiro (2014), é no diálogo inter-religioso que se encontra a busca incansável pela superação dos conflitos, da paz, em busca de uma sociedade mais justa e solidária. Nessa esteira Panasiewicz (2003), faz uma alerta sobre a necessidade de as religiões se conscientizarem sobre seu papel na construção de uma nova ética global. As tradições precisam fazer um apelo quanto à urgência zelar pelo bem-estar da humanidade e em prol do bem planetário. Isso só será possível através do diálogo inter-religioso e da paz entre as religiões.

Para Moltmann (2012), a justiça é a base para uma vida de paz. Neste sentido, afirma: “parto da ideia de que a paz consiste politicamente na presença da justiça, não apenas na

⁵⁵ A disciplina ER pode estar atenta ao que acontece na comunidade, e estimular seus alunos a participarem, propondo projetos práticos para solucionar ou ajudar na solução dos problemas que envolvem ajuda ao próximo.

ausência de violência [...]”. (MOLTMANN, 2012, p. 195). Para Lama (2000) a justiça está intimamente ligada à responsabilidade universal. Isso significa agir em favor do bem individual, mas, também em prol da paz e justiça da humanidade.

Assim a paz entre as religiões é fundamental para que haja paz entre as nações. Na afirmação de Kung: “não haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais”. (KUNG, 2004 apud RIBEIRO, 2014, p. 58). As religiões precisam, nesta ótica, rever sua concepção e reflexão sobre a vida, preocupando-se de fato com o bem-estar da humanidade, necessitam, ainda, ampliar também:

a sua compreensão da realidade à luz da automanifestação de Deus nas várias tradições religiosas, e empreender manifestações em favor da vida. Aqui está o grande desafio ético. Justiça e verdade articulam-se favorecendo a nova ética global. [...]. É na articulação dialógica entre nações e tradições religiosas que emergirá a paz. (PANASIEWICZ, 2003, p. 49).

Neste contexto, todas as pessoas, independente de suas culturas e tradições religiosas, devem zelar pela justiça e pela paz. Desta forma, na perspectiva do diálogo inter-religioso, as religiões devem extrair o melhor dentre cada tradição, tendo como principal foco a vida humana e consequentemente, o bem-estar planetário. Como enfatiza Ribeiro (2014) o valor humano e a ética social são fundamentais para que o diálogo inter-religioso aconteça e que a preocupação maior deste diálogo deve ser: a paz, a justiça e a integridade da criação.

Essa forma de diálogo como contribuidora para o Ensino Religioso é fundamental e urgente. Em meio a tantas discussões sobre a situação do Planeta Terra, uma reflexão a partir do *Nível Ético*, pode ser direcionada para a consciência planetária bem como para os conflitos religiosos tão presentes na mídia. Se não podemos resolver os conflitos mundiais, pode-se refletir com os alunos sobre o que se pode fazer a partir de dentro, para diminuir, amenizar e até resolver os conflitos que os rodeia todos os dias.

3.3.5 Nível Teológico

Esse nível tem como foco a contribuição histórica dada por cada doutrina religiosa ao longo dos anos que a estruturam como tal. É o diálogo dos especialistas. Tem por objetivo aprofundar nos patrimônios religiosos com o fito de um enriquecimento cultural e histórico. Panasiewicz (2003), afirma que esse diálogo possui duas dimensões. Primeiramente a de promover o encontro de diversas religiões para que através de uma troca de saberes teológicos, mostrem suas conquistas, avanços e descobertas na busca do Deus “sempre maior”.

Acontece nessa partilha de experiência uma “revelação captada pela consciência do especialista e em articulação com outras experiências, no cerne da mesma tradição, é que vai sendo gestada a Verdade, sempre limitada, pois Deus transcende à captação histórica de cada tradição religiosa”. (PANASIEWICZ, 2003, p.50). Nesse diálogo teológico é um desafio para as tradições colocarem suas verdades em comum, bem como suas diferenças e descobertas para serem confirmadas e assim lapidadas mutuamente.

A segunda dimensão desse diálogo na concepção de Panasiewicz é a prática desse diálogo. É de extrema importância para a humanidade, tomar conhecimento sobre os resultados obtidos no diálogo. “Esse diálogo teológico pode ajudar a Humanidade a superar essa longa história etnocêntrica de preconceitos, ignorância e intolerância e face das outras religiões”. (TEIXEIRA, 1995, p.208). Neste aspecto, esse diálogo, torna-se um grande benefício para as tradições e para a humanidade.

Para que o diálogo teológico acontece de maneira autêntica, é preciso que os representantes do diálogo tenham em mente o critério de veracidade. Panasiewicz (2007) vai dizer que neste ambiente, não há espaço para quem pense ser o detentor da verdade sobre a revelação divina ou se sentir no direito de julgar as outras religiões em por suas concepções sobre Deus. Deus é sempre maior, e neste diálogo todos são iguais.

Para Geffré (1993), somente o diálogo, onde cada religião pode confrontar as outras com suas crenças e suas experiências mais profundas, é capaz de superar séculos de ignorância e intolerância religiosa. Ampliando suas reflexões continua:

Na experiência do diálogo posso descobrir que não verifico intelectual ou existencialmente a verdade que reivindico. E inversamente meu parceiro pode chegar a uma outra percepção da verdade religiosa que ele testemunha. Não há diálogo autêntico sem comunhão das pessoas e sem celebração comum de uma verdade que as ultrapassa. (GEFFRÉ, 1992, p.71).

Os membros das religiões diferentes, que participam do verdadeiro diálogo experimentam algo além do diálogo. Neste diálogo há uma transformação mútua das religiões que se encontram. E o papel dos teólogos neste diálogo é apreender cada vez mais a revelação divina apresentada pela sua comunidade de fé e por cada participante do diálogo inter-religioso.

A escola não é um local para a formação de líderes espirituais. No entanto, é um ambiente de conhecimento, de ampliar horizontes. Nessa perspectiva, essa forma de dialogar, pode contribuir com a formação docente, dando um suporte, no que diz respeito às informações necessárias sobre as confissões de fé presentes nas salas de aula. Como também

em um momento de intercâmbio cultural, proporcionar um momento de diálogo, agora não mais de “leigo” como sugerido, antes, mas, um momento onde cada líder religioso da comunidade local poderá expor, de maneira respeitosa, sua fé.

Talvez esse seja o diálogo mais desafiador dentre os níveis apresentados, porem, possível. O diálogo inter-religioso, em qualquer nível proposto, seja no nível existencial, no místico, no ético, ou no teológico, carrega consigo um desafio. É importante ressaltar que as formas de diálogo podem efetivar-se separadamente ou de forma articulada. Isso dependerá dos participantes do diálogo.

O fundamental neste processo é que as tradições estejam abertas ao diálogo inter-religioso. Isso significa comprometer-se no processo, com disposição para dialogar, com acolhida ao outro. É preciso que cada participante desse encontro, tenha clareza de identidade, disposição para compartilhar e principalmente, estejam em sintonia na busca por uma experiência com o real e verdadeiro Deus amoroso.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa tratou sobre o Pluralismo e Educação Religiosa: Uma leitura prática do Ensino Religioso a partir da Teologia Pluralista. Responsável por atuar na formação básica do cidadão, o Ensino Religioso Escolar é uma área do saber que demarca valores e conceitos. Tem múltiplos olhares da sociedade, dos meios acadêmico, religioso e outros afins, voltados para si. A preocupação com um ER plural e sem proselitismo é explícita nesses setores. Por isso, pesquisar essa temática é relevante.

Ao refazer o percurso deste trabalho, é possível perceber porque a Teologia do Pluralismo Religioso é tão relevante para o Ensino Religioso e a que caminho se chegou após toda investigação. O primeiro capítulo, intitulado *Pluralismo e Ensino Religioso* teve como um dos objetivos, entender a Teologia do Pluralismo Religioso (**TPR**) e seus paradigmas. A **TPR** surge como novo paradigma na década de 60, no contexto da teologia das religiões, diante do fato da pluralidade das religiões e da necessidade em reconhecê-las enquanto tal. Tem sido considerado o atual recurso para uma avaliação mais apropriada das diversas tradições religiosas, capaz de proporcionar um ambiente mais favorável para o diálogo inter-religioso (GEFFRÉ, 2004).

Há três paradigmas que refletem a forma de pensar a TPR. A nomeação mais usual os subdivide em: **Exclusivismo, Inclusivismo e Pluralismo**. O Paradigma Exclusivista é a posição teológica defensora de somente uma religião, verdadeira e também absoluta. No campo católico apoiou-se no axioma: *fora da igreja não há salvação*. No campo protestante, apoiou-se no tríplice princípio: *só a fé, só a graça, só a Escritura*. Fora disso não há salvação. A principal *missão* desse paradigma era a *conversão*. Foi a posição teológica dominante no cristianismo até o séc. XX.

No paradigma inclusivista não é a igreja que está no centro, mas Cristo (Cristocentrismo). Foi oficializado pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II (1962-1965). Atribui um valor positivo para as outras religiões, mas, não reconhece sua autonomia salvífica. Este paradigma tem como principal *missão* anunciar o Evangelho. Já os teólogos pluralistas propõem uma mudança de paradigma, onde, o Cristocentrismo dá lugar ao Teocentrismo. As religiões *têm autonomia salvífica*, são reconhecidas como verdadeiras e não como um cristianismo diminuído. A grande *missão* percebida neste paradigma é testemunhar a verdade contida em cada tradição religiosa.

Na segunda parte do capítulo I foi apresentada a pesquisa⁵⁶ de observação em três escolas estaduais de Belo Horizonte. O objetivo foi analisar a prática do Ensino Religioso escolar e verificar qual paradigma da TPR encontrava-se mais presente nas escolas visitadas. Foram critérios de escolhas das escolas: escolas estaduais de BH que ofertassem do Ensino Fundamental ao Ensino Médio; escolas que atendessem a diversos bairros e a diversas classes sociais. A pesquisa foi dividida em três momentos: observação das aulas de Ensino Religioso do 6º ao 9º ano; análise dos projetos políticos pedagógicos das escolas (PPP); análise dos materiais didáticos utilizados pelas docentes das escolas visitadas. As escolas foram denominadas de: **A**, **B** e **C**, para não identificação.

A partir da pesquisa chegou-se ao seguinte resultado: na escola **A**, há um predomínio maior do paradigma **exclusivista** nas aulas observadas, onde o grande foco da aula de ER é a conversão. Este resultado não se estende à escola como um todo. A classificação foi feita a partir das aulas de Ensino Religioso e do material didático utilizado na mesma. Seguindo o mesmo critério, na escola **B**, há o predomínio do paradigma **inclusivista aberto**. O foco maior das aulas está em transmitir os valores do Reino de Deus ligados ao senso de justiça, respeito e amor ao próximo. Já na escola **C**, aparece uma perspectiva inclusivista aberta, porém com uma abertura mais pluralista nas aulas. Percebe-se um ensino mais voltado para o diálogo e menos proselitista (dentro do possível). A professora tem uma visão mais compatível com o paradigma pluralista tanto no material didático que utiliza como em sua conduta na disciplina.

É bom esclarecer que a ordem de visitação às escolas foi aleatória, assim como , o resultado e a ordem em que os paradigmas aparecem na pesquisa também foram aleatórios.

O segundo capítulo intitulado: *Em foco a Teologia Pluralista*, abordou especificamente o terceiro paradigma da TPR. A TP reivindica uma igualdade básica entre as religiões e não tem a pretensão de fazê-las idênticas. O paradigma sustenta que as tradições são igualmente verdadeiras e buscam em igualdade, experimentar o Mistério transcendente. Neste capítulo a Teologia Pluralista foi tratada a partir das seguintes abordagens: revelação divina, salvação/libertação e do diálogo.

Para compreender a **revelação divina** neste paradigma, passou-se primeiramente pela compreensão cristã da revelação. Para o cristianismo a revelação divina acontece exclusivamente por meio da pessoa de Jesus Cristo. No entanto, para os pluralistas, essa revelação “passa” por Ele, mas, está para além dele. O Divino se manifesta através do

⁵⁶ Acerca desta pesquisa ler: seção 1.2 do capítulo I.

“Mistério absoluto” e ao mesmo tempo real. Isso faz com que seja percebido pelo ser humano. Knitter (2010). Teólogos pluralistas afirmam que existem muitos caminhos para Deus se revelar ao ser humano. A revelação é a maior expressão do amor divino à humanidade. No pensamento de Queiruga, Deus “sempre em ato”, à sua maneira, respeitando a circunstância e a natureza de cada um, espera que o humano o descubra. E essa descoberta é a grande expressão que mostra o quanto Deus sempre esteve aí.

Enfim, quanto à revelação divina sob o aspecto pluralista, é possível afirmar que: Deus manifesta-se mediante sua autocomunicação aos humanos e que está pronto a revelar seu amor não apenas por meio de uma pessoa especificamente, mas, de várias formas e maneiras, pois, Ele, *sempre esteve aí* e se revela a todas as pessoas e povos por seu infinito amor.

Quanto à **salvação** sob o olhar do paradigma Pluralista, Jesus Cristo também é uma figura central. É considerado a única figura salvadora para o cristianismo. Não se pode afirmar que fora do **contexto cristão** Ele seja a única figura salvadora. Teólogos Pluralistas afirmam que a ação salvadora de Deus é mais ampla e multifacetada. (TEIXEIRA, 2006). A partir disso chegou-se às reflexões sobre **Jesus Cristo e o Reino de Deus**. A temática do Reino de Deus perpassa o Primeiro Testamento e está presente claramente nas pregações de Jesus Cristo no Segundo Testamento. Percebe-se que Jesus não veio pregar a si mesmo. Ele foi teocêntrico. O foco de sua mensagem foi os valores do Reino, o amor de Deus aos pobres, aos necessitados. Neste contexto, abordou-se a salvação além do aspecto espiritual. Mostrou-se a salvação/libertação.

Ao refletir sobre o Reino de Deus aqui na terra foi possível observar que a formação do seu reinado e do povo de Deus passa pelo cuidado com os pobres, oprimidos e consequentemente com sua libertação. Percebeu-se que a preocupação com os oprimidos, o acolhimento de Deus para com os que sofriam, sempre esteve presente ao longo da história da salvação.

Nesta parte da pesquisa o diálogo foi abordado como um possível facilitador na concepção de revelação e salvação. E ainda, quais são as condições necessárias para aqueles que desejam participar de um diálogo. Enquanto facilitador para a concepção de revelação percebeu-se ser no relacionamento com o outro, na abertura ao aprendizado e ao diálogo, que se encontra espaço para escutar, ver e entender as verdades contidas em cada tradição religiosa. É nesse ambiente de diálogo e respeito mútuo, que cada tradição encontra espaço para perceber a revelação divina em cada tradição.

Quando o humano se abre ao diálogo, pode entender o plano de salvação de Deus para cada tradição religiosa, sua manifestação e sua ação libertadora a todos os humanos, não

importando a qual religião este pertença. Assim o diálogo inter-religioso torna-se um facilitador para a concepção da salvação.

Após entender melhor a Teologia Pluralista, com o título: *Ensino Religioso Escolar provocado pela Teologia Pluralista*, o terceiro capítulo analisou a prática das escolas visitadas, os documentos observados (PPP) e os materiais didáticos das instituições a partir da mesma. Tratou-se também das formas ou níveis do diálogo inter-religioso, abordando como essas formas podem contribuir com a prática escolar do Ensino Religioso. Seguem os resultados.

Dos documentos⁵⁷: A escola A, não apresenta o ER como uma disciplina contribuidora em nenhum de seus projetos citados. A escola B apresenta discretamente o ER como uma disciplina para trabalhar a cidadania juntamente com as disciplinas de história e língua portuguesa. Na escola C, o ER não recebe destaque em nenhum projeto. Perceberam-se alguns desafios comuns às três escolas durante a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos. Dentre os quais se destaca: **a violência e o diálogo.**

Da prática: a **escola A** possui uma prática totalmente catequética, centrada apenas em uma tradição religiosa (evangélica). Temas mais trabalhados: perdão milagres, motivação. **Na escola B**, não há o predomínio explícito de uma tradição religiosa. O material didático utilizado é uma apostila elaborada pela própria docente. Os temas observados: bullying na escola, abuso sexual, adolescência, dentre outros. As aulas **da Escola C** são mais voltadas para os valores éticos e morais. Nas turmas de 8º e 9º ano a docente trata de temas mais religiosos, como: tradições religiosas, a intolerância e a liberdade religiosa. O material didático é diversificado. Utiliza-se artigos eletrônicos, livros didáticos, reportagens.

A partir dessas análises, fez-se alguns apontamentos para a disciplina a partir de abordagens da **TP. Primeira Abordagem: A concepção de Reino de Deus:** dentro dessa concepção o mundo precisa ser visto e entendido como um ambiente, onde, o “reinar de Deus” significa viver em um mundo em que reine a paz, a justiça e o amor entre os humanos. Pensar no ambiente escolar a partir dessa abordagem é estimular os alunos a viverem os valores do Reino. Isso significa lutar para transformar um mundo de injustiças e violência em um mundo de amor e mutualidade, capaz de gerar paz e justiça entre a humanidade (KNITTER, 2010). Todas as temáticas observadas nas aulas poderiam ser discutidas a partir dessa abordagem.

⁵⁷ Documentos: Projeto Político Pedagógico de cada escola.

Segunda abordagem: trabalhar nas aulas de ER a concepção **de salvação/libertação** pode ser outro caminho para os desafios encontrados. Isso significa conscientizar os alunos de que a salvação acontece não apenas no âmbito espiritual. Deus se importa com a dor do ser humano, com aqueles que sofrem, com os oprimidos e tem prazer em libertá-los através de seu amor. E a **terceira abordagem: O diálogo inter-religioso.** Ao discutir sobre o diálogo inter-religioso abre-se espaço para olhar o outro, o diferente e isso provoca nos participantes do diálogo a oportunidade de aceitar a verdade do outro, de respeitar aquele que crer diferente, possibilitando assim, um ambiente favorável ao diálogo e à paz.

O último tópico do capítulo teve por objetivo mostrar como os níveis ou as formas de diálogo podem pensar a prática do ER, trazendo novas perspectivas para a disciplina. Foram abordados os seguintes níveis:

- **Nível existencial.** É o *diálogo da vida*, aquele que acontece entre as das pessoas no dia-a-dia. Diálogo do testemunho. Na prática escolar isso significa estimular cada aluno a querer viver os valores aprendidos em suas tradições como forma de testemunho.
- **Nível místico:** Nesta forma de diálogo o humano crê em um Deus pessoal, e está em busca de experiências com Ele. Através desta forma de diálogo, a escola pode desafiar seus alunos a buscarem a paz, a serem solidários, a quererem o bem da comunidade onde vivem.
- **Nível ético:** Essa forma de diálogo está centrada na cooperação. Visa à união das tradições religiosas em busca de um mundo mais justo, em prol da libertação e promoção do humano. No ER pode-se estimular o cuidado planetário e a pensar os conflitos religiosos tão presentes na mídia atualmente.
- **Nível teológico:** É o diálogo dos especialistas. Essa forma de dialogar pode contribuir com a formação docente, dando um suporte, no que diz respeito às informações necessárias sobre as confissões de fé presentes nas salas de aula. Bem como em debates com os próprios alunos.

Feitas essas considerações, conclui-se que a maneira como a Teologia Pluralista aborda os temas da revelação divina, salvação/libertação, e diálogo, contribui, com mais ganhos, para a construção de uma proposta humanizadora do Ensino Religioso. Possibilita uma formação autêntica, de seres humanos mais amorosos, tolerantes e capazes de conviver de forma harmoniosa para juntos cuidar da casa em que vivem: nosso Planeta Terra.

REFERÊNCIAS

BALASURIYA, Tissa. Revelação e revelações. In: TOMITA, Luiza E.; VIGIL, José M. BARROS, Marcelo (orgs.). **Teologia Latino-Americana pluralista da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2006, p.20-42.

BARROS, Marcelo. Beber no próprio poço: águas que a amizade traz. a oração cristã com base em uma teologia pluralista da libertação. In: TOMITA, Luiza E.; VIGIL, José M; . BARROS, Marcelo (orgs.). **Teologia Latino-Americana pluralista da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2006, p.237- 259.

COMBLIM, José. A teologia das religiões a partir da América Latina. In: TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo;VIGIL, José María (orgs.). **Pluralismo e libertação**: por uma teologia Latino-Americana pluralista a partir da fé cristã. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 47-70

DUPUIS, Jacques. O debate cristológico no contexto do pluralismo religioso. In:

DUPUIS, Jacques. **Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso**. Tradução de Márcia de Almeida, Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1999. (coleção pensamento teológico).

FIGUEIREDO, Anísia de Paula. **O ensino religioso no Brasil**. Tendências, conquistas, perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1996.

FONAPER. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GARAY, Joaquín Ernesto. Possíveis contribuições da teologia pluralista de libertação à construção de uma ética mundial. In: TOMITA, Luiza E.; VIGIL, José María. **Teologia Latino-Americana pluralista da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2006. p.261- 275.

GEFFRÉ, Claude. **Crer e interpretar**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GEFFRÉ, Claude. Fé na era do pluralismo religioso. In: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. (org.) **Diálogo de pássaros**: nos caminhos do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1993. (coleção caminhos de diálogo).

HAHNER, Karl. **Curso fundamental da fé**. São Paulo: Paulus, 1989.

HAIGHT, Roger. Tradução Jonas Pereira dos santos. **Jesus símbolo de Deus**. São Paulo: Paulinas, 2003. (Coleção Repensar).

HICK, John. **A metáfora do Deus encarnado**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.25-26

HICK, John. **Teologia cristã e pluralismo religioso**: o arco-íris das religiões. São Paulo: attar editorial, 2005.

HIGUET, Etienne A. Fora das religiões há salvação. Salvação em uma perspectiva pluralista. In: TOMITA, Luiza E.; VIGIL, José María; BARROS, Marcelo (orgs.). **Teologia Latino-Americana pluralista da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2006, p.191- 218.

JÚNIOR AQUINO, Francisco de. Igreja dos pobres: sacramento do povo universal de Deus. In: TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo; VIGIL, José María (orgs.). **Pluralismo e libertação**: por uma teologia latini-americana pluralista a partir da fé cristã. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 193-214.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RIBEIRO, Leandro Cesar. Ensino Religioso e espaço sagrado: um roteiro pedagógico a ser explorado. In: KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SOARES, Afonso Maria Ligorio. **Educação e Religião**: múltiplos olhares sobre o Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 35-51.

JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul (org). **O Ensino Religioso no Brasil**. 2 ed. Curitiba: Champagnat, 2011. 204p. (Coleção Educação: religião, 5).

KNITTER, Paul F. **Introdução às teologias das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2008.

KUNG, Hans. **Teologia a caminho**: fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade – **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

LAMA, Dalai. **Uma ética para o novo milênio**. 9 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

LIBANIO, João Batista. Extra ecclesiam nulla salus. *Perspectiva Teológica*, n.8, p.21-49, 1973. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/perspectiva/article/view/2445/2690>>. Acesso em: 03 set.2014.

VIGIL, José María (orgs.). **Pluralismo e libertação**: por uma teologia Latino-Americana pluralista a partir da fé cristã. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 161-170.

METTE, Norbert. **Pedagogia da religião**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOLTMANN, Jürgen. **Ética da esperança**. Petrópolis: Vozes, 2012, p.195-270.

NEUTZLING, Inácio S.J. **O reino de Deus e os pobres**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. (coleção Fé e Realidade- 20).

PANASIEWICZ, Roberlei. **Diálogo e revelação**: rumo ao encontro inter-religioso. Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

PANASIEWICZ, Roberlei. Os níveis ou formas de diálogo inter-religioso: uma leitura a partir da teologia cristã. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 39-54, 2º sem. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/597/624>>. Acesso em: 27 fev.2016.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo: diálogo inter-religioso na teologia de Claude GEFFRÉ**. São Paulo, Paulinas; Belo Horizonte, PUC Minas, 2007.

PANASIEWICZ, Roberlei. Teologia da criação: uma leitura da relação entre criador e criaturas. In: OLIVEIRA, Pedro A. Riberio de Oliveira; SOUZA, José Carlos Aguiar de. (orgs.) **Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2009. (coleção de estudos da religião).

PANASIEWICZ, Roberlei; GILBRAZ, Aragão. Dossiê: Desafios teol. do Plural. Relig. - Art: Novas fronteiras do Plural. Relig.: apontamentos sobre o pós-religional e o transreligioso, **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 40, p. 1841-1869, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/11068/8869>>. Acesso em: 27 fev.2016.

PANIKKAR, Raimon. **Ícones do mistério: a experiência de Deus**. Tradução de Pedro Lima Vasconcellos. São Paulo: Paulinas, 2007. (coleção algo a dizer).

PASSOS, João Décio. **Ensino Religioso: Construção de uma proposta**. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção Temas do Ensino Religioso).

QUEIRUGA, André Torres. **Autocompreensão cristã: diálogos das religiões**. Tradução de José Afonso Beraldin da Silva. São Paulo: Paulinas, 2007. (coleção algo a dizer).

QUEIRUGA, André Torres. **Recuperar a criação: por uma religião humanizadora**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1999.

QUEIRUGA, André Torres. **Repensar a revelação: a revelação divina da realidade humana**. Tradução de Afonso Maria Ligório Soares. São Paulo: Paulinas, 2010. (coleção repensar).

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **Pluralismo e libertação**. São Paulo: Paulinas, 2014. (coleção teorema).

SCHILLEBEECKX, Edward. **História humana: revelação de Deus**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2003.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. (org.) **Diálogo de pássaros: nos caminhos do diálogo inter-religioso**. São Paulo: Paulinas, 1993. (coleção caminhos de diálogo).

TEIXEIRA, Faustino. A teologia do pluralismo religioso em questão. **Diálogos**. 20- abril-2010. Disponível em: <<http://fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2010/04/teologia-do-pluralismo-religiosoem.html>>. Acesso em: 28 fev.2016.

TEIXEIRA, Faustino. A teologia pluralista de John Hick: teologia cristã e pluralismo Religioso. Diálogos. (13- abril-2010). Disponível em: <<http://fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2010/04/teologia-pluralista-de-john-hick.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

TEIXEIRA, Faustino. O desafio do pluralismo religioso para a teologia latino-americana._ In DARMEN, Franz (et al.) **Pelos muitos caminhos de Deus:** desafios do pluralismo religioso à teologia da libertação. Goiáis: Rede, 2003, p. 65-84.

TEIXEIRA, Faustino. **Teologia e Pluralismo Religioso.** São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

TEIXEIRA, Faustino. Uma cristologia provocada pelo pluralismo: reflexões em torno ao livro “Jesus símbolo de Deus” de Roger Haight. **Diálogos** 10-abril de 2010- p. 1-21. Disponível em:<<http://fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2010/04/uma-cristologia-provocadapelo.html>>. Acesso em: 21 set.2015.

VIGIL, José María. Muitos pobres, muitas religiões: a opção pelos pobres: lugar privilegiado para o diálogo entre as religiões. In: TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo; VIGIL, José María (orgs.). **Pluralismo e libertação:** por uma teologia Latino-Americana pluralista a partir da fé cristã. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 17-31.

VIGIL, José Maria. **Teologia do pluralismo religioso:** para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.